



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

HIASMIN DE TARSO PEREIRA

**A RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES NO TOCANTE A TITULARIDADE DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma análise no município de José da Penha-RN.**

SOUSA-PB

2018

HIASMIN DE TARSO PEREIRA

**A RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES NO TOCANTE A TITULARIDADE DO  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma análise no município de José da Penha-RN.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Tatiana Raulino de Sousa.

SOUSA-PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS  
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

P436r

Pereira, Hiasmin de Tarso.

A responsabilização das mulheres e o discurso da autonomia financeira no tocante a titularidade do Programa Bolsa Família: uma análise no município de José da Penha - RN. / Hiasmin de Tarso Pereira. - Sousa: [s.n], 2018.

118 fl.: Il. Col.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms.Tatiana Raulino de Sousa.

1. Assistência Social. 2. Programa Bolsa Família. 3. Autonomia Financeira. 4. Titularidade. 5. Responsabilização das Mulheres.  
I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36:316.43(813.2)

HIASMIN DE TARSO PEREIRA

**A RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES E O DISCURSO DA AUTONOMIA  
FINANCEIRA NO TOCANTE A TITULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA: uma análise no município de José da Penha-RN.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADO (A) EM: 06/03/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Tatiana Raulino de Sousa. (UFCG)

Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Glaucia Maria de Oliveira Carvalho. (UFCG)

Examinadora Interna

---

Esp. Patricia Cavalcante da Silva.

Examinadora Externa

*A Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia e refugio espiritual, durante esses quatro anos de graduação. A minha família, em especial aos meus pais que foram meu sustento material e afetivo, e que jamais deixaram de acreditar na minha capacidade. Ao meu noivo, que se mostrou todo instante como meu maior incentivador e admirador intelectual, as/aos professoras (es) que tanto contribuíram intelectualmente com minha formação, e aos amigos(as) que estiveram comigo ao longo dessa caminhada.*

## **AGRADECIMENTOS**

Início destacando que nunca fui boa com mensagens, tão pouco com textos rebuscados, filosóficos, poéticos ou coisas do tipo. No entanto, acredito que quando falamos de coração, do fundo da alma, as palavras tocam como uma acorde de uma melodia serena e sublime. Foram passados quatros longos anos e 1460 dias. Daqueles dias coloridos, alegres e cheios de motivações, daqueles dias cinzentos, tenebrosos, e cobertos de dúvidas e incertezas.

Aquela menina de 17 anos, que chegou ao primeiro dia de aula, dizendo que sonhava em ser assistencial social, por amar caridade, já não existe mais. Não porque ela tenha metamorfoseado o seu eu, mas porque, como dizia nossa primeira professora do curso, Aparecida Nunes – “vocês jamais serão os mesmos, quando o véu da inocência for rasgado”.

De fato, desmitificamos o sentido da profissão, e aprendemos que o Serviço Social, não é ajudar o próximo, contudo, uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cheia de contradições e que exige um profissional crítico e propositivo, capaz de decodificar os fios invisíveis que não aparecem nos problemas sociais. Entretanto, uma coisa nunca foi modificada desde que ela entrou na universidade, que foi o seu desejo de mudança da realidade, de uma sociedade desigual e injusta, para a sociedade da justiça social e da igualdade.

É chegada a conclusão de um ciclo, de muitas experiências, aprendizados e da concretização de sonhos (do meu e dos meus colegas de sala). Também é tempo de agradecer pelos que se forma singular contribuíram com a materialização dos nossos trabalhos. Como diz um velho ditado popular “A gratidão é a heranças dos humildes” e nesse sentido que inicio meus agradecimentos, ao autor da vida (Deus) a qual me guardou como filha e cuidou de mim nos momentos que pensei que não iria suportar.

Em seguida aos meus pais que se fizeram presentes, mesmos nos dias que tive que me ausentar. A minha mãe Maria de Deus, mulher guerreira e batalhadora, que sempre tirou do que era seu, para dar aos seus três filhos, Hugo, Hiago e Hiasmin. Sei que a minha mãe, tiraria o alimento da sua boca, para realizar o meu sonho. Sei que muitas vezes ficou sem dinheiro para não me deixar desamparada

em Sousa-PB, sei que em muitos domingos ela chorou pela minha ausência, porque eu não pude está do seu lado. A meu pai Paulo, que apesar do seu jeito durão de ser, nunca deixou se orgulhar de mim e demonstrar felicidade em saber que eu estava buscando meus sonhos.

Agradeço também ao meu amado Adson, que mesmo antes de sair o resultado do vestibular, já dizia que eu estaria na lista. Por todas as vezes que me colocou no colo e me acalentou. Pelos elogios exagerados “me chamando de “maravilhosa” e “intelectual”, e por todo amor dirigido a mim, sem seu cuidado, a caminhada seria muito mais difícil.

Aos meus irmãos, Hiago e Hugo, pelos dias de descontração, pelas mensagens enviadas (lógico que era saudade) e por toda atenção para comigo, isso foi salutar para os meus dias. Também a todos (as) da família que de alguma forma contribuíram para conclusão desse trabalho.

Não poderia de registrar aqui meu muito obrigada, a Tatiana Raulino de Sousa, minha orientadora. Quero dizer que além das inúmeras contribuições teóricas repassadas, Taty, foi para mim, uma amiga ao qual pude confiar minhas angustias e tristezas, também as alegrias, vitórias e conquistas. Admiro demais a sua humildade, capacidade intelectual e seu espírito iluminado. Só tenho a agradecer por tudo ela fez por mim.

Agradeço a minha banca examinadora, nas pessoas de Glaucia e Patricia, pela disponibilidade, atenção e contribuições. Saiba que sem vocês, esse trabalho de conclusão de curso não teria o mesmo brilho.

Agradeço imensamente pela contribuição de todas (os) professores que lecionaram para nossa turma. Agradeço por cada palavra, cada bronca (porque não liamos o textos, porque olhávamos o celular na aula etc), isso só ratifica o compromisso de todos (as) - sem exceção- em transformar o ensino no Brasil e em formar profissionais críticos e comprometidos com a classe trabalhadora.

Por fim e não menos importante, quero agradecer a todos (as) meus/minhas amigos (as). Aos que estavam longe, mas que se fizeram presente. Aos amigos que Sousa me trouxe de presente, que não ousaria em citar para não cometer o pecado do esquecimento. As minhas amigas de quarto, que me suportaram tanto

tempo (rsrs), por todo cuidado nos momentos de tristezas, pelas alegrias e loucuras compartilhadas (coloque loucura nisso). Pela presença de vocês cotidianamente, principalmente de Joelma, que esteve comigo desde o início. Enfim a todos (as), que de modo particular se fizeram indispensáveis na minha vida. Como diria Joseph Addison “A amizade desenvolve a felicidade e reduz o sofrimento, duplicando a nossa alegria e dividindo a nossa dor”.



*Sou, bela, recatada e do lar.*

*Sou louca, corajosa e do bar.*

*Sou luta, valente e da rua*

*Sou sonho, distraída e da lua.*

*Sou bicho, feroz e da floresta*

*Sou gente, alegre e de festa.*

*Sou mulher onde quer que eu esteja.*

*“Sou o que eu quiser e não o que dizer a Veja”.*

*Graci.*

## RESUMO

A presente monografia é resultado de uma pesquisa de campo realizada na cidade de José da Penha-RN, em torno do tema da responsabilização das mulheres titulares do Programa Bolsa Família e o discurso ideológico levantado no PBF, sobre uma possível autonomia financeira das mulheres, após o recebimento da transferência monetária. Partimos da premissa de que a titularidade do PBF - apesar de positiva, já que possibilita renda para as beneficiárias- acaba corroborando para ratificação de uma lógica, que sobrecarrega as mulheres que são titulares, reforçando uma naturalização da mulher nos espaços privados, principalmente no tocante aos cuidados com os filhos (as) e o lar. Também entendemos que o PBF não é um mecanismo capaz de proporcionar uma autonomia financeira, tendo em vista, que a transferência monetária é ínfima para proporcionar melhorias nos quadros de ampliação financeira das famílias. Esta monografia tem como objetivo geral: Analisar as relações de gênero presentes no Programa Bolsa Família no que se refere à titularidade feminina, e como objetivos específicos: compreender a família e seu papel na sociedade contemporânea; Aprender os atuais contornos formados pelos serviços de Assistência Social e as relações de gênero e Averiguar junto das beneficiárias do PBF as alterações provocadas em suas condições de vida pelo programa. Para isso, realizamos um estudo bibliográfico, referente às famílias brasileiras e sua funcionalidade, bem como a proteção do Estado com relação a elas; sobre as principais categorias teóricas que solidificaram a defesa do pressuposto citado, tais como: Gênero, Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho e Relações sociais de Sexo. Com intuito de fundamentar nosso estudo e consolidar nossa investigação, realizaremos uma pesquisa de campo com as mulheres beneficiárias que fazem parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da Cidade de José da Penha. Foram realizadas entrevistas gravadas e semiestruturadas com escopo de colher os “achados” da pesquisa. Assim, podemos compreender que a titularidade feminina do PBF e sua inteira responsabilidade com relação ao PBF têm influência direta das relações sociais entre os sexos, que colocam a mulher como sujeito gerenciador das atividades domésticas e do cuidado com a família, reproduzindo esse pressuposto não só para o campo privado, no entanto, para todos os aspectos da vida social, inclusive para as políticas e programas sociais.

**Palavras Chaves:** Programa Bolsa Família, Autonomia Financeira; Titularidade; Responsabilização das Mulheres.

## ABSTRACT

This monograph is the result of a field research carried out in the city of José da Penha-RN, around the issue of the accountability of women holders of the Bolsa Família Program and the ideological discourse raised in the PBF, about the possible financial autonomy of women, after the receipt of the monetary transfer. We start from the premise that the ownership of the PBF - although positive, since it allows income for the beneficiaries - ends up corroborating the ratification of a logic that overloads the women who are holders, reinforcing a naturalization of women in private spaces, especially regarding caring for children and the home. We also understand that the PBF is not a mechanism capable of providing financial autonomy, considering that the monetary transfer is negligible in order to provide improvements in the families' financial expansion frameworks. This monograph aims to: Analyze the gender relations present in the Bolsa Família Program with regard to female ownership, and as specific objectives: to understand the family and its role in contemporary society. To apprehend the present contours formed by the Social Welfare services and the gender relations and To find out from the beneficiaries of the PBF the changes caused in their living conditions by the program. For this, we carried out a bibliographic study, referring to the Brazilian families and their functionality, as well as the protection of the State in relation to them; on the main theoretical categories that solidified the defense of the cited presupposition, such as: Gender, Patriarchy, Sex Division of Labor and Social Relations of Sex. In order to base our study and consolidate our research, we will carry out a field research with the beneficiary women who are part of the Coexistence and Strengthening of the Service of the Social Assistance Referral Center (CRAS) of the City of José da Penha. Recorded and semi-structured interviews were carried out with the purpose of gathering the "findings" of the research. Thus, we can understand that the female ownership of the PBF and its full responsibility for the PBF have a direct influence on the social relations between the sexes, which place women as the manager of domestic activities and care for the family, reproducing this presupposition not only for the private field, however, for all aspects of social life, including for social policies and programs.

**Keywords:** female ownership; Bolsa Família Program, women's empowerment, financial autonomy.

### **Lista de siglas.**

**BPC-** Benefício de Prestação Continuada.

**CAPs-** Caixas de Aposentadoria e Pensão.

**CLT-** Consolidação das Leis Trabalhistas

**FMI-** Fundo Monetário Internacional

**FMAS-** Fundo Municipal de Assistência Social

**IAPs-** Institutos de Aposentaria e Pensões.

**IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

**IDEB-** Índice de Desenvolvimento do Ensino Brasileiro.

**IDH-** Índice de Desenvolvimento Humano.

**IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**LOAS-** Lei orgânica da Assistência Social.

**LGBTI-** Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais.

**MDSA-** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

**MEC-** Ministério da Educação.

**MS.** Ministério da Saúde.

**ONU-** Organizações das Nações Unidas

**PNAD-** Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio.

**PNAS-** Política Nacional de Assistência Social.

**PAIF.** Programa de Atenção Integral a família.

**PBF.** Programa Bolsa Família.

**PETI.** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

**PGRM-** Programa de Garantia de Renda Mínima.

**PRONATEC-** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PTR-** Programa de Transferência de Renda.

**SAGI-** Secretaria da avaliação e gestão das informações.

**SENARC-** Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

**SMAS-** Secretaria Municipal de Assistência Social.

**SCVF-** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SUAS-** Sistema Único de Assistência Social.

**SNAS-** Sistema de Registro Mensal de Atendimento do CRAS.

**TCLE-** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UTI-** Unidade de Terapia Intensiva.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Imagens aéreas da cidade de José da Penha-RN. ....	79
<b>Figura 2:</b> Foto de oficina realizada pelo programa Criança Feliz em José da Penha-RN. ...	86
<b>Figura 3:</b> Grupo de gestante do Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo.....	88
<b>Figura 4:</b> Grupo de Criança de 4 a 6 anos .....	89
<b>Figura 5:</b> Grupo de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.....	89
<b>Figura 6:</b> Grupo de adolescentes de 15 a 17 anos.....	90
<b>Figura 7:</b> Grupo de pais e responsáveis.....	90
<b>Figura 8:</b> Grupo de idosos.....	91

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS E O ATUAL ENFOQUE NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA. ....</b>	<b>24</b>
2.1 A RELAÇÃO DO ESTADO COM AS FAMÍLIAS E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS SOCIAIS IMPLEMENTADAS NO BRASIL .....	24
2.2 A CRISE DO CAPITALISMO MUNDIAL E A FOCALIZAÇÃO DA POBREZA: REFLEXOS NO AUMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES .....	35
2.3 A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E OS PROGRAMAS DE ENFOQUE NA MULHER .....	44
2.4 FOCALIZAÇÃO DA POBREZA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL .....	48
<b>3. A MULHER NA ESTEIRA DO PROCESSO HISTÓRICO: ABORDANDO ALGUNS ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>55</b>
3.1 ANÁLISES EM TORNO DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS IMPOSTAS AS MULHERES .....	55
3.2. GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: UMA ABORDAGEM QUE SE IMPÕE .....	59
<b>4. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE JOSÉ DA PENHA: IMPACTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FEMININA E DA POSSÍVEL AUTONOMIA FINANCEIRA .....</b>	<b>77</b>
4.1. A HISTÓRIA E O MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA .....	77
4.2 A REGULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PAÍS APÓS 1988 .....	81
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA .....	83
4.4.1 PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS .....	91
4.4.2 RESULTADOS DA PESQUISA SEGUNDO AS VIVÊNCIAS DAS BENEFICIÁRIAS .....	95
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>

## 1. INTRODUÇÃO.

O programa Bolsa família é um benefício monetário destinado a famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. Seu intuito primário é proporcionar a segurança alimentar as famílias que são beneficiárias. A titularidade do programa é paga preferencialmente às mulheres, sendo justificada geralmente pelo discurso da eficácia do gerenciamento feminino, no tocante a administração do benefício. Partindo desse pressuposto, há uma necessidade de análise sobre as problemáticas e/ou benefícios que circunrodeiam a titularidade feminina, interligando suas conexões, as configurações históricas as quais as mulheres estão inseridas.

Compreendendo a inserção da mulher no capitalismo e as relações construídas pelos sexos ao longo da história, faz-se necessário discutir até quando essa titularidade gera a autonomia das mulheres e quais as implicações na vida dessas. Desse modo, veremos as correlações de forças desse processo, que envolve de um lado, a possibilidade de acesso ao consumo, e, por outro, potencializa a sobrecarga de trabalho das mulheres no tocante as atividades domésticas, como o cuidado com os/as filhos/as e a também a administração do lar.

Destarte, a sociedade capitalista por sua vez, apropria-se das relações entre os sexos, constituídas historicamente, para reforçar sua lucratividade. É o caso de como os governos- legitimados pelo capital- têm construído suas políticas de maneira a reforçar a subalternidade dos polos mais discriminados socialmente.

O Programa Bolsa Família, nesse sentido, não tem reforçado a autonomia dos sujeitos e nem incumbido aos homens às mesmas responsabilidades quanto as condicionalidades do Programa. Por isso, é salutar a realização de uma pesquisa que contribua para desmitificação da feminização do Programa Bolsa Família<sup>1</sup>, abordando além de dados quantitativos, histórias reais que confirmem ou não o pressuposto levantado nessa breve introdução.

---

<sup>1</sup> É o cariz que o Programa Bolsa Família tem ganhado nos últimos anos, pelo fato de ter as mulheres majoritariamente como titulares, responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades e pela



Nas últimas décadas, sobretudo, a responsabilização da família tem se intensificado, já que com o advento de um novo modelo produtivo, os serviços concernentes aos direitos sociais, tem sido substancialmente precarizados e diminuídos, no intuito de erodir as responsabilidades estatais e aumentar as taxas de lucro do capital. Desse modo, quando se aumenta os deveres para família com a reprodução dos seus membros, é a mulher, diante das imposições sociais que deve ser a principal gerenciadora dessas responsabilidades.

A centralização da família tem ganhado tanta dimensão que, em alguns estatutos e legislações sociais, é essa que passa a ser a principal responsável pelo bem-estar dos seus membros, sendo o Estado o último a intervir. Isso é um exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1993) e o Estatuto do Idoso (2003), em que a família tem dever primário no tocante ao atendimento das necessidades desses indivíduos.

Ao mesmo tempo, devemos entender que esse tipo de responsabilização da família, com ênfase na mulher, tem sido uma estratégia do Estado contemporâneo em atenuar seus sistemas de proteção e culpabilizar os sujeitos por suas mazelas, tendo em vista que o discurso ideológico vigente prega pela individualização dos problemas, desfocados de contextualização histórica.

Além disso, os/as programas/ políticas sociais de atendimento às famílias, têm ganhado uma forte focalização da pobreza, com intervenções voltadas para os mais pobres, personificadas (os) nos programas de transferência monetária. Isso rebate diretamente no acesso ao consumo, já que possibilita que o trabalhador (a) informal (que não possui emprego/ vínculo empregatício fixo) ou desempregado/a, possa alimentar o processo de circulação do mercado, se inserindo como consumidor/a.

É nesse contexto que se abre um debate no Programa Bolsa Família, de uma possível autonomia financeira dos beneficiários (as). Entendendo a complexidade da palavra autonomia, e seus limites no sistema capitalista, traçaremos um percurso e tentaremos analisar os impactos que o Programa possibilita nas vidas principalmente das mulheres, no tocante aos aspectos financeiros e subjetivos dessas.

Visaremos abordar, além dos determinantes que condicionam a subalternidade da mulher, os fatores positivos da titularidade feminina, que potencializam melhorias significativas nas famílias beneficiárias, como o fato de ser uma renda que combate a insegurança alimentar de muitos brasileiros (as), principalmente os sujeitos que estão abaixo da linha da pobreza.

A atração pelo tema surgiu nos primeiros semestres da graduação. O interesse pelas discussões de gênero e movimento feminista é paralelo a minha inserção no ensino superior. No entanto, o recorte no objeto de estudo, foi aprofundado pela minha inserção como estagiária na política de Assistência Social.

No ano de 2016, no mês de novembro, fui inserida no estágio obrigatório, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram apenas dois meses, já que fui transferida para Centro Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), onde conclui nessa instituição o estágio.

Os dois meses no CRAS, foram suficientes para perceber a responsabilização da mulher quando se refere à política de Assistência Social, no que diz respeito: a quase que inteira participação dos serviços oferecidos pela instituição; o acompanhamento dos filhos/as nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; as reuniões sobre o Programa Bolsa Família e o próprio Cadastro único das famílias que fazem parte da rede de atendimento do CRAS, tendo em sua grande maioria, a mulher como referência familiar.

No CREAS, permaneceu o mesmo cenário. Eram elas que: se responsabilizavam pelos/as filhos/as, pelos pais idosos e mães idosas, pela casa. São responsáveis pela aposentadoria dos pais interditados pela justiça; elas que são responsabilizadas quando há problemas como: evasão escolar e uso de substâncias psicoativas (principais os problemas na instituição, quando se refere a crianças e adolescentes). Enfim, em todos os casos de violação de direitos, a mulher é que deveria, no seio família, propor alternativas para resolutividade das mazelas.

As vivências diárias me instigaram a investigar o porquê que tarefas domésticas são quase que exclusivamente para mulheres, e por que ainda existem tantas assimetrias com relação ao que é “de mulher” e o que é “homem”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> São criados no campo ideológicos pressupostos que estabelecem regras, normas, comportamentos e produtos, que ratificam a separação daquilo que é dito ser de um sexo, daquilo ser dito do outro sexo. Beleza, a arte de amar, a ternura inerente, as bonecas, as casinhas, a delicadeza, o requinte e o pudor, são elementos que definem o “ser mulher”. Já a coragem, atitude, espírito ativo, brinquedos

Nesse sentido, o interesse por estudar gênero era notório, mas minha experiência enquanto estagiária foi catalizadora para que eu pesquisasse sobre o tema: “A responsabilização das mulheres e o discurso da autonomia financeira no tocante a titularidade do Programa Bolsa Família: uma análise no município de José da Penha-RN”. Desde então, busco me aprofundar nesses temas que trago na minha pesquisa, que é a Política de Assistência Social, com ênfase no Programa Bolsa Família, e a reprodução da socialização da mulher como gerenciadora do lar.

Assim, partimos do pressuposto em que há uma responsabilização da mulher sim no Programa Bolsa Família. No entanto, que essa é fruto das relações construídas entre os sexos, fundada pelo patriarcado e aprofundada no sistema capitalista. Também supomos que o programa, apesar dos inúmeros benefícios, não é suficiente para possibilitar a autonomia dos sujeitos de forma concreta.

As principais categorias utilizadas ao longo desse trabalho são: gênero, Relações sociais de Sexo, Patriarcado, Divisão sexual do trabalho, Autonomia, Família, Sistema Capitalista e Estado. As principais autoras que subsidiaram na elaboração dessa pesquisa, foram: Carloto, Mariano, Goldami, Saffioti, Scott, Mito, Kergoaut, e Trierweiler.

Para fins dessa investigação, tivemos como objetivo geral: Analisar as relações de gênero presentes no Programa Bolsa Família no que se refere à titularidade feminina.

Como objetivos específicos: Compreender a família e seu papel na sociedade contemporânea; Apreender os atuais contornos formados pelos serviços de Assistência Social e as relações de gênero e Averiguar junto das beneficiárias do PBF as alterações provocadas em suas condições de vida pelo programa.

Para concretizar nos objetivos expostos, adotaremos uma metodologia voltada para uma abordagem macrossocietária, baseada no real, com fundamento na história, sob luz da teoria de Marx. Teremos, no materialismo histórico dialético, nosso norte. Através desse método poderemos analisar o objeto particular, associado com as determinações estruturais.

Essa pesquisa se baseia na totalidade dos fatos, com as partes (fenômenos particulares) em articulação com todo (síntese da vida social), e não como um emaranhado de acontecimentos sem nexos entre si. Sobre totalidade, Piccolo e

---

como: carrinhos, espadas, jogos educativos, profissões como: cientistas, bombeiros( salvadores da pátria), médicos, engenheiro. Definem o campo masculino.

Mendes (2012) destacam: A totalidade (que não significa tudo, mas o conjunto de relações que desencadeiam e tencionam a essência do fenômeno (Piccolo, Mendes, 2012, pg. 74)

Um exemplo dessa articulação ocorre por meio da relação que o capitalismo constrói com o patriarcado. Apesar de a desigualdade pendurar a séculos, o sistema produtivo capitalista que é o todo, faz articulação com outros complexos, de modo a intensificar as assimetrias. E é nesse processo de articulação que conseguimos dar de conta da totalidade da vida social. Isso não implica dizer, que sabemos de todos os fenômenos da sociedade, no entanto, sabemos que eles se interligam de maneira dialética.

A teoria escolhida para dar conta da pesquisa tem sua essência, no que Marx chama de transposição do real para plano do pensamento, ou seja, utilizar o pensamento para reproduzir o real, tal como ele é. Sobre isso, Netto frisa:

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011. p.23)

Desse modo, o percurso teórico-metodológico supracitado, é salutar para a desmitificação de concepções reducionistas da realidade e que usam apenas a aparência dos fenômenos para compreendê-los. Não basta entender a responsabilização da mulher, sem antes associá-la a necessidade do capital de acumulação e a funcionalidade do trabalho não pago feminino, para reprodução do sistema, principalmente em relação à manutenção da força de trabalho. .

Como ora dito, a totalidade não pode ser vista como um somatório entre as partes, mas como um movimento histórico, que envolve contradições, nexos entre os fenômenos e interconexão entre complexos (entre as diversas esferas como: o direito, a arte, a cultura, a política, economia etc.). Todavia, nem sempre essa relação se expressa de forma clara, aí está o papel do pesquisador/a: entender a essência do objeto, suas partes constitutivas e seu modo de ser.

Para a realização da pesquisa, utilizamos vários instrumentos e técnicas de coleta de dados como: fontes bibliográficas: livros, artigos, dissertações de mestrado, documentos institucionais, relatórios e fontes retiradas dos meios eletrônicos: como: sites, páginas e redes sociais.

Nossa pesquisa se pautou nos aspectos qualitativos, tendo em vista que, essa abordagem abarca os sujeitos nas suas singularidades, seu modo de vida, entendendo sim as condições similares dos sujeitos, no entanto, valorizando também aquilo que faz os indivíduos únicos como: a concepção de entender o mundo, personalidades, potencialidades e capacidades distintas. Minayo destaca:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2011, p. 21 a 22).

Para compreensão do fenômeno a ser estudado, optamos pela pesquisa de campo, por entender ser o campo, espaço de inserção da realidade concreta. Em campo, podemos tentar buscar a veracidade e a comprovação das nossas inquietações. Ainda que existam inúmeros trabalhos bibliográficos sobre a temática no geral, esse recorte territorial feito para elaboração da pesquisa, ainda não possui nenhum trabalho concernente a essa temática.

Para Minayo (1993) o significado de “Trabalho de Campo” é o recorte feito de um dado espaço para elaboração de um trabalho investigativo que busque a comprovação de um pressuposto. O lugar proposto para concretizarmos o objetivo geral e os específicos citados, é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) da cidade de José da Penha-RN, bairro Boa esperança, s/n. E os sujeitos contribuintes para coleta de dados da pesquisa, são as mulheres do Grupo de pais e responsáveis, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo da instituição supracitada.

As etapas da pesquisa culminaram em cinco processos que foram: a apresentação institucional; seleção para as entrevistas; entrevistas; observações e análises de dados. Foram selecionados setes mulheres de quarenta e seis mulheres participantes do grupo para realização das entrevistas. Um dos motivos de ter selecionado apenas sete mulheres, foi o fato de ter encontrado apenas essas a disposição para gravar as entrevistas. Tendo em vista, que o CRAS estava em recesso e tive que ir aos domicílios das entrevistadas para realizar a coleta de dados.

A faixa etária das entrevistadas variou de 30 a 55 anos, sendo que quatro das setes, estão entre a dezena de trinta, e três possuem mais de cinquenta anos. Quanto à etnia, quatro se identificaram enquanto pardas, três brancas, e nenhuma como negra. Quanto o Estado Civil de: cinco se declararam casadas, uma em união estável e uma separada.

Para realização dessas entrevistas, foi entregue o termo consentimento livre e esclarecido, com vista a respeitar os procedimentos éticos da pesquisa e resguardar as entrevistadas de quaisquer possíveis violações quanto a sua dignidade e/ou de sua privacidade.

Para Barroco (2005) a ética trazida para atividade investigativa, exige a garantia dos sujeitos participantes ao acesso das informações sobre a pesquisa, especialmente, sobre os resultados, sendo esses detalhados e o sigilo do pesquisador com relação a concepções dos entrevistados, sem que esses sejam identificados (a não ser que seja vontade do sujeito).

Desse modo, procuramos, conforme o que foi citado anteriormente por Barraco (2005), manter a nossa pesquisa frisada na ética, na defesa pelos direitos humanos, evitando qualquer violação que prejudique a dignidade da pessoa humana.

A partir do exposto, desenvolvemos nosso trabalho, em três capítulos. O primeiro tem por título: “trajetória histórica da proteção social às famílias e o atual enfoque nos programas de transferência de renda: uma análise crítica”. Visamos explicitar o papel da família ao longo da história e a atenção do Estado com relação a essa, buscando sempre mostrar que apesar de algumas políticas implementadas ao longo do século XX E XXI, foi sempre a família a mais responsabilizada com relação aos seus membros, principalmente a mulher.

Traremos sobre o novo modelo produtivo contemporâneo e sua tendência de foco da família e de focalização da pobreza. Procuramos fazer um percurso histórico para compreender a funcionalidade das políticas sociais no Brasil em cada espaço temporal, e a inserção das mulheres nesse processo.

“No segundo capítulo, adotamos por nome: A mulher na esteira do processo histórico: abordando alguns aspectos teórico-conceituais da pesquisa”. Nele desenvolveremos uma densa discursão sobre os determinantes e condicionantes das assimetrias entre os sexos, buscando compreender através da ciência e da história, os porquês das desigualdades entre homens e mulheres. Faremos, a

priori, uma análise histórica sobre o patriarcado, abordaremos as questões conceituais e norteadoras sobre gênero, sobre a divisão sexual do trabalho, sobre a concepção teórica das relações sociais de sexo e sobre autonomia. Consideramos essa análise salutar para interpretação dos dados da pesquisa.

No terceiro e último capítulo, tem como tema: “O Programa Bolsa Família na cidade de José da Penha: impactos da responsabilização feminina e da possível autonomia financeira”. Traremos ao longo do capítulo, uma breve apresentação da história do município, a política de Assistência Social na cidade e alguns dados sobre a cidade. Também discorreremos sobre o perfil das beneficiárias entrevistadas e sobre os achados da pesquisa.

No último tópico serão mostrados os resultados da pesquisa, de acordo com a interpretação da pesquisadora, com as fontes bibliográficas e com os dados levantados na pesquisa. Longe de ser uma análise pronta, a nossa trabalho pauta-se na tentativa de apreender o real, tal como ele é, e não uma assertiva concreta, sem espaços para contrapontos e refutação.

## **2 TRAJETÓRIA DA PROTEÇÃO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS E O ATUAL ENFOQUE NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.**

### **2.1 A RELAÇÃO DO ESTADO COM AS FAMÍLIAS E AS PRIMEIRAS POLÍTICAS SOCIAIS IMPLEMENTADAS NO BRASIL.**

A discussão sobre família na ótica da intervenção do Estado é um debate plausível de controversas, foco de reflexão e estudos que devem transcender o campo da aparência, numa perspectiva de desvendamento da realidade. À medida que não se discute o que é família, quem se responsabiliza, seu papel na sociedade de classe, deixa-se espaços para lacunas no entendimento de sua funcionalidade no tocante a socialização dos indivíduos.

Na perspectiva de Gomes (1990) a família tem peculiaridade distinta das outras instituições, nela é moldada a subjetividade do sujeito e sua percepção sobre o mundo objetivo. Ao socializar a criança, a família incube no indivíduo o modo de ver as coisas. Como a família não é asséptica de valores e ideologias, a mesma contribui efetivamente para reprodução daquilo que está exposto. Os pais ou familiares tendem a repassar aos filhos/as, sobrinhos/as, netos/as às ideias dominantes aprendidas socialmente.

Apesar da regulamentação da política de Assistência social, como política social, deslocada de ações caritativas e constituída como política do Estado, a mesma ainda direciona suas ações pautadas nos pressupostos da Igreja Católica e com forte focalização na família. Ou seja, houve um ganho jurídico quanto à construção de uma profissão, no entanto, ainda nessa época, o direcionamento profissional tinha forte herança das protoformas da Assistência Social e a família era vista como principal sujeito de atuação dessa política.

Na primeira metade do século XX, o Brasil passa por um intenso processo de engrenagem da industrialização nacional e de desenvolvimento do incipiente capitalismo<sup>3</sup>. Desse modo, o novo sistema necessita de uma cultura que ratifique a

---

<sup>3</sup>O capitalismo tem sua gênese no Brasil no momento que tem sua força de trabalho liberada, já que antes, o trabalho no país era permeado pelo sistema escravocrata. Apesar de proporcionar subsídios



importância do novo modo de produção que surgira, o capitalismo. Trazer a família como foco de proteção, não é benemerência estatal, contudo, estratégia para divulgação dos novos ideais proclamados pelas classes dominantes.

A família que é pioneira no tocante as reproduções das relações sociais, passa a exercer um papel salutar na construção da consciência dos sujeitos. Essa, além de responsável pela construção afetiva dos seus membros, é o elemento que media e traduz inicialmente as relações de produção de uma dada sociedade. (MIOTTO, 2003).

Desse modo, tendo em vista, a formação social do Brasil escravocrata e o tardio capitalismo, com a pouca herança democrática, os direitos sociais e a Assistência Social às famílias, foram quase que exclusivamente conquistados como resultado direto da luta incessante da classe trabalhadora, em um processo histórico de coerção, onde a questão social, a priori, se esvazia de ações políticas e passa a ser tratada como caso de política. (IAMAMOTTO, 1996).

Esse processo de resistência popular foi permeado de duros golpes na democracia brasileira, apesar das regressões, a luta foi determinante para concretização do arcabouço jurídico nacional, que possibilitou a legalização da Assistência Social enquanto política pública, e dever do Estado, bem como condicionou a criação da carta magna<sup>4</sup> brasileira, a Constituição Federal.

Foram inúmeras conquistas referentes à legislação social e a legislação profissional de Serviço Social, dentre elas podemos explicitar: A lei orgânica da Assistência Social (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004), o Sistema Único de Assistência Social (2005), o Estatuto da Criança e do adolescente (1993), o Estatuto do Idoso (2003), entre outros.

Por muito tempo as famílias brasileiras das classes mais subalternas não tiveram acessos aos direitos mínimos como: saúde, alimentação adequada, moradia, saneamento básico, e etc. A única forma de proteção social existente era

---

para construção do sistema capitalista a níveis globais, através das materiais primas extraídas para construção de mercadorias, o sistema escravocrata brasileiro não tinha o trabalho assalariado como base, o que não possibilitava o desenvolvimento do capitalismo na nossa formação sociohistórica. Com a liberação dos escravos, abre todas as possibilidades para o nascimento do incipiente capital, a partir do final do século XIX e início do século XX. O incipiente sistema tem que gerar condições para o seu desenvolvimento e proporcionar meios que justifiquem e ratifiquem a sua importância para o desenvolvimento da sociedade. Desse modo, a criação capitalismo no Brasil é paralela a liberação da mão de obra escrava, igualmente a eclosão da questão social (IAMAMOTTO, 1996).

<sup>4</sup> Carta Magna Magna *Carta* (em português "Grande Carta" é um documento de 1215 que delimitou o poder dos monarcas da Inglaterra e determinou um conjunto de leis para serem estabelecidas, atualmente ganha novo significado, como um conjunto de leis que direcionam uma nação.

o apoio caritativo da igreja católica ou filantrópico da sociedade civil. Unindo a isso temos o fato do Brasil ter forte herança colonial escravocrata, e ter a presença de um estado hipertrofiado apático de participação popular (SOARES, 2012). Isso dificultou ainda mais a possibilidade de conquistas sociais, tendo em vista, que os vestígios socioeconômicos de uma nação com pouco espaço participativo, impediu a consolidação de um Estado efetivamente democrático.

As ações voltadas à proteção das famílias, ao longo da história, sempre foram deslocadas para caridade e benemerências da elite. No século XIX, foram poucas as intervenções do Estado referentes à atenção social com famílias, restringindo-se ao mero apoio dos governos às instituições de caridade, como os orfanatos e casa de apoio a crianças e adolescentes.

Para Costa e Freitas (2011), a institucionalização das crianças em orfanatos se constituiu uma das primeiras formas de assistência às famílias no Brasil. Entretanto, como as autoras abordam a administração dos serviços ainda estavam sobre domínio da Igreja Católica, e não como foco do poder público.

Para Iamamoto (1996) temos a Igreja Católica como principal agente no tocante às necessidades mais urgentes da pobreza, atuando no sentido de redirecionar as famílias para uma recristianização. Uma vez que grande parte dos segmentos da classe trabalhadora estava em processo de distanciamento da religião. Uma das estratégias da igreja era recuperar as prerrogativas perdidas, após a programação da república, com o processo de laicização do Estado.

Ainda em consonância com essa autora, a igreja influenciava diretamente os aspectos da vida cotidiana dos sujeitos sociais, contudo, se direcionava para uma perspectiva muito mais moralizadora do que educativa. A igreja acreditava que a transformação dos indivíduos, era condicionada apenas pela autocapacidade de modificação da realidade que o próprio sujeito detinha.

Não foram poucas as ações implementadas pela igreja, até a segunda década do século XX, podemos destacar entre tantas, a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paula. Essa instituição existe desde 1900, em Curitiba, e tinha como principais protagonistas as mulheres, que atuavam em meio às famílias pobres e pessoas com a saúde fragilizada.

Outra instituição que atuava na proteção às famílias subalternas é a rede Cáritas Internacionalis<sup>5</sup>. Essa entidade tem principal foco, o auxílio às vítimas de catástrofes naturais, de guerras ou pessoas em situação pobreza. Essas instituições, que estão espalhadas pelo mundo inteiro, fazem parte da Igreja Católica, e atuam desde o final do século XIX, sendo que sua primeira representação foi criada em 1897 na Alemanha. (RODRIGUES, 2007).

A Santa Casa de Misericórdia<sup>6</sup> é outra entidade com fins benemerentes e caritativos, e que tinha escopo cuidar dos enfermos. Sua criação foi em Portugal ainda no século XV. Essas casas foram estendidas para demais colônias de Portugal, como o Brasil, sendo que esses espaços serviam principalmente para proteger a saúde dos mais pauperizados.

Desse modo, até por volta da segunda década do século XX, não havia ações do Estado concretas no trato com as famílias, nem mesmo uma proteção do trabalho referente aos recém-libertos/as e os/as imigrantes. O Brasil, que passava pela recente “liberação de mão de obra livre”, via a questão social<sup>7</sup> eclodir sobre as novas contradições do capital e trabalho. Tendo que posteriormente ceder às lutas das trabalhadoras, e atenuar as péssimas condições de vida dos trabalhadores/as, que foram deterioradas pelo incipiente capital nacional. Vale ressaltar que:

A gênese da “Questão Social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete a incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social (SOARES, 2012, p.26).

<sup>5</sup> A rede caritas é um conjunto de instituições filantrópicas que fazem parte da igreja católica desde século XIX. Tendo em vista, o aguçamento das expressões da questão social, a igreja católica resolve criar planos que visem atenuar a pobreza gritante dos trabalhadores. No período de divulgação desta encíclica o capitalismo já havia ganhado forma e as consequências de sua expansão não paravam de se agravar, pois o processo de desenvolvimento beneficiava apenas os proprietários dos meios de produção, ao passo que, quem fornecia a mão-de-obra para tal progresso era premiado com as más condições de trabalho, de salários, de moradia, enfim, à classe trabalhadora restava a generalização da pobreza e consequente agravamento das desigualdades sociais (RODRIGUES, 2007, p.2).

<sup>6</sup> A criação das Santas Casas de Misericórdia, em 1498, em Portugal foi um marco na reorganização e na assistência caritativa e da saúde, tendo tido ecos por todas as suas colônias, fossem elas no território das Índias ou da América. (GONÇALVES, GOULART, 2015, p. 10) Se constituiu como grande instrumento de defesa e atendimento, principalmente a saúde dos mais pobres e enfermos. Como afirma Yazbek (2005, p.219), a Igreja tem importante papel nesse momento, pois, as “esmolas, que eram oficialmente recolhidas, e ações de caridade vão cunhar um modelo caritativo de assistência que recolhia dos ricos e distribuía aos pobres e que mesclava assistência e repressão”.

<sup>7</sup> Questão Social é o conjunto de contradições econômico-sociais, políticas-culturais proveniente do modo como se estabelece as relações sociais no sistema capitalista, todo problema que advir dessa relação, podemos caracterizar de Questão Social (Iamamoto, 1996), Netto (2011).

Indubitavelmente a origem da questão social no Brasil está ligada ao processo de inserção capitalista nas relações de produção brasileira. Para tanto, foi necessário que a mão de obra escrava passasse de “gratuita” para assalariada. Só assim, seria possível que o nascente capitalismo eclodisse no país e o novo sistema de produção material se desenvolvesse.

Quanto ao apoio do Estado com relação aos direitos sociais da classe trabalhadora, esse ocorrerá no momento que o processo de pauperização da sociedade brasileira passará a ser insustentável e quando a classe trabalhadora de apática passa a se organizar politicamente, para enfim reivindicar seus direitos, bem como questionar a ordem vigente.

A relação do Estado com as famílias brasileiras ao longo da história, sempre foi um paralelo entre a invisibilidade e a coerção. Basta pensar, o abandono estatal em relação às famílias dos escravos, no período posterior a abolição da escravatura.

Segundo Fernandes (2008) um ponto para reflexão sobre essa temática é a forma como o Estado Brasileiro, tratara às famílias dos/das imigrantes que vieram para trabalhar no solo brasileiro. Os/as imigrantes não encontraram nenhuma proteção trabalhista, tão pouco liberdade de expressão para reivindicar por melhores condições de vida no tocante aos aspectos mais imediatos da vida cotidiana.

Para Yamamoto (1996), a exploração a qual os trabalhadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as foram submetidos/as, comprometia até suas funções mais vitais, visto que, com o salário que eram condicionados/as a receber, era insuficiente para atender as demandas materiais e imateriais suas e de seus familiares.

Além disso, as mulheres eram consideradas como estratégia para o rebaixamento salarial, visto que socialmente dita como inferior, o seu salário não podia se equiparar a de um homem adulto com saúde estável, e com plena capacidade para prática de atividades laborais. A mulher brasileira é posta ao mercado de trabalho com inúmeras dificuldades com relação aos homens e com um cariz bem mais pauperizado quando comparada com o sexo masculino.

As leis sociais do trabalho foram as primeiras formas de atenção do Estado com os/as trabalhadores/as, em uma perspectiva de mínima proteção da força de trabalho. Dentre as conquistas nessa época, podemos citar: proibição do trabalho

infantil, seguro contra acidente e doença, direitos às férias etc. Já no ano de 1926 é aprovado um conjunto de “proteção social” que regulamenta todas as conquistas citadas. (IAMAMOTTO, 1996).

Apenas com a intensificação das contradições entre as classes e o aguçamento da industrialização no país, unindo a luta da classe trabalhadora, que o Estado Brasileiro lança novas estratégias e novas ações no tocante minimização das gritantes expressões da questão social, que se intensificava no Brasil já no início da terceira década do século XX. Mestreser ressalta:

Com a chamada revolução de 30, o Estado terá que assumir funções maiores, superando a função apenas de coerção. Terá papel de regulamentação, organização, coordenação, intermediação e até de educação, enquanto promotor de uma nova cultura, afinada a diferentes exigências (2011, p. 67- 68).

No plano do Governo dos anos 30<sup>8</sup>, sua proposta sobre as cartilhas dos direitos<sup>9</sup>, se referiu principalmente aos direitos trabalhistas. A concretização desses ideais fundamentaram a criação da “Consolidação das Leis Trabalhistas” (CLT) e a implementação das primeiras ações da previdência social no Brasil, na forma dos seguros sociais para o/a trabalhador/a e seus dependentes.

Getúlio Vargas (1930-1945) e (1951 a 1954) o então presidente do Brasil incentivou a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPS), no intuito de garantir a segurança no trabalho, bem como o direito a aposentadoria (na velhice ou por invalidez) e o seguro para familiares do/da segurado/a, entre outros benefícios, posteriormente, chamado de IAPS (Institutos de Aposentaria e Pensões).

<sup>8</sup> Marca ao período que Getúlio Dornelles Vargas, se instaura como presidente da república, através de um golpe de Estado. Época de uma grande crise política, social econômica no Brasil, advindo principalmente da erosão da política de café com leite, que alternava o poder entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo para presidência. O domínio estava entre os grandes fazendeiros de café (São Paulo) e os produtores de leite (Minas Gerais). Antes de Júlio Prestes assumir a presidência, o movimento depôs Washington Luís e colocou Getúlio na vanguarda do poder executivo. “O Brasil, a reboque desse contexto, vivenciou uma grave crise econômica, política e social que teve como resultado a derrubada da Primeira República, e a posterior introdução da ditadura do Estado Novo”. (SILVA, 2010, p. 260).

<sup>9</sup> Cartilhas dos direitos, é usada para se referir aos direitos implementados após a década de 30, posterior a inserção de Vargas no poder, principalmente os direitos trabalhistas, direitos sociais e direitos políticos.

Apesar do País não ter vivenciado o Estado de bem-estar social europeu<sup>10</sup>, o governo Vargas consolidou algumas leis e direitos inexistente até o momento, mesmo que confundido pelo paternalismo<sup>11</sup> estatal ou pela política de favor, ao trabalhadores/as formais, é estabelecido um mínimo de estabilidade profissional, que até recentemente não era plausível de concretização, sendo a relação apenas contratual entre empregador e empregado. O Perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanava do poder central e sustentava-se em medidas autoritárias. (COUTO, 2010, pg. 103).

Quanto à primeira política da Assistência Social voltada a família que se tem registrada é a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Essa foi constituída no escopo de atender as famílias dos soldados brasileiros que foram a Segunda Guerra Mundial<sup>12</sup>. A princípio essa política contava com o financiamento da sociedade civil, todavia, logo se torna uma política de Estado, com extensão para demais famílias brasileiras, em diversos setores da proteção social, como Saúde, Educação e Assistência Social. (IAMAMOTTO, 1996)

Em paralelo a construção das primeiras políticas sociais voltadas para família, temos a inserção das mulheres no mercado de trabalho. À medida que se desenvolve a industrialização nacional, e que necessita indubitavelmente, da massificação da mão de obra para o crescimento do capitalismo local, as mulheres

<sup>10</sup> O termo é utilizado para se referir ao modelo de proteção adotado após a Segunda Guerra Mundial. Esse modelo visa à garantia do pleno emprego e a assegura a implementação de direitos sociais universais para os trabalhadores como: moradia, benefícios sociais, Assistência Social, saúde, educação, entre outros. Para Bering (2003) o Estado de bem estar social, se constituiu por muito tempo como uma estratégia de recuperação da crise de 1929, e que hoje com advento e novas crises, ganha lugar para um novo modelo produtivo, o neoliberalismo, que traz uma serie de contrarreformas no Estado que acaba afetando os aspectos mais vitais dos trabalhadores.

<sup>11</sup> Relação que o governante em sua condição hierárquica proporciona um bem ou serviço a fim de restabelecer algo em troca, que na maioria das vezes é o voto. Certo “pacto” em que a solução dos conflitos passa, muitas vezes pela negociação individual que resulta na prestação de “favores”, bem escolhidos ou interlocutores, os patrões acabam por atingir lideranças cujo poder de mobilização passa a ser utilizado para desmobilizar possíveis confrontos, reforçando o “paternalismo (SOARES, 2012, pg.122)

<sup>12</sup> A segunda guerra mundial foi um conflito que durou de 1939 a 1945 e envolveu a maioria das nações do mundo, deixando a marca de milhões de mortos. Os grupos adversários dividiam-se entre os aliados e o eixo. O ponto inicial da guerra foi à invasão da Polônia, pela Alemanha. Os principais países dos grupos dos aliados foram: França, Inglaterra e Estados Unidos e os países do eixo foram: Alemanha, Itália e Japão. A participação no Brasil se deu após 1942, com um acordo feito pela então presidente do Brasil, Getúlio, com Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, condição que colocou o país a favor dos aliados. O Brasil foi campo de batalha pela primeira vez em 1944, 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), além de enviar tropas para Itália, o Brasil contribuiu com a guerra enviando fornecimento de matéria-prima e navios para o grupo dos aliados.

são condicionadas a se inserirem no circuito produtivo. Isso também tem forte relação, com sua luta e com o processo de resistência social. Nesse sentido, mais que ações pontuais e ligadas ao trabalho, o Estado necessita efetivar políticas sociais, que criem a possibilidade de inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho.

Contudo, em Consonância com Mestriner (2011), podemos frisar que apesar das mulheres adentrarem no mercado de trabalho, houve-se um forte apelo religioso, quanto à permanência da mulher nos espaços privados, com foco “na preservação e cuidado com os filhos/as” e manutenção da família tradicional.

Apesar de algumas poucas políticas sociais quanto à diminuição de responsabilidade das mulheres, continua a ser das mulheres o dever quanto ao cuidado com os/as filhos/as. O Estado apenas com o intuito de permanecer utilizando da força de trabalho mais barateada, resolve programar políticas e ações como: creches, educandários, internatos, escolas profissionais para os adolescentes que possibilitam a permanência das mulheres no mercado de trabalho, para que não deixem de serem as principais responsáveis, quanto à esfera privada.

Destarte, o Estado que intervinha sobre as condições de vida da classe trabalhadora, foi condicionado e direcionado, pela resistência da população subalterna, a buscar estratégias de atenuação das expressões de pobreza. Todas as conquistas não se deram pelo mero apoio benemerente do Estado, todavia, como fruto de sua própria luta dos trabalhadores/as.

Contudo, a assistência prestada à família, traçou uma ótica de descaracterização política das classes subalternas, no sentido de esbarrar e conter os movimentos de reivindicação, no intuito de estabelecer uma conciliação entre as classes, ou uma filantropia disciplinadora e autoritária. (MESTRINER, 2011).

Portanto, podemos perceber que a família passa por intensos processos de contradições. Ora, se por um lado o Estado passa a responder minimamente algumas demandas efetivas da classe trabalhadora, por outro, esmaga toda possibilidade de mobilização da classe trabalhadora, já que age efetivamente como canalizador das frações democráticas.

A família ao longo da história tem uma função substancial na socialização dos indivíduos, constituindo-se a primeira instituição aos quais os homens e mulheres serão inseridos/as. Estabelece de fato como primeira relação social e

transmissão daquilo que se entende por realidade, costumes, cultura e o modo de se estabelecer a produção material da vida humana dos indivíduos.

Para Carloto e Mariano (2008), apesar de mais aberta quanto aos novos arranjos familiares, a família continua a reproduzir as velhas funcionalidades, tangente ao cuidado com os membros e a socialização das relações. Contudo, para elas, os aspectos naturalizados como a função da mulher, continuam a serem estabelecidos. Embora haja transformação quanto o conceito do que é família, é a mulher a principal responsável pela reprodução dos filhos/as netos/as sobrinhos/as. Ou seja, com o cuidado de todos, pois essa adquire uma “essência” de cuidadora.

A família, desde os tempos mais remotos da sociabilidade humana, tem função de proteger seus membros. A divisão sexual do trabalho<sup>13</sup> foi desde muito cedo determinada, à medida que se estabeleciam as relações entre os sujeitos. Na pré-história, por exemplo, ao passo que procriava, a mulher, no seu período de amamentação, ficava com os seus filhos/as, enquanto o genitor buscava o alimento para subsistência da família.

No entanto, a função dada à mulher nesse momento não exerce uma relação de inferioridade com relação ao homem, uma vez que como não havia alimentos suficientes para que pudesse repassar aos filhos/as, a única forma de reproduzir a prole era a o leite materno. Por isso, a permanência no espaço privado, para que o pai fosse à busca de alimentos.

Nesse caso, o fato da mãe ficar no âmbito doméstico, era algo necessário e não algo criado socialmente. Quando se cria a possibilidade de guardar alimento, ou se produzir excedente, e mesmo assim a mulher continua ser a principal responsável pela criação dos filhos/as e pelas tarefas do lar, consistiu-se uma relação estabelecida historicamente. Essa relação construída em torno do papel social da mulher, chamamos de relação de gênero (SAFFIOTI, 1994)

Ainda seguindo essa ótica, Miotto,(2003), conclui conforme os seus estudos que o conceito de família é histórico e universal, pois independentemente de classe, etnia e gênero, a representação social é a mesma, ou seja, independente de circunstância, a família tem escopo de proporcionar o bem-estar material e

<sup>13</sup> A divisão sexual do trabalho é a forma como se estabelece a divisão do trabalho dentro da lógica das relações sociais de sexo, ou seja, como historicamente pelos sexos é estabelecida a divisão do trabalho. Hoje ela está estabelecida, de modo a priorizar o homem na esfera produtiva e a mulher na privada. (KERGOUAT, 2003)



imaterial dos seus membros. Ela ainda destaca que além da funcionalidade da família, há uma cobrança externa, com relação à mãe/mulher, no que diz respeito à harmonização das relações familiares, separando assim as famílias “capazes” e as “incapazes” de proteger os seus.

A importância da família no âmbito da vida social está descrito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, quando explicita que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Também está frisada no Estatuto da criança e do adolescente e no Estatuto do idoso, nos artigos 4º e 3º dos respectivos estatutos.

A família, independente dos seus arranjos, assume função privilegiada de mediação entre o indivíduo e a coletividade, entre a vida privada e a vida pública. (PNAS, 2004). O reconhecimento de família atualmente abarca todos os conceitos de socialização, e construção de afetividade, deslocando-se da velha ideia de família está ligada apenas à procriação e à sexualidade.

Além disso, é notória a ênfase sobre o papel da família no tocante à capacidade de efetivar o bem-estar dos seus integrantes, e isso é indubitavelmente visível, já que em todo mundo, a família é vista, como primazia da proteção social dos membros que ela compõem. No entanto, pouco se diz sobre o papel que o Estado tem referente à proteção social às famílias. Ao invés disso, quando a família não consegue estabelecer o equilíbrio na relação com seus membros, não se questiona as lacunas deixadas pelo Estado. Entretanto, é a família a principal responsabilizada. (GOLDANI, 2002)

As famílias brasileiras sofreram na pele a concretização de um Estado fraco no tocante às políticas sociais, ao passo que unido a isso, poucos foram os intervalos democráticos, em que foi possibilitado o exercício das liberdades individuais. As mulheres, além de se inserirem no mercado de trabalho para auxiliar na subsistência familiar, continuaram os mesmos processos de enclausuramento às tarefas domésticas e responsabilização pelos sujeitos que compõem a família.

Desse modo, compreende-se que as famílias brasileiras, têm servido ao longo da história, para amortecer os problemas sociais. Ou seja, ao protegerem seus membros, a família diminuiu significativamente a responsabilização do Estado no tocante às políticas sociais, já que essa será a principal agente no processo de efetivação das necessidades mais latentes dos indivíduos. Na maioria das vezes, enquanto se onera a estruturação das políticas públicas, as famílias tendem a

recorrer à esfera privada, no intuito de ter acesso ao direito, passando de cidadão de direitos ao que Mota (2011) designa de cidadão consumidor.

Essa lógica de solidariedade familiar reforça a proteção entre os membros, no entanto, quando a família se responsabiliza inteiramente por todos os aspectos da vida dos sujeitos que ela compõe, acaba atenuando o dever do Estado em intervir em algumas esferas da sociedade, com o caso da saúde, educação, lazer e cultura.

Enfim, para o Estado, as famílias se consolidaram como uma instância mediadora e promotora da equidade e justiça social, bem como responsável pela efetivação dos direitos humanos básicos e pela inserção dos indivíduos nas relações sociais.

Além disso, o Estado ainda aproveita-se das relações de gênero desiguais<sup>14</sup> constituída no seio social, para repassar as responsabilidades às mulheres e diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho atual. Logo porque a mulher, além de trabalhadora, corrobora para que na esfera privada, o trabalhador tenha suas necessidades atendidas, sem que esse tipo de trabalho, seja pago ou renumerado. Ou seja, ao exercer o trabalho doméstico, ela reproduz a força de trabalho, à medida que atende as necessidades do trabalho, como: alimentação, ambiente limpo e adequado para o seu descanso e uma série de atividades que possibilita a reprodução do/da trabalhador (a).

Para Cisne (2012), a inserção das mulheres no mercado de trabalho, é cada vez mais intensa e constante, entretanto, em tese, a mulher continua a ter as mesmas responsabilidades quanto ao trabalho doméstico, sendo que o capital desonera suas responsabilidades, sem ter prejuízo algum. Para essa autora, a conquista maior não foi das mulheres que conseguiram adentrar as relações produtivas, mas, sobretudo, do capital, no seu processo de expansão dos lucros.

Nesse sentido, as mulheres enfrentam um grande dilema na contemporaneidade, já que precisam prover e cuidar de suas famílias ao mesmo tempo, assumindo duplas jornadas de trabalho, aliadas a um contexto de metamorfose e uma verdadeira fragilização nas relações de trabalho. Ao passo que o Estado pouco se preocupa com as reais necessidades das mulheres, e poucas

---

<sup>14</sup> Refere-se à forma como foram estabelecidas, as assimetrias entre homens e mulheres. Processo que denota as desigualdades entre os sexos, que por um lado, o polo masculino detém as maiores prerrogativas e privilégios com relação ao polo feminino.

vezes, discutem principalmente nos espaços públicos, sobre divisão sexual do trabalho, e sua implicação atual para as trabalhadoras no contexto do neoliberalismo.

## 2.2 A CRISE DO CAPITALISMO MUNDIAL E A FOCALIZAÇÃO DA POBREZA: REFLEXOS NO AUMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES.

A proteção social referente às famílias teve seu aprofundamento no Welfare State<sup>15</sup> e foi a partir desse momento que os governos da representação política passaram a intervir diretamente nas expressões da Questão Social. Essa nova forma de governabilidade, adotou como sustentáculo político o Keynesianismo, que nada mais é que a proposta de intervenção no Estado na área social, em vista a erodir a crise que havia se instalado nos anos 20, propondo a política do pleno emprego e criação de direitos sociais, com intuito de recuperar o consumo. O conjunto desses ideais foi criado por John Maynard Keynes<sup>16</sup>.

Em consonância à adoção das medidas keynesianas, são proporcionados subsídios ideológicos que defendam o consumo em massa, já que o intuito basilar é a recuperação das taxas de lucros, e isso ocorre na concretização do processo de circulação das mercadorias. Para tanto, foi necessário que o sistema criasse um modelo produtivo em massa, para incentivar a compra das mercadorias. Nisso o capital inovou propondo que o Fordismo fosse esse novo modelo.

Segundo Boschetti, Behring (2011), a relação de intervenção entre a relação capital-trabalho- com vistas a tornar rígidas a relações de produção e a ações do Estado como intuito de socializar o custo da força de trabalho- passaram a ampliar a ações relacionadas aos direitos da classe trabalhadora.

Consolidado em uma perspectiva anticíclica, o keynesianismo institui as políticas estatais de regulação econômica e social, de que são exemplo a planificação social e a intervenção na relação capital/trabalho, por meio de uma política salarial, da política fiscal, da política de crédito e das políticas sociais (MOTA, 2010 p.127).

<sup>15</sup> Estado de bem-estar social ou Welfare State é um termo inglês designado para determinar uma política econômica voltada a intervenção estatal sobre a economia, de modo que proporcione aos cidadãos o mínimo acesso as políticas sociais, como saúde, educação e previdência social.

<sup>16</sup> Economista e empresário John Maynard Keynes, nasceu em 5 de junho de 1883 na cidade de Cambridge. Foi o grande idealizador do Keynesianismo, e levantou o pressuposto que a escassez de demanda, se dava pela ausência de estímulo da oferta. Sua principal obra foi designada de “ Teoria Geral sobre o emprego, do juro e da moeda.

Entretanto, todo processo de crescimento econômico aliado à ampliação dos direitos sociais, foram interrompidos pela inserção de uma nova crise que se instalava nas engrenagens do capitalismo. Para Bochetti, Behring (2011), a crise clássica<sup>17</sup> foi determinada pela superprodução e diminuição das taxas de lucros do capital. Ou seja, a oferta passou ser maior que a procura.

O capitalismo que outrora ampliava os direitos da classe trabalhadora propõe uma nova estruturação para recuperar as taxas de lucros perdidas com a crise. A solução posta é à flexibilização das relações de trabalho e o sucateamento das políticas sociais, com forte apelação da sociedade civil para atuar como protagonista dessas políticas. Esse processo é caracterizado de reestruturação produtiva<sup>18</sup> do capital. A nova política econômica que subsidia esse processo é o neoliberalismo<sup>19</sup>.

Para Netto e Braz (2012) a crise do capitalismo é inerente ao processo de acumulação do capital. O capitalismo em sua sedenta necessidade de acumular, cria mercadorias além do que é necessário, provocando um verdadeiro descompasso entre a produção e a circulação desses produtos. O mais contraditório nesse processo, é que apesar de toda riqueza social, a maior parte da população não tem acesso ao leque de produtos existentes. Ou seja, se grande parte dos/das

<sup>17</sup> A crise clássica do capital se dá por volta de 1970, quando o modelo produtivo fordista, que prisma a produção em massa, ver suas bases erodidas, à medida que a procura torna-se bem menor que a oferta. A crise é irreversível e se pendura atualmente, uma vez que as taxas de lucros perdida com essa, jamais foram recuperadas. Como o próprio Marx ressalta no *Capital*, as crises são inerentes ao modo como se estabelecem as relações sociais no capitalismo. As crises “não são nem o resultado do acaso, nem produto de elementos exógenos (...), elas correspondem ao contrário, a lógica imanente do sistema, embora fatores exógenos e acidentais desempenhem evidentemente um papel nas particulares de cada ciclo” (MANDEL, 1990:1 APUT MOTA, 2011 p. 50)

<sup>18</sup> Reestruturação produtiva é a recomposição do capitalismo após os anos de prosperidade econômica do Keynesianismo, ou seja, as transformações remetentes as relações produtivas engendradas na organização orgânica do capitalismo após o aparecimento da crise dos anos 70. Para Behring (2003) a reestruturação do capital proporcionou a flexibilização das relações de trabalho, o sucateamento das políticas sociais e o que ela designa de contrarreforma dos Estados Nacionais. Numa conjuntura de crise, a reestruturação produtiva é uma iniciativa inerente ao estabelecimento de um novo equilíbrio instável, que tem, como exigência básica, a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital. (MOTA, 2011, p. 65)

<sup>19</sup> Começemos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1995, p. 9. Segundo Montañó e Duriguetto “ O projeto/processo neoliberal” constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós 1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação’ produtiva e ‘(contra) reforma do Estado’”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 193, grifo do autor).

trabalhadores/as não têm acesso às mercadorias e a riqueza social, acarreta o que eles designam por superprodução, ou seja, excesso de mercadorias, impossibilitando o processo final da circulação.

Ao passo que o capital cria mecanismos para superação da crise, o mesmo determina e altera as condições da vida em sociedade, principalmente os aspectos ideológicos. Nesse sentido, esse é representado por grandes corporações internacionais, acaba determinando a forma como os Estados Nacionais conduzirão suas políticas sociais. A política representativa desses países finda sendo a verdadeira representante do capital, já que libera e escoas as relações produtivas, incentivando a maximização dos lucros dos empresários/ as, em detrimentos das políticas sociais.

Isso pode ser observado nas isenções e renúncias fiscais (de igrejas, empresas, organizações filantrópicas, etc); Na pouca ou inexistente taxaço sobre os grandes negócios do empresariado; Na aprovação de projetos que vão de encontro com a desregulamentação do trabalho, entre outras ações. Tudo isso, tem possibilitado a discussão sobre a indissociabilidade entre economia e política.

Para Motta (2010), a grande investida do capitalismo em tempos de neoliberalismo, tem sido os programas de transferência de renda, esses se constituem como peças elementares para consolidação da focalização da pobreza, e se efetivam como instrumentos de minimização das expressões da pobreza mais gritantes das famílias.

O sucateamento dos serviços públicos na década de 1990, tem se tornado um dos principais dilemas da contemporaneidade. Isso pode ser visualizado nas grandes filas nos hospitais, na precarização das escolas públicas, na adesão à rede privada, nas reformas na previdência, na privatização do público, entre outros retrocessos. É nesse cenário de sucateamento das políticas sociais e dos bens públicos, que a família é resgatada como alvo para as políticas de combate à pobreza e como forma da regulação estatal. (CRUZ, 2014)

Tornar a família como foco das políticas sociais e focalizar a proteção aos mais pobres, não é peculiaridade do Estado brasileiro, todavia, faz parte de uma lógica internacional, regida pelas grandes corporações do capital, como Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). É inegável e notória a centralidade que o conceito “pobreza” assumiu desde o início da década de 90,

sobretudo em função de sua ampla utilização pelos organismos internacionais (TRIERWEILER, 2013 p.41).

Além disso, com vista a reafirmar os ideais proclamados pelo neoliberalismo, houve uma reunião designada de Consenso de Washington<sup>20</sup>, que buscou além de reafirmar os ideais econômicos de minimização do Estado, apelou fortemente pela focalização da pobreza, no tocante as ações do Estado. Nessa reunião participaram além dos representantes políticos pais periféricos, as grandes corporações do capital.

A forte flexibilização do trabalho e precarização dos direitos sociais, têm contribuído para que o Brasil, assim como a maioria dos países do mundo, tenha desenvolvido um crescimento das taxas de desemprego e pobreza elevadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) no ano de 2017<sup>21</sup>, o desemprego chegou a 12,4%, correspondendo a quase 13 milhões de desempregos no país.

Isso vem desafiando a sociedade e o governo liberarem, os programas sociais e econômicos voltados à atenuação da pauperização da sociedade. De modo a diminuir os impactos do desemprego, em épocas que imperam a desregulamentação do trabalho e perdas no poder de barganha da classe trabalhadora (GOLDANI, 2002).

Nesse sentido, as políticas sociais que ganham destaque, são aquelas que atuam de forma focalizada e seletiva, ao/a “indigente” e ao/a pobre extremo/a. Mantendo uma relação quase inconciliável entre trabalho e direito. Aqueles/as que podem pagar pelo acesso ao “direito” recorrem à esfera privada (a exemplo dos

<sup>20</sup> Em consonância com Montaño e Duriguetto (2011) “Com intuito de orientar esse processo - fundamentalmente nos países latino-americanos - em novembro de 1989, realizou uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, Bird, Banco Mundial) funcionários do governo americano e economistas e governantes latino- americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington. As “recomendações” ( impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos , 3) reforma tributária, 4) juros de mercado , 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre os investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10 ) institucionalização da propriedade intelectual (ver Carcanholo ,in Malaguti et al. 1998,p. 25) [...] O plano de ajustes constata de três fases: a) a primeira, dirigida à estabilização macroeconômica, persegue o superávit fiscal reduzindo o déficit da balança comercial e reestruturando ( desmontando ) o sistema previdenciário ; b) a segunda fase ,dedicada às reformas estruturais ,tem por objetivo a liberalização financeira e comercial, a desregulamentação dos mercados e a privatização das empresas estatais; c) a terceira, definida como retomada dos investimentos e do crescimentos econômico (ver Fiori, 1995)”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 210-211, grifo do autor). 22

<sup>21</sup> Disponível em : <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>

seguros de saúde, previdência complementar privada etc) e aqueles/as que não podem, recorrem aos benefícios sociais e “a face filantrópica do Estado<sup>22</sup>”. Essa perspectiva tem distanciado a política de Assistência Social da ótica de política pública e de dever do Estado. Mota (2010) destaca:

O argumento central é o de que as políticas sociais que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo os acessos e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando no novo fetiche de enfretamento as desigualdades [...] (MOTA, 2010 p. 133 -134).

A Seguridade Social brasileira passa por um intenso processo de enfraquecimento. Suas políticas estão sendo vistas como alvo da mediação do mercado de trabalho, e não como foco de atuação do Estado. Ao contrário, o Estado passa a implementar ações compensatórias rementes a pobreza, com o intuito de apaziguar e cooptar a classe trabalhadora, diluindo seu potencial de luta e resistência.

O campo da Seguridade Social faz parte do leque de reprodução da vida em sociedade, e como tal apresenta contradições sociais. Logo, se existe correlações de forças, no modo como se reproduz a sociabilidade, é factível que a seguridade social como campo de mediação, sofra inúmeros rebatimentos, como outrora citado, a privatização progressiva das políticas sociais e a assistencialismos aos mais pobres.

Essas ações assistencialistas vêm ganhando um discurso de combate à pobreza, “eliminação das desigualdades” e inclusão dos mais pobres. No entanto, as ações criadas pelos Estados Nacionais, são pautadas principalmente na focalização e seletivismo entre os/as mais pauperizados/as, tendo as suas ações abrangendo apenas uma fração da classe trabalhadora, aquelas que por razões estruturais, não se adequaram ou não se inseriram no mercado de trabalho.

Destarte, a política de Assistência Social, em tempos de refração de direitos, torna-se o principal mecanismo de atenuação do desemprego e da pobreza relativa, em tempos de flexibilização do trabalho, e de queda do poder de barganha da classe

<sup>22</sup> Uma crítica à forma como são implementados os programas e políticas sociais no Brasil. Que longe de se constituir de fato como direito da população, acaba na maioria das vezes assumindo mais um caráter de benemerência dos gestores.

trabalhadora. Além disso, quando engrossa as fileiras do desemprego, os/a trabalhadores/as perdem, conseqüentemente, a mobilização, já que estão condicionados a serem eliminados do mercado de trabalho, e ficarem na condição de desempregados/as.

A focalização da pobreza tem ganhado ênfase no âmbito das políticas sociais, e isso tem influência dos organismos internacionais do grande capital, como anteriormente dito. Esse pressuposto pode ser observado nos últimos posicionamentos do Banco Mundial, quanto ao programa Bolsa Família no Brasil e outros programas de transferência de renda como Chile Solidário<sup>23</sup>, entre outros.

Em fevereiro de 2017, o Site do Banco Mundial, divulgou uma nota<sup>24</sup> sobre a importância de ampliação do programa Bolsa Família, em tempos de recessão econômica. Em nota, foi explicitado que o país vivenciava um ciclo depressivo quanto a sua economia, e que ampliar o programa seria a “solução” para atenuar as desigualdades sociais, evitando que mais brasileiros/as adentrarem na linha da extrema pobreza.

É compreensível que o banco mundial e as grandes corporações do capitalismo, estejam antes preocupados com os programas de transferência de renda, do que com a ampliação das políticas sociais, como educação e saúde, em tempos de retração do Estado e adesão máxima ao capital. Para Mota (2010), os programas de transferência de renda estão cumprindo uma dupla finalidade, econômica e política, na medida em que possibilita o acesso ao consumo a quem não está inserido/a no mercado de trabalho e consegue responder mesmo que minimamente as necessidades de parcela da classe trabalhadora.

Os Programas de transferências de renda serviram principalmente, não para substituir o trabalho, contudo, para aumentar as possibilidades de consumo, se

---

<sup>23</sup> O Chile Solidario é um sistema de proteção social voltado para as famílias chilenas, que vivem na extrema pobreza. Foi criado pela lei n. 19.994 de 2004, no governo de Ricardo Lagos. Consiste no apoio psicossocial as famílias, financeiro e através de pensões de previdência pelo decreto (n. 869 de 1975) e o subsídio escolar (lei n. 19.873). Assemelha-se ao Programa Bolsa Família, por ter foco na pobreza.

<sup>24</sup> Como Explicita o site do Banco Mundial no ano de 2017 “Nossa análise sugere que a desigualdade e a pobreza aumentaram em 2016 e continuarão elevadas em 2017. No cenário 1 (mais otimista), com uma queda de 3,4% na atividade econômica entre 2015 e 2016 e um aumento de 0,5% entre 2016 e 2017, a estimativa é de que a desigualdade aumente e cerca de 2,5 milhões de pessoas sejam “empurradas” para a pobreza. No cenário 2 (mais pessimista), com uma queda de 3,7% do PIB real entre 2015 e 2016 e de 1,0% entre 2016 e 2017, a desigualdade aumenta ainda mais em 2017; neste caso, a probabilidade é de que 3,6 milhões de pessoas caiam na pobreza.



constituindo uma grande estratégia, em aumentar o poder de compra. Isso pode ser observado no Brasil nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016) com o aumento do crédito da classe trabalhadora, que outrora não detinha nenhum poder de consumo.

Tudo isso pode ser visto nos últimos dez anos, famílias que não detinham de mínimas condições de subsistência, hoje adquirem possíveis bens, como os duráveis, da eletrônica e informática, por exemplo. Trata-se da lógica do capital, em retornar seu poder de barganha e aumentar suas taxas de lucros. É uma estratégia ideológica de atender a necessidade substancial dos trabalhadores/as informais e desempregados/as, sem deixar de responder, consubstancialmente os interesses do capital, ainda alimentando o processo de circulação.

A preposição de políticas sociais tem sido conotada um forte viés de gênero em sua atuação. É legítima a preocupação dos governos com relação às políticas voltadas para as mulheres, quando essas buscam: reforçar a cidadania feminina, discutir sobre as desigualdade entre os sexos ao longo da história e debater sobre a opressão e as disparidade de direitos entre ambos os sexos. É salutar também, a proposta de estratégias, que visem à superação das desigualdades, e conseqüentemente lutem pela equidade social.

No entanto, as políticas sociais consolidadas no Brasil, tem fundamentado uma lógica de responsabilização das mulheres, principalmente tangente ao cuidado doméstico e de manutenção da família. Esse é o exemplo do programa de transferência de renda, o Bolsa Família, que tem sido, um importante mecanismo de combate à pobreza extrema, no entanto, continua primordialmente a colocar os principais deveres e condicionalidades ao sexo feminino.

No caso de ações como o PBF, as preocupações quanto à pobreza são dirigidas à família. O próprio direito ao recurso transferido é tipificado em termos de benefício à família, e não a indivíduos. Como consequência, as demandas feministas por atenção prioritária à situação das mulheres vão se transformando em familismos, que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento da família (CARLOTO, MARIANO, 2008, p.905).

Em consonância com essa autora, podemos perceber que as ações voltadas para mulheres, ao contrário de reforçar sua individualidade enquanto mulher/cidadã, acabam corroborando para complexos processos de enquadramento a “mãe de família”. São atendidas as demandas das famílias em

geral, contudo, não é incluso as demandas mais particulares, como é caso das necessidades individuais das mulheres.

Para além de mães, as mulheres são cidadãs e profissionais, e desse modo, precisam de ações que abranjam as diversas carências não supridas. Necessitam de uma abrangência no tocante a participação política, uma visibilidade maior no mercado de trabalho, e discussões mais densas quanto às relações de gênero e suas implicações para a contemporaneidade.

O Estado exige das mulheres pobres a realização de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Paralelamente, determina que essas mesmas mulheres participem em atividades como, por exemplo: grupos de geração de trabalho e renda e grupos de ações educativas. Sendo que muitas das vezes essas ações acabam fortalecendo a reprodução da lógica do privado, do lar.

Desse modo, o Estado condicionando as mulheres pobres, a terem responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social, acaba retirando aspectos importantes como o estímulo a autonomia e emancipação das mulheres, ao passo que atua mais como um braço corretivo e punitivo, do que educativo.

A mulher no programa Bolsa família é tomada como protagonista do grupo familiar. Esta, por sua vez, é percebida não pelo que é, todavia, pelo papel que exerce no seio familiar, sobretudo, por sua função de mãe, provedora e responsável pelo lar. É colocada como a única responsável por conseguir com que seus filhos/as cumpram as condicionalidades do programa, porque sua natureza “terna” tem poder de convencimento e capacidade inerente de cuidar e ensinar.

Um exemplo disso é a forma como o governo entende a funcionalidade da mulher/beneficiária do PBF. O mérito enquanto titular, se dá pelo fato dessa ser vista como a mais adequada para administração dos recursos financeiros do lar. Michel Temer, em março de 2017<sup>25</sup>, na semana da mulher, faz um pronunciamento que reproduz esse pressuposto, quando o mesmo afirma serem as mulheres as responsáveis pela formação dos indivíduos e pelo orçamento doméstico.

<sup>25</sup> “se a sociedade “vai bem”, é porque as pessoas tiveram uma formação adequada em casa, e “isto quem faz não é o homem, quem faz é a mulher”.

“ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor”.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-no-twitter-que-mulheres-devem-ter-direitos-iguais-em-casa-e-no-trabalho.ghtml>.

Segundo William (2015), a equidade entre os sexos tão desejada pelas mulheres, ainda não foi consolidada, visto que as políticas sociais de transferência de renda, mesmo dando o dinheiro preferencialmente às mulheres, ou seja, a titularidade preferencial do benefício, repassam a mesma a inteira responsabilidade do âmbito familiar, com os filhos/as e outros membro da constituição familiar.

Já para Cruz (2014), não há como negar o fato da beneficiária ter mais autonomia financeira, face ao poder de consumo, e ao acesso material, antes impossibilitado. No entanto, ela diferencia autonomia financeira, de empoderamento. Para essa autora, o empoderamento é a capacidade do indivíduo poder escolher entre possibilidades, conscientemente e livre, fato que o programa deixa a desejar, já que não amplia a alternativa da mulher em adentrar em novas perspectivas, que não seja exclusivamente a sua ligação com âmbito privado.

Desse modo, podemos destacar que o novo modelo produtivo, acentuado após os anos 90, o neoliberalismo, antes de excluir as disparidades sociais existentes anteriormente a sua consolidação- como o preconceito de ético-racial, a desigualdade de gênero- se apropria e cria mecanismos ainda mais eficientes, no seu plano de acumulação e retomados das taxas de lucros.

A reestruturação do capital condicionou a emergência de uma nova forma de abordar as políticas sociais, mais focalizada, seletiva e pontual do que as políticas do Welfare State. Tudo isso indica que as transformações societárias, longe de se esvaziar no âmbito produtivo, se ampliam para o campo da subjetividade humana, condicionando a forma como as pessoas se comportam, indicando novas possibilidades de socialização e metamorfoseando as relações sociais.

Além disso, o redirecionamento produtivo possibilitou um intenso processo de intensificação da exploração do trabalho, principalmente para mulheres que tiveram que assumir duplas ou triplas jornadas de trabalho. Aquelas renumeradas pelo salário, e outras voluntariadas, como o cuidado com a casa, com os/as filhos (as) e com os bens privados do lar.

Apesar dos discursos atuais de “conciliação entre as classes” e “desenvolvimento do milênio”, o que vemos na verdade é um forte apelo à descaracterização dos movimentos sociais e um verdadeiro desmonte dos direitos, com forte ênfase na privatização, na fragilização dos espaços públicos. Tendo tendência a transferência do fundo público para as grandes companhias do capital estrangeiro.

A renda capitalizada para os Programas de Transferências de Renda é ínfima se comparada aos subsídios repassados ao capital, e apesar do discurso progressivo ganho com a Constituição Federal de 1989, a onda neoliberal, é a principal responsável, pela não efetivação do arcabouço jurídico construído a duras penas da classe trabalhadora.

Portanto, a focalização e o assistencialismo com ênfase na mulher, é a mola mestra da proteção social contemporânea, e tem se tornado o principal meio de enfrentamento as expressões da Questão Social. Contraditoriamente, tem possibilitado a subsistência, mesmo que precária, de milhões de famílias, principalmente tem dado a possibilidade de consumo para mulheres.

### 2.3 A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E OS PROGRAMAS DE ENFOQUE NA MULHER

O conceito de pobreza em geral, pode ser designado para identificar um estado social e econômico, no qual o indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades mais básicas, como: a fome, o saneamento básico, o acesso à água potável, acesso a educação etc. A fome é resultado da escassez nos recursos remetente a necessidades básicas e sociais dos sujeitos.

Para a teoria social crítica de Karl Marx<sup>26</sup>, a pobreza é uma expressão concreta da relação direta entre capital e trabalho, da relação desigual constituída no cerne entre as classes do sistema capitalista. Em uma sociabilidade aonde impera a hierarquia entre as classes, a pobreza não é constituída pela carência de recursos, no entanto, pela existência de excedente para um substrato de classe em detrimento da outra.

---

<sup>26</sup> Trata-se da teoria elaborada por Karl Marx longo de sua trajetória de vida. Para Marx teoria é a reprodução ideal da realidade material feita pelo sujeito, e se difere de outras modalidades do conhecimento, pois estuda o real e suas determinações, busca no plano ideal, desvendar a materialidade da vida (NETTO, 2011). A Teoria Social de Marx tem como objeto, a sociedade burguesa e pauta-se no materialismo histórico, ou seja, fundamenta sua pesquisa na materialidade da vida, em que o trabalho, é fundante do ser social. O Trabalho é a capacidade de transformação da natureza, para atender uma dada necessidade, esse apesar de planejado no intelecto do sujeito, é necessário consubstancialmente que haja uma base material concreta para que essa atividade se realize. É desse modo, que Marx se fundamenta no materialismo, já que para ele a matéria é anterior à ideia, antes de pensarmos, é necessário que tenha o real para fundamentar a nossa ideia. Já a historicidade, parte do pressuposto do movimento, da mutabilidade dos fatos e da possibilidade de transformações, por fim a opção pela dialética tem relação direta com contradição, e com as correlações de forças presente na historicidade (BRAZ, NETTO, 2012).

Enquanto uma classe social goza de todas as prerrogativas e toda riqueza construída pelo humano-genérico, a outra é condicionada a ter seu único bem vendido, sua força de trabalho. Desse modo, apesar de produzir todo bem existente, não tem acesso a maioria destes, pois não possui algo salutar, os meios que possibilitaram a realização de seu trabalho, os meios de produção.

Isso implica dizer que toda classe trabalhadora sofre igualmente, da mesma forma os efeitos deletérios e desiguais do capital? Não. Embora os trabalhadores brancos, sofram, pela sua subjugação e subalternidade com relação ao seu patrão, uma mulher negra, sofrerá três discriminações, que é pelo fato de ser pobre, mulher e negra ao mesmo tempo. Isso implica dizer que dentre as possibilidades de inserção nos melhores postos de trabalho, as chances da segunda, por exemplo, são menores, se comparado ao primeiro.

Não se pode entender o conceito de feminização da pobreza, sem fazer o intercruzamento entre as diversas formas de exploração de opressão, traçadas no seio dessa sociedade. O reconhecimento da maior vulnerabilidade social das mulheres deve ser refletido com as desigualdades que comungam como: a relação de classe, gênero, raça, sexualidade, bem como a forma que o capital se apropria dessas.

O novo sistema não excluiu os ranços retrógrados da herança de sistemas produtivos passados, ao contrário, ratifica aquilo que de uma alguma maneira contribuiu ou contribua para seu plano de acumulação.

O conceito de pobreza, desde que o capitalismo consolidou-se como o sistema de produção vigente, tem ganhado um viés de discussões nos últimos anos, tanto pela sociedade civil, como pelos diversos grupos de caridade, quanto pelas corporações do próprio capital. Esse debate tem influenciado a construção de políticas sociais voltadas para as mulheres, já que são essas se encontram na maioria dos casos entre os mais pobres.

Sobre essas políticas/ benefícios, são criados parâmetros de seleção que acabam dando margem para focalização pobreza. Na maioria dos países, principalmente os periféricos, são os organismos do capital, que determinam indiretamente as condicionalidades de acesso e a renda per capita, para estabelecer o critério de seletividade dos benefícios.

Um exemplo de benefício e programa brasileiro de transferências de renda que segue a ótica de seletividade e recorte de renda, é o Benefício de Prestação

Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), ambos possuem parâmetros para os programas sociais e conotam uma lógica de seletividade.

Sobre o conceito de “feminização da pobreza”, Novelino (2004), nos ressalva sua gênese a década de 1970, introduzida Por Diane Perarce, em seus estudos sobre: feminização da pobreza: mulher, trabalho e Assistência Social. Novelino, ressalva bastante o aumento da pobreza em famílias chefiadas por mulheres. Ela foi umas das primeiras estudiosas que discutiu pobreza, abordando questões mais amplas, como as de gênero.

Isso é resultado direto do movimento da sociedade e principalmente da resistência popular de muitas mulheres. Foi a partir dos anos de 1970<sup>27</sup>, com a ascensão dos movimentos sociais, que se pode abrir espaços para discutir as lacunas deixadas pelas desigualdades de gênero e para a análise do papel da mulher e os principais rebatimentos para suas vidas.

Já nesse lastro temporal, foram muitas conquistas como: direito ao divórcio, abertura no debate remetente aos direitos reprodutivos, principalmente remetentes ao uso de anticoncepcionais; maior inserção no mercado de trabalho (ainda que de forma precária e fragmentada); criação de políticas públicas de gênero, entre outras.

Ainda conforme Novelino (2004), a feminização da pobreza é um fenômeno que tem relação direta como a forma como a mulher se insere no mercado de trabalho, já que sua colocação deu-se pela: existência de mulheres trabalhando em tempo parcial e precário; pela desigualdade salarial; pela massificações em ocupações que exigem menor qualificação e que possuem as piores renumerações e pela participação nos mais baixos níveis de informalidade, estando bem inseridas no circuito informal de trabalho.

Um dado que fundamenta a feminização da pobreza no Brasil e consequentemente a subalternidade no tocante as relações de trabalho, é o rendimento médio mensal entre homens e mulheres. Segundo Pesquisa Nacional

---

<sup>27</sup> A autocracia Burguesa (NETTO, 2005) e sua forte tendência de institucionalização da violência, erodiu por muito tempo a possibilidade de articulação da classe trabalhadora, tendo em vista que a mão armada do Estado dificultou a inserção de movimentos de lutas da sociedade. Após alguns anos, a contrarrevolução preventiva (NETTO, 2005) já não conseguindo conter as frações democráticas que adentravam o cenário brasileiro, teve suas bases destiladas. Nesse instante, criou-se um ambiente favorável para o rol de questionamentos aos costumes conservadores da época e também abre-se espaços para ascensão dos movimentos sociais. Essa época é conhecida por suas grandes ondas progressistas e questionadoras, e por um número exorbitante de frações dos movimentos dos trabalhadores (as).

de Amostra de domicílio (PNAS), realizada em 2015, o rendimento médio mensal de todos os homens brasileiros, acima de 15 anos foi de dois mil e cinquenta e oito reais, e das mulheres a partir dessa faixa etária foi de mil quinhentos e sessenta e sete reais. As mulheres brasileiras, em média, recebem quatrocentos e noventa e um reais a menos que os homens. Correspondendo a 76,1% do rendimento total masculino, sendo que eles possuem um acréscimo de quase 25% com relação ao salário feminino.

Com esse levantamento não fica difícil compreender a relação que existe entre a precária inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua direta relação com o engrossamento na taxa de pobreza feminina. Historicamente condicionada a permanecer nesses espaços privados e rapidamente inserida nos circuitos produtivos, não é de se admirar os postos mais precários serem de mulheres, principalmente, se associada a isso tiver um traço étnico com descendência africana.

Ainda sobre o aprofundamento da pobreza feminina, Novelino (2004), explicita que no relatório do desenvolvimento Humano 1995 das Organizações das Nações Unidas (ONU), 70% das pessoas pobres do mundo são mulheres. Um número bem preocupante e alarmante que é plausível de reflexões bem endossadas a cerca da desigualdade de gênero e sua implicação para mulheres trabalhadoras.

Mais que programas voltados a condicionalidades sobre os filhos/as, sobre a saúde dos membros familiares, as mulheres pobres- principalmente as que nunca tiveram acesso à informação- precisam de ações educativas que envolvam sua capacidade política de integração com o meio, para além do espaço privado. Ações que possibilitem o exercício da autonomia, no poder de escolha entre possibilidades concretas de outros modos de vida.

O acesso à educação, por exemplo, é peça elementar para o processo de equidade entre o gênero e para atenuação do que designamos de feminização da pobreza. É factível atentar para a visibilidade que tem se tornado o aumento da pobreza nas famílias chefiadas por mulheres, e o quanto isso, tem gerado um debate em torno das desigualdades de gênero, bem como tem sido salutar para o ingresso de novos programas voltados a esse público alvo.

A crescente pauperização das mulheres tem mobilizado a crescente elaboração de políticas sociais, para atenuar essa problemática. Um Exemplo disso no Brasil é o Programa Bolsa Família, que tem como foco e titularidade

preferencial às mulheres. Portanto, não se pode compreender a focalização da pobreza e o crescente aumento dos programas de transferências de renda, sem fazer uma conexão com a feminização da pobreza. Além disso, não basta apenas conotar esse fato, todavia, é salutar compreender a relação que existe entre as desigualdades entre os sexos, inserção precária da mulher do mercado de trabalho e o seu enfoque nos programas sociais.

#### 2.4 FOCALIZAÇÃO DA POBREZA E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.

O debate sobre os Programas de Transferência de Renda tem se intensificado, sobretudo, na década de 80, no instante que o mundo passava por intensas modificações na sua estrutura, mas especificamente nas relações produtivas. Esse processo agudizou a flexibilização do trabalho e conseqüentemente o desemprego estrutural, bem como as precárias condições de trabalho, com forte enfoque a focalização dos “indigentes”.

Os programas de transferência de renda foram concebidos como meio de atenuar à pobreza no Brasil. Foram gerados, segundo pressuposto que beneficiário/a teria a autonomia financeira, para definir como melhor utilizar o benefício em favor do mercado. Antes desses benefícios, o acesso era restrito, pois o trabalhador/a que não estava inserido diretamente no mundo do trabalho (e se sim, é de maneira bem precária) não detinha o status de consumidor/a.

Apesar dos vários retrocessos construídos pela nova política econômica, o Brasil ganha no campo sócio jurídico, inúmeros avanços, como é o caso da regulamentação da Assistência Social, como política pública e dever do Estado.

Essa assertiva pode ver vista no artigo 203 da Constituição Federal. Temos também como ganhos posteriores: A Lei Orgânica da Assistência Social (1993) que efetiva a política; a Política Nacional de Assistência, (2004) que teoriza as ações e objetivos; e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que coordena e estabelece as ações para os equipamentos sociais, operacionalizando a política, e determinando as responsabilidades dos entes federativos.

A Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, em seu primeiro artigo, fala sobre a necessidade de responder os mínimos sociais, para garantir necessidades



básicas dos/das usuários/as. E é nesse contexto que Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto programa de transferência de renda, se volta para atender os mínimos da população mais subalternizada. Esse é considerado o benefício que consome mais recursos da Assistência Social, cerca de 88% (MOTA, 2010).

É baseado no quadro de possibilidade das políticas sociais e com base nas determinações estruturais, que os programas de transferências de renda, como é o caso citado do BPC, ganham fôlego no país. O termo 'Transferência de Renda' corresponde a uma concessão monetária, transferida a indivíduos ou a famílias, e está relacionado em geral a famílias de baixa renda, que se possui o acesso ao mercado de trabalho, isso se dá de forma precarizada e parcial.

O primeiro projeto tangente à transferência de renda, de repercussão e abrangência no cenário nacional, foi a projeto de lei 80/90 de autoria do senador Eduardo Suplicy. O citado projeto aborda sobre o Programa de Garantia de Renda mínima (PGRM), para todos/as os/as brasileiros/as maiores de 25 anos, e com um ganho salarial que não ultrapasse 2,5 mínimos, todavia, a proposta foi desconsiderada pelo plenário. (TRIERWEILER, 2014)

Um das primeiras experiências dos Programas de Transferências de Renda no Brasil foram: o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em Campinas (1995), o Bolsa Escola para Educação (1995) e o Programa de Garantia de Renda familiar Mínima, de Ribeirão Preto (1995). Todos os três programas eram exclusivos para famílias com crianças menores de 14 anos, exigindo condicionalidades educacionais em contrapartida. (IPEA, 2010)

No ano seguinte, 1996, foi criado o primeiro PTR Federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Esse programa tem foco apenas em um público, que é crianças e adolescentes que trabalham ou trabalhavam em atividades laborais, insalubres, degradantes e desgastantes. Em 2005, ocorreu a unificação com o PBF.

Também em 2011 o PETI, foi instituído pela Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), como integrante da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que corresponde a: transferência de renda, trabalho com as famílias, e ofertas de serviços educativos para crianças e adolescentes em risco de exploração do trabalho. (Ministério do Desenvolvimento social, 2015).

As ações do PETI são destinadas aos municípios que se concentram maior incidência de trabalho infantil. Que segundo o MDS, se destacam em cinco eixos que são: informação e mobilização; identificação das crianças e adolescentes envolvidas em trabalho infantil, proteção social para crianças e adolescentes e suas famílias, apoio e acompanhamento das ações e monitoramento.

O valor do benefício atualmente é vinte cinco reais para crianças da zona rural e quarenta reais para crianças da zona urbana. E a contrapartida é a frequência escolar de até 75% em um ano letivo.

Logo em seguida, foi criada uma série de programas que seguem uma lógica parecida, voltados à família, com foco de contrapartidas nas crianças, sempre no sentido de reforçar a importância de inserção da criança no sistema educativo.

Nesse sentido, outro programa que merece destaque é o programa BOLSA ESCOLA. O mesmo foi aprovado em 2001, e foi o segundo programa de maior abrangência nacional, até então. A contrapartida era a criança e adolescente ter no mínimo 85% da frequência escolar, para idade de 6 a 15 anos. A renda per capita de noventa reais, e o valor do benefício era de quinze reais por criança, com um valor máximo de quarenta e cinco reais por família (IPEA, 2010).

O Bolsa Alimentação foi regulamentado pela medida provisória n. 2.206 em 2001, governo de Fernando Henrique Cardoso. Seu intuito era semelhante ao programa citado, que era proporcionar uma segurança alimentar as famílias de baixa renda. Esse manteve o mesmo valor e teto para família. Todavia, as contrapartidas do Bolsa Alimentação, são mais densas que as condicionalidades do BOLSA ESCOLA, podendo-se destacar: o aleitamento materno, pré-natais e vacinações para crianças de todas as idades.

Posteriormente, os programas: Bolsa Alimentação, BOLSA ESCOLA, Programa Auxílio Gás e Programa Nacional de Acesso à alimentação, foram unificados em um único programa, designado Bolsa Família. A Criação do PBF é foi legalizada pela lei n 10.836, de nove de janeiro de 2004, e esse foi regulamentado pelo decreto n 5.209 de 17 de setembro de 2004. Atualmente o PBF, conta com um número superior a 13,9 milhões de famílias beneficiadas. (MDS, 2015).

O programa é caracterizado pela transferência de renda destinada a famílias em situação de vulnerabilidade social, em pobreza ou extrema pobreza. O decreto

define no seu artigo 19, dois tipos de PTR. O básico, que é destinado composições familiares, que se encontre em situação de pobreza extrema, e o benefício variável se destina àqueles que, além da condição de vulnerabilidade social relacionada à pobreza e extrema pobreza, tenha no seu seio familiar: gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes.

Desde 2011, o PBF se adequa ao Plano Brasil Sem Miséria, que acoplou diversas ações para atenuar os efeitos da pobreza e extrema pobreza no país, como a criação de planos e projetos complementares da Assistência Social. Sua gestão é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm atribuições inerentes e peculiares.

O programa é executado em nível Federal, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em nível Municipal, pelas Secretarias Municipais de Assistência Social (SMAS) e pelos CRAS (através do cadastro único das famílias inseridas nos programas sociais e nos serviços, referenciadas por esses). Quanto à transferência monetária quem operacionaliza é a Caixa Econômica Federal, já que é essa que realiza os pagamentos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário<sup>28</sup>, há condicionalidade de renda para os acessos dos benefícios variáveis e o benefício básico. O básico é destinado para famílias extremamente pobres e tem renda per capita de R\$ (85,00) oitenta e cinco reais. Já o benefício variado, a renda per capita varia de R\$ (85,01) oitenta e cinco reais e um centavo, a R\$ (170,00)cento e setenta reais, sendo destinado para as famílias pobres.

Quanto ao valor dos benefícios variáveis, para o ministério supracitado, vai depender de setores como: renda familiar, composição dos membros da família, idade e número de criança e adolescentes. De acordo, com o MDS, famílias com renda per capita de R\$ (170) até cento e setenta reais, com presença de até cinco crianças e adolescentes (0 a 15 anos), recebem um valor de R\$ (39,00) trinta e nove reais por beneficiado/a. Quando se vincula a gestantes e nutrizes (0 a 6 meses) para a quantidade de beneficiário/a citado/a, a regra se estabelece da mesma maneira.

Para famílias que possuem a renda per capita de até R\$ (170,00) cento e setenta reais, com número inferior a dois beneficiários/as, o valor do benefício é

<sup>28</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>.

estabelecido de R\$ (46,00) quarenta e seis reais para cada criança e adolescente do domicílio. Já o benefício para superação da pobreza (como é assim designado) é pago de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, o importante é que não ultrapasse a renda per capita determinada para pobreza extrema que é R\$(85,00) de oitenta e cinco reais.

As contrapartidas estabelecidas pelo programa são os compromissos que devem ser assumidos pelas famílias beneficiárias, e eles determinam a continuação do benefício. Tendo um risco altíssimo de suspensão do benefício, os casos de não cumprimento das contrapartidas do PBF.

Com relação às condicionalidades<sup>29</sup> do Programa Bolsa Família, estas são fiscalizadas através de uma rede de instituições, que cooperam mutuamente, seguindo uma lógica de funcionalidade própria de cada uma. Periodicamente, o MDSA, coleta dados com o intuito de fiscalizar a frequência escolar das crianças e adolescentes, o calendário vacinal, a altura, o peso, dados referentes à gravidez da mulher e seu acompanhamento em período de gestação.

As famílias beneficiárias do PBF são registradas no Cadastro Único dos respectivos municípios em que residem. Assim, uma série de informações sociais são armazenadas periodicamente e repassadas para instância Federal, que é MDSA. A partir daí, o MDSA enviará para o Ministério da Saúde (MS) e para o Ministério da Educação (MEC), de modo, que os mesmos deverão repassar as informações para as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação. Essas registrarão no sistema de presença e no sistema de Gestão do PBF, os seguintes resultados. (MDS, 2015)

A cobrança das contrapartidas educacionais é feita pelas secretarias municipais de educação e consolidada pelo MEC. Usando o Cadastro Único, o MDS gera uma lista de crianças, indexada pelo Número de Informação Social (NIS) e o código da escola constante do último registro do cadastro. O MEC, então, distribui esta lista para as secretarias municipais de educação. As escolas cujos diretores têm acesso à internet recebem da secretaria uma senha para preencher a frequência das crianças cujas famílias recebem benefícios diretamente (IPEA, 2010, pg. 38).

Podemos perceber de fato, que a fiscalização em torno do PBF, é um complexo condicionalizador que direciona as famílias a estabelecerem metas propostas pelo governo. Obstante, atuar em meio a contrapartidas, não soluciona os

<sup>29</sup> Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades/condicionalidades>.

problemas referentes à falta de acesso aos direitos sociais, à exclusão social e sócio-espacial. Muito pelo contrário, podem reforçar os estereótipos de classe e culpabilizar ainda mais, aquele que tem pouco acesso à riqueza material.

Em consonância com Trierweiler (2014), podemos observar que em um país com pouca herança progressiva, com difícil acesso aos serviços sociais ofertados ao Estado, é emblemática a forma como são postas as condicionalidades do Programa, principalmente para as famílias que além da desigualdade social, sofrem segregação social-espacial. E é justamente por isso, que conotamos críticas ao PBF, já que esse se desloca da perspectiva educativa, para adotar um viés punitivo.

Nessa lógica, surge uma das principais polêmicas em torno da questão das condicionalidades, que é a subjugação e estigmatização do/da pobre. O beneficiário/a que não consegue cumprir com as determinações impostas, é visto como não merecedor ou incapaz de administrar o benefício.

Sobre a operacionalização do Programa Bolsa Família, a Caixa Econômica Federal é o órgão responsável pela execução das transferências monetárias. Cabe a esse órgão operacionalizar os dados coletados pelo Cadastro Único e selecionados pelo MDSA. A Caixa deve seguir as normas da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), que estabelece o critério de recebimento e emite os dados. Por conseguinte, o operante calcula o valor dos benefícios e emite os cartões de recebimento.

Quanto à titularidade do programa, a lei 10.836/2004, regulamenta em seu artigo 2º, inciso XIV, que o benefício seja preferencialmente destinado à mulher. Essa ideia é reforçada na lei 13.014/2014, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em seu artigo 40, prescreve que os benefícios monetários sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pelos membros familiar, quando for possível e adequado, nos caso de benefícios monetários.

Desse modo, com a criação das leis supracitadas, foi delineando uma forma de conceder a mulher na política de Assistência Social, sendo a mulher elemento primordial para concretização dos serviços, programas, projetos e benefícios dessa política pública. A preferência pela titularidade fundamentou a defesa de que as mulheres protagonistas do PBF alcançaram a autonomia financeira. Tudo isso é justificado, principalmente pela possibilidade de um maior acesso aos bens de consumo, que para muitos eram inexistentes até então.

Para fundamentar ou contra argumentar tal assertiva, veremos a seguir o quanto às categorias de gênero, patriarcado, relações sociais de sexo, autonomia e empoderamento, por exemplo, têm determinado, sobretudo, a forma de constituição das políticas de transferência de renda e a focalização na mulher, condicionantes para uma mutação no modo de vida de inúmeras mulheres na contemporaneidade.

### **3. A MULHER NA ESTEIRA DO PROCESSO HISTÓRICO: ABORDANDO ALGUNS ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA PESQUISA.**

#### **3.1 ANÁLISES EM TORNO DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS IMPOSTAS AS MULHERES.**

A história da humanidade traz com a constituição da propriedade privada, o ranço da violência e da subjugação do homem sob o homem. A partir daí, abre possibilidade de novas formas de explorações, e desenvolvimento do processo de desumanização das relações sociais, ao passo que parcela da população, estará condicionada a submissão concernente à outra parcela da sociedade.

Todo esse processo foi desenvolvido, quando o homem/mulher no estágio de desenvolvimento e transição de suas pulsões instintivas para o trabalho, realizaram o que Neto e Braz (2012) designaram de possibilidade de acumular excedente, ou seja, de produzir aquilo que está para além das necessidades imediatas dos indivíduos, ou seja, estocar os frutos do trabalho.

Nesse processo, o “comunismo primitivo”, que os próprios autores caracterizam, se destitui, à medida que aquele/a que possui o excedente, passa a explorar aquele/a que não detém. Paralelamente a esse evento, a propriedade que antes era coletiva, transita de um bem de todos, para um bem de apenas um, que deixará que a posse se estenda apenas para os seus descendentes.

Ainda na era primitiva, foram estabelecidas as primeiras diferenciações entre os sexos. Homem e mulher já desempenhavam funções distintas, determinadas sempre pelo ambiente que estavam inseridos. O homem primitivo coletava e caçava para suprir a demanda nutricional de sua família, enquanto a mulher cuidava dos filhos/as e protegiam a casa de rivais, ou possíveis predadores.

Todavia, as distinções da divisão do trabalho, eram apenas de ordem organizacional, para que fossem divididas as tarefas de modo que gestasse o bem estar de todo grupo. Não para desfavorecer um grupo em detrimento de outro- como é o caso posterior das desigualdades entre os sexos feminino e masculino, as quais desenvolveremos ao longo do capítulo.

Ainda segundo esse pressuposto, Engels (2012) discute o conceito de monogamia e sua relação com a dominação da mulher, concomitantemente, aborda

como a propriedade privada é determinante, para supremacia masculina sobre as mulheres, e como as relações sociais estabelecidas na era primitivas, são divergentes das relações estabelecidas após a implementação da propriedade privada. Fases que ele caracteriza de Estado selvagem (era primitiva) e barbárie (fase inicial da propriedade privada).

A cristalização do papel da mulher é demarcada pelo modelo institucionalizado de família, harmonizada na propriedade privada e no acúmulo de bens. E é a partir desse momento, que a sociedade é determinada pelo patriarcado e suas relações de exploração. (ENGELS, 2012)

Segundo Saffioti (2011), o patriarcado pode ser caracterizado como um esquema de dominação e exploração sob as mulheres, historicamente determinado, fazendo parte da categoria gênero, no entanto, o patriarcado determina as relações de gênero, mas não encerra sua relação.

Ainda segundo Engels (2012), a relação de dominação do homem sobre a mulher, tem relação intrínseca e indissociável com a propriedade privada. Quando o que era público, passa a ser privado, é necessário criar mecanismo de regulação e posse sobre o bem. Nada mais coerente, que a criação de um modelo de família cuja paternidade é indiscutível, uma vez que a mulher, a partir de agora, terá assim como a propriedade, um termo de posse, que será do patriarca.

É nessa relação que surge o patriarcado, sistema ideológico de dominação sobre a mulher. As leis e a dinâmica da família são ordenadas pelo pai, proprietário de todos os membros da família. Apenas ele pode decidir sobre a permanência ou não do casamento, e ele estabelece as normas e condutas.

O patriarcado se constitui como uma das formas de apropriação das relações de gênero, que implica necessariamente a subjugação de sexo feminino pelo masculino. Esse modelo de opressão é paralelo à propriedade privada, à medida que o homem apropria-se do excedente e domina outro homem, delineia uma relação de posse sobre a terra, e sobre a mulher. Para perpetuar sua propriedade, o homem precisou estabelecer relações de monogamia<sup>30</sup>, e de domínio sobre a mulher, de modo a compartilhar sua propriedade entre os seus.

---

<sup>30</sup> Relações de monogamia segundo Engels (2012), só foram estabelecida com a propriedade privada, que trouxe a necessidade de se estabelecer a família monogâmica com finalidade de manutenção das terras e propriedades nas mãos de uma mesma família. No entanto, essa realidade nem sempre existiu, Engels conota em suas pesquisas a existência de vários modelos de famílias e de relacionamentos entre homens e mulheres. O primeiro modelo de família é chamado de família



Desse modo, as relações de gênero dominadas pelo patriarcado, possibilitam a opressão da mulher. Se nessa sociedade é estabelecido que as mulheres sejam determinadas a exercerem todas as funções do âmbito doméstico, esse direcionamento será válido, de modo que sustente e conserve o sistema. A dominação do patriarcado sob as mulheres se estenderá também para esferas como: a cultura, a ideologia, a política, e é justamente isso que explica as relações tão disparens entre os sexos.

Dentro dessa perspectiva, as mulheres são direcionadas a serem subjugadas a lógica da opressão e dominação. Os estereótipos de gênero<sup>31</sup> criados sobre o “ser mulher”, nada mais são do que a forma como a mulher é inserida na sociedade, e qual sua função dentro da lógica social.

Segundo Safiotti (2011), no regime do patriarcado, as mulheres são meros objetos sexuais e reprodutores de herdeiros, de força de trabalho ou de novos instrumentos (novas mulheres) de sexualização ou de reprodução da vida. A sujeição às quais são submetidas ultrapassa qualquer camada social, independente de serem casadas com um senhor das terras ou um escravo.

No entanto, para essa autora, o patriarcado está em decadência, no seu sentido original. O processo que submetia à mulher a exploração desmedida, dizia respeito a sua condição de reprodutora. Hoje, a desigualdade e subjugação, herdaram um ranço desse sistema, entretanto, a dominação masculina, abarca os aspectos referentes da sexualidade da mulher, e não apenas os meros aspectos reprodutivos.

À medida que as (os) teóricas (os) feministas forem se desvincilhando das categorias patriarcais, não apenas adquirirão poder para nomear de patriarcado o regime atual de relações homem–mulher, como também abandonarão a acepção de poder paterno do direito patriarcal e o entenderão como direito sexual. Isto equivale a dizer que o agente social

---

consanguínea, os grupos conjugais são avós, avós, maridos e mulheres, irmãos e irmãs, entre si. Essa etapa apenas os ascendentes e descendentes, os pais e filhos que não formam grupos de cônjuges e, além disso, homens e mulheres mantinham relações mutuamente, sem que houvesse monogamia. A família Punaluana, ainda poligâmica, já excluía os irmãos e irmãs de relações conjugais. A família sindiásmica se aproxima mais das relações monogâmicas, uma vez que o homem já possuía uma mulher principal, a qual seria sua companheira em todos os aspectos de sua vida, no entanto, essa relação era dissolvida com facilidade. Nesse regime, já se iniciava a dominação masculina, uma vez que só o homem poderia ter mais de uma companheira, e a mulher não. Por fim, a família monogâmica, que tem o homem como chefe indispensável, e cuja mulher é exclusivamente um meio para reproduzir filhos, cuja paternidade seja inquestionável. A família monogâmica, diferencia-se da Sindiásmica, por ter uma solidificação maior nos relacionamentos, e por ambos cônjuges, perante o Estado, não possuírem outros relacionamentos, ainda que o homem tenha outros relacionamentos ilegítimos, só possui apenas uma esposa.

<sup>31</sup> Imagem pré-estabelecida entre o feminino e o masculino, que tende a limitar e definir como cada sexo deve agir e/ou comporta-se.

marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido (SAFIOTTI, 2011, p. 56).

O que entra no cerne da questão atualmente, não é a necessidade de manutenção da propriedade privada, e que para isso tenha que privar a reprodução da mulher apenas para o patriarca. Isso o Estado já garante, através das leis que naturalizam o direito a propriedade. O sentido da assimetria entre os sexos hoje, é o domínio da mulher em todos os seus aspectos, principalmente em sua sexualidade. Nesse sentido, apesar de decadente, quanto sua constituição, o patriarcado guarda no seu núcleo, seu escopo principal, que é a subjugação feminina.

As relações patriarcais e sua herança perpassam a sociedade como um todo, a forma como as pessoas pensam, as relações privadas e públicas, e principalmente, a forma como o Estado constituirá suas políticas públicas. Não mais de forma cristalina, como era feito na idade antiga e média, em que as mulheres não tinham direito ao voto, não frequentavam um templo ou igreja, ou não eram inseridas em instituições educativas.

Entretanto, esse complexo ora citado, se reproduz na perpetuação da mulher no espaço privado, e de sua quase que inteira responsabilização, quando se refere ao cuidado com o lar, filhos e a proteção à família de modo geral.

A mulher tem sofrido uma série de privações e opressões, que a colocaram em um lugar inferior ao homem, ao longo da história da humanidade. Ao passo que elevaram a capacidade do homem, como indivíduo ativo, vanguarda da história, criador de seu próprio destino, e um ser racional capaz de ser destacar socialmente, em relação ao seu sexo oposto.

O alicerce que sustenta a desigualdade posta às relações sociais dos sexos, apesar de naturalizada pela nossa sociedade, tem cerne na forma que foi se estabelecendo a sociedade. Também a estruturação da família e do Estado, atrelado ao sistema patriarcal, que solidificou a desigualdade entre o feminino e o masculino.

Desse modo, o papel social aplicado à mulher foi de total heteronomia<sup>32</sup> e submissão ao homem, bem como de exclusão social, e responsabilização de prover e educar todos/as da família. Esse estudo é indubitavelmente, um meio condutor

<sup>32</sup> Conceitualmente falando “heteronomia” é usada para se referir à submissão, obediência e passividade, com relação aos costumes e tradições. Nesse caso, utilizamos o termo para retratar como a mulher tem sido vista na sociedade e como a maioria delas tem se comportado.

para entendermos o papel da mulher beneficiária do programa Bolsa Família, a relação que tem entre as responsabilidades e condicionalidades, do PBF e as desigualdades entre os sexos.

Até que ponto é correto que apenas a mulher arque com as responsabilidades com os/as filhos/as? Será que a titularidade do PBF, não é parte constitutiva da cultura, que perpetua a mulher como prisioneira da esfera privada? E se não faz parte de um modelo que visa à mulher apenas como “esposa-mãe”, porque o programa não investe em políticas, que reforcem a cidadania feminina para além do seu papel reprodutor? Essas são perguntas, que as análises categorias estudadas no tópico posterior, nos dão suporte para responder.

### 3.2. GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO: UMA ABORDAGEM QUE SE IMPÕE.

Os estudos de gênero são expressos através de pressupostos, que se dispõe compreender a necessidade de desnaturalizar as desigualdades estabelecidas entre os sexos. Principalmente, posterior ao desenvolvimento do movimento feminista<sup>33</sup>, que adensou um momento de crítica e questionamento, nunca visto até então. Apesar das visões diversas, esse movimento social, procurou de modo geral, desconstruir os paradigmas constituídos ao longo história entre o gênero feminino e masculino.

---

<sup>33</sup> A Expressão “feminismo” surgiu na França e nos países baixos em 1872, no Reino Unido na década de 1890 e nos Estados Unidos em 1910. Desde então o movimento tem contribuído para inúmeras conquistas, fortalecendo a autonomia políticas das mulheres, contribuindo para superação dessa ordem societária, tendo o protesto, a resistência e a reivindicação como armas ideológicas para difusão dos seus ideais. O Movimento Feminista não é estático, ao representar os anseios das mulheres determinados por cada momento histórico, dadas as particularidades de cada país, conseqüentemente, suas pautas de lutas também se alteram, sempre de maneira progressiva e sem desvincular-se de seu eixo basilar: a equidade entre homens e mulheres. Pinto (2003) destaca as ondas do feminismo demarcadas por lapso e circunstâncias sociais. Para ela a primeira onda foi marcada pela luta do sufrágio feminino, pelo direito ao povo e a participação política, indicada nos anos 20 do século XX. Ainda segundo sua linha de raciocínio, essa época foi marcada por um feminismo bem-comportado sem muitos provocamentos/questionamentos sobre a condição da mulher na sociedade, ou tentativa de romper com o status quo. A segunda onda é marcada pela influencia da efervescência dos novos movimentos socioculturais dos Estados Unidos, a exemplo dos hippies e beatnik; pelos estudos de Simone Beauvoir, na qual a escritora desvela a questão de gênero como construção social, porém como nessa época o Brasil vivenciava a ditadura militar, a influencia desse movimento só chegava através das mulheres exiladas na Europa. E por fim para essa autora, a terceira onda, foi iniciada a partir do final da década de 1990 e perdura até os dias atuais, essa é fortemente marcada pela presença da profissionalização do movimento por meio do surgimento de um grande número de ONGS e a presença de um feminismo difuso.

Nesse sentido, durante quase todo lastro histórico, o debate em torno de gênero, quando não inexistente, se detinha ao rol dual, natural e hierárquico de sexos, que por um lado se analisava a “essência” feminina, doce, terna, afetuosa, e que por outra a masculina, ativa, agressiva, política etc. Numa verdadeira ligação entre sexo e natureza.

Apenas com a ampliação de um movimento mais denso e democrático, que se coloca em cheque e em teste, o modelo dominador e opressor, as quais as mulheres foram submetidas em boa parte da história da humanidade. Esse movimento não proporcionou apenas a ampliação do horizonte científico, como protagonizou conquistas antes nunca proporcionadas.

O exemplo disso, no Brasil, temos o movimento feminista que estava na vanguarda da conquista pelo sufrágio do para mulheres e pela participação política, já na década 1920. Esse movimento culminou na conquista pelo voto feminino, em 1932, quando foi promulgado o novo código eleitoral brasileiro, isso foi extremamente importante já que a mulher brasileira até então não tinha direito a participar do processo de escolha.

O movimento que lutou pelo sufrágio feminino no Brasil, ao reivindicar o direito a cidadania, denunciou a exclusão da mulher e contribuiu para que se gestasse um novo sujeito político, capaz de ocupar esfera pública, e que permanecia até então, na completa invisibilidade provocada pela estrutura patriarcal.

Desse modo, a inserção nas mulheres nos movimentos sociais, sobretudo, no movimento feminista, tem possibilitado o questionamento sobre as amarras construídas entre os sexos, e tem problematizado novas formas de resistências a esse processo de subordinação.

Para iniciar a discussão sobre gênero, é plausível destacar que esse debate é composto de ideais bastantes heterogêneas, que impera perspectivas distintas, mas nem por isso totalmente indissociáveis. Apesar dos esforços de grandes autoras, como Scott (1995), Cisne (2012), Saffiotti (2011), por exemplo, esse debate é bem escasso, na área das Ciências Sociais e Políticas. Isso mostra que apesar de ganhar espaço, esses debates necessitam de estudiosos/as interessados/as pela temática sobre gênero.

Gênero não diz respeito exclusivamente, às questões das mulheres ou do sexo feminino, todavia, às relações de poder e dominação, presente sobre os

comportamentos masculinos e/ou femininos na sociedade, que podem ser mais ou menos valorizadas, a depender do nível de relevância social. Gênero é resultado das relações sociais, e pode ser modificado a depender dos costumes de uma sociedade, podendo ser utilizado, ou como instrumento de dominação ou de transformação (THIERWEILER, 2014).

Segundo essa ótica, gênero é a categoria utilizada para designar as relações criadas em torno dos sexos, e que de acordo com essa autora, a categoria é determinada pelos complexos culturais de uma dada sociedade. Sua significação pode conter até dois sentidos, que pode ser um lado favorável para ambos os sexos- o que implicaria dizer que haveria uma relação igualitária- ou a desigualdade entre os dois, que é o caso peculiar das sociedades em que vivemos. Nos últimos tempos, a discussão sobre gênero parece ter ganhado sentido, como aquela que é fundamentada não pelas diferenças biológicas, mas pelas distinções sociais, criadas em torno do feminino e do masculino. Esse ideal rejeita o fundamentalismo biológico implícito no debate sobre “a personalidade da inerente de mulher e do homem”, e passa a centrar suas discursões de gênero de forma mais generalizada, estudando as diferenças entre ambos os sexos, e não mais centralizando sua análise para as mulheres (SCOTT, 1995)

O “gênero” na atualidade tem ganhado uma nova conotação, como aquele termo usado para se referir as relações sociais entre homens e mulheres, e não mais apenas as mulheres. Essa ampliação no campo da ciência proporcionou não apenas uma qualificação nessa área, mas possibilitou a gestação de resistências e lutas, em combate às relações assimétricas entre os sexos, a exemplo da luta pelo sufrágio feminino, pelo direito ao divórcio, pela reprodução, entre outros.

Todavia, nem sempre o conceito de gênero abordou esse sentido. Scott (1995) afirmou que, no uso descritivo, o termo gênero, ainda é usado pela maioria das pessoas para se referir as mulheres, ainda que tenha mudado em relação ao movimento feminista e os/as pesquisadoras da área. No entanto, para essa autora esse estudo é incipiente, e um campo novo a ser explorado. Para ela apesar do avanço, os estudos que temos sobre o assunto, são ínfimos para causar grandes impactos e questionamentos de nível estrutural, tão pouco, são suficientes para mudar os paradigmas sociais.

Safiotti (2011) explicita que apesar do uso muito constante do termo, na maioria das vezes, o seu significado para as pessoas não se apresenta de forma

coerente. Por exemplo, muito se explicita o termo, contudo, a desigualdade entre os sexos não é discutida em torno dessa categoria. Fala-se muito por falar, mas o significado social é deslocado das principais discussões.

Sobre o conceito de gênero, Scott (1995) desloca-se para uma perspectiva mais social, rejeitando qualquer determinismo biológico, que possa incidir sobre “os papéis feminino e masculino” e/ou contribuir para subalternidade da mulher. Para ela, o gênero se torna uma maneira de apontar para “construções sociais” e sobre as determinações socioculturais, do que é “ser homem” e ou que é “ser mulher”. Ademais, o gênero é:

[...] igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. (SCOTT 1995 pg. 3)

Já para Saffioti (2011), apesar de o gênero expressar as representações e imagens socialmente construídas, sobre os homens e as mulheres, estando relacionada à forma como se estabelece as relações sociais, não se pode perder de vista, os aspectos biológicos, e suas particularidades entre os sexos. Ela ressalva a necessidade de compreender o ser humano, como uma síntese entre o biológico e o social, e não uma mera sobreposição de determinações sociais. Faz severas críticas à noção de determinismo social, inclusive a Scott.

A interpretação do caráter relacional do gênero, todavia, deixa, muitas vezes, a desejar. Com efeito, se para esta vertente do pensamento feminista gênero é exclusivamente social, a queda no essencialismo social é evidente. E o corpo? Não desempenha ele nenhuma função? O ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível. Entre numerosos exemplos, pode-se lembrar a somatização (SAFFIOTTI, 2011 p.110).

Desse modo, para essa autora, eliminar o aspecto biológico das relações entre os sexos, é antes de tudo um equívoco, pois ninguém é formado apenas pelo seio social. Temos individualidade que nos fazem diferentes, no entanto, a diferença não pode significar a desigualdade, nem pressuposto de dominação e subjugação.

Outra autora que tem grandes contribuições sobre essa linha de pesquisa e que adentra outra perspectiva de gênero, é Mary Garcia Castro<sup>34</sup>. A mesma busca

---

<sup>34</sup> Principais obras:

entender a historicidade como fator salutar para compreender as relações de gênero, numa perspectiva ampla de conexão entre os sistemas de dominações (patriarcado, racismo, capitalismo). Tem intuito de entender esse complexo, como resultado da totalidade social, e não como fatos não transversais.

Castro (1992) busca entender a categoria gênero, pautando-se sobre o fato e o contexto social, ou seja, ela reconhece a assimetria que existe entre homens e mulheres, no entanto, tenta atualizar as dominações e relações de poder para o cenário atual. De fato, a discrepância que existe entre o feminino e masculino, é indubitavelmente perceptível, e fruto de uma longa história, mas para ela, vem sendo remodelado pelos complexos de classe, ganhando formas mais ferozes de exploração.

Essa autora abarca a noção de totalidade social, e se esquia da dualidade entre os complexos de classe e de gênero. Para ela, a totalidade social, que seria a reprodução da vida em sociedade, em todos os seus níveis (produtivo, social, cultural, ideológico), dá conta de articular os complexos. Recolocando-os segundo um único ideal, que é de harmonizar a produção e reprodução da sociabilidade vigente.

Na sociedade burguesa, a exploração do homem pelo homem (BRAZ, NETTO, 2012), é parte constitutiva da essência do sistema. A apropriação de parte do trabalho alheio é peça elementar para manutenção das desigualdades entre as classes. Quando se tem outro complexo de dominação, como é o caso outrora citado do patriarcado, é extremamente funcional, articular duas formas de dominação, ao invés de apenas uma. Nesse sentido, fortalece a estrutura, ao passo que articula esses complexos.

---

2014 - Emancipação, Cidadania e Juventudes: Estes Tempos. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil.

2012 - Educação e População Afrodescendente no Brasil: Avanços, Desafios e Perspectivas. Madrid: Fundacion Carolina. Com Pablo Gentili, Miriam Abramovay e S. Busson. 2012 - Dinâmica Familiar do Cuidado: Afetos, Imaginário e envolvimento dos pais na atenção dos filhos. Salvador: EDUFBA. Com Ana Carvalho e Lucia Moreira. 2009 - Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas. Brasília: RITLA/CONJUV. Com M. Abramovay. 2007 - Juventude: tempo presente, tempo futuro? São Paulo: GIFE. Com M. Abramovay e A. Deleon. 2006 - Relações Raciais na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, MEC/INEP, Observatório de Violências/UCBrasília. Com M. Abramovay. 2005 - Respostas aos Desafios da Aids no Brasil. Brasília: UNESCO-Brasil, Ministério da Saúde. Com L.B. Silva. 2004 - Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO. 2002 - Drogas nas Escolas. Brasília: UNESCO. Com M. Abramovay

Castro (1992) faz críticas aos estudos que negam a relação entre classe, gênero e etnia. Para a mesma, omitir a cumplicidade entre esses planos, correria o risco de adentrar numa perspectiva centrada em idealizações e não no real. Essa autora aponta que por muito tempo, algumas feministas não abordaram interações sociais, como raça e seus rebatimentos no tocante as mulheres negras.

Segundo ela, muitas mulheres, não se sentiam representadas, pois o movimento não conseguia abarcar os aspectos étnico-raciais, e acabava reproduzindo uma espécie de feminismo “convencional”.

A autora tem forte influência do materialismo histórico, e da teoria de Karl Marx. Apesar de tecer considerações sobre a categoria de gênero, a mesma atua numa perspectiva unificadora e dinâmica sobre a articulação de classe e gênero. Em seu artigo *Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais*, Castro (2000) ressalta:

Por outro lado, defendo que investir no engendramento de um feminismo marxista e de um feminismo socialista tem hoje particular pertinência, quer pela propriedade do marxismo a insistência em uma saída radical, considerando a falência das fórmulas liberais, inclusive no plano de políticas de identidade, para as mulheres, quer porque, como há muito defendem as feministas marxistas e socialistas, não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer, o que pede diálogo, guardados os limites ideológicos, entre distintos feminismos (CASTRO, 2000 p.107).

Nesse sentido para compreender a perspectiva da autora citada, faz-se necessário introduzir os principais ideais do materialismo histórico-dialético. Esse método tem como principal pressuposto, a interpretação da realidade, através dos pressupostos materialistas, de Karl Marx. Os mesmos são pautados tanto na historicidade, quanto na dialética.

Karl Marx buscou na história, justificar a consolidação da sociedade burguesa, e a destituição das outras sociedades como: a antiga e feudal. Ele chamou o conjunto de relações da sociedade, de modo de produção, e o movimento da história-segundo sua linha de pensamento- possibilitaria a eliminação ou não de uma dada sociedade, de seus preceitos, normas e relações sociais.

O modo de produção, que é histórico, nada mais é que a forma como os homens/mulheres se utilizam para atender os seus meios de vida, ou o modo como os homens se organizam para transformar a natureza e fundar o trabalho. Esse tipo



de produção material da vida estabelece para o referido autor, o funcionalmente dos complexos transversais ao trabalho.

Para Thieweiler (2014), a concepção de Marx, fundada no trabalho, como pressuposto para o desenvolvimento da sociedade- tem concepção materialista, já que possibilita pensar que a materialidade da vida social (a natureza) é anterior, ao processo de idealização do trabalho- Não existe um trabalho pensado e finalizado, sem a existência do material, pois é ele, que condiciona o pensamento humano.

A realidade além de história, para a teoria de Marx, é dialética, pois leva em consideração, as forças contraditórias criadas nos contextos históricos. O movimento dialético proporciona a mutabilidade da vida, e, além disso, é chave analítica para compreender, o método Materialista histórico, construído por esse autor.

[...] Marx, com efeito, considera a dialética como a soma das leis gerais do movimento do mundo material e das leis do desenvolvimento do pensamento humano correspondentes às primeiras. Ou, em outras palavras: o mundo material é dialético. O seu desenvolvimento obedece a leis da dialética, que não é senão o reflexo do movimento real das coisas no pensamento (THIERWEILER, 2014, p. 42).

Desse modo, as discussões sobre gênero, têm levado, principalmente nos últimos anos, o crescimento de feministas que discutem gênero sobre o prisma do materialismo histórico. Elas acreditam que esse método, abarca não só as relações produtivas, mas todas as relações sociais.

Veremos a seguir, o quanto as relações entre os sexos, têm rebatido na forma como se constitui a divisão entre o trabalho feminino e masculino, e até que ponto essa divisão, tem servido de pressuposto para reafirmar a desigualdade de gênero, explicitadas ao longo do capítulo.

Concernente à relação discutida em torno das relações de gênero e suas assimetrias, é necessário endossar também, o debate em torno da chamada divisão sexual do trabalho. Essa é fundamentada pela diferentes colocações dos sexos no mundo do trabalho, e envolvem divisões, discrepâncias, hierarquias, poder, que rebatem principalmente sobre as vida das mulheres.

Uma grande teórica no marco dessa temática tem sido Daniele Kergoat<sup>35</sup>, a autora estabelece parâmetros, que facilitam a compreensão da divisão social do

---

<sup>35</sup> Principais obras:

KERGOAT, Danièle. (1978) Ouvriers = ouvrières? Critiques de l'économie politique, Nouvelle série n° 5, Paris, p. 65-97.

trabalho e suas diversas reflexões. A mesma também se amplia para um horizonte mais crítico, como o fato de não limitar a divisão social do trabalho, apenas no âmbito doméstico. No entanto, em todos os conjuntos da vida social, como o circuito produtivo e as relações políticas e sociais.

Para ela, o termo divisão social do trabalho, foi utilizado à primeira vez por etnólogos, para caracterizar uma repartição com relação às tarefas divididas entre os homens e as mulheres, ou seja, para tratar de quais tarefas eram divididas para ambos os sexos. No entanto, para Kergouat (2003), esse foi um debate incipiente, pois não abarcava as relações que estavam inseridas nessa divisão, como o poder e dominação de um sexo pelo outro.

Depois de estudos sobre a temática, muitas feministas perceberam os fios visíveis, que permeavam/permeia a divisão sexual do trabalho entre o feminino e o masculino e afirmaram com relação à divisão sexual do trabalho duas assertivas: há hierarquia e a desigualdade, entre as posições de trabalho, cargo e chefias com relação a homens e mulheres, e essa discrepância tem relação direta, pela forma como se estabelecem as relações de gênero. (KERGOAUT, 2003).

Esse pressuposto da divisão sexual do trabalho se baseia na inserção do homem na esfera produtiva, e a mulher na esfera privada. Ainda que ela se insira no circuito produtivo, o ideal é que o âmbito privado seja peculiarmente feminino.

Esse contexto está atrelado à forma como se estabeleceram as relações sociais, e implica transformações que transcendem o campo econômico e adentram perspectivas sociais e culturais de conscientização dos indivíduos e processos de reconhecimento em enquanto sujeitos históricos com igual condição social, política e de sexo.

Para Kergouat (2003), existem duas bases que reproduzem a divisão desigual do trabalho entre os sexos: a separação que estabelece o trabalho do homem, e o trabalho da mulher; e a hierarquia- o trabalho masculino é mais importante que o feminino, portanto mais valorizado socialmente. Para ela, isso é determinado pela ideologia naturalista, que transporta esses papéis sociais adquiridos, para o campo biológico.

Isso pode ser refletido na sociedade contemporânea, e inclusive é chave analítica, para entender o porquê ainda das diferenças salariais entre os sexos. Tem se intensificado, em países subalternos como o Brasil, em que o Estado se desresponsabiliza com relação às políticas sociais, e que a maioria da população não tem acesso às noções de cidadania, direitos sociais e humanos.

Essa reflexão subsidia a compreensão sobre o processo de responsabilização da mulher, ou até mesmo, explica a centralização que mulher tem ganhado na política de Assistência Social.

Segundo Castro (1992), a divisão sexual do trabalho, rebate diretamente na inserção massiva de mulheres, nas atividades consideradas como femininas, e com pouca renumeração: como o serviço doméstico, linha de produção em fábricas, agricultura familiar e na área de vendas e do comércio. Para essa autora, além da colocação precária da mulher nos postos de trabalhos, essa desigualdade entre os sexos, com enfoque subalterno da mulher, rebate nas relações simbólicas e também no trabalho doméstico não pago.

Outro aspecto destacado por essa autora é o campo da divisão sexual do trabalho, não se cabe apenas uma discrepância entre a inserção masculina e feminina no circuito produtivo. Entretanto, toda forma como o mercado, tem se apropriado e controlado o corpo da mulher, via repressão e disciplinamento dos corpos, principalmente em relação ao tempo de pausa nas atividades laborais, que está cada dia mais reduzido. Ilustra como exemplo a empresa DE MILLUS<sup>36</sup>, que passa a adotar uma lógica de controle de tempo, bastante disciplinador, com relação as suas operárias.

Essa categoria analítica (divisão sexual do trabalho) tem permitido inclusive, estudar o porquê de uma mulher estar inserida no mercado de trabalho e ter suas condições de vida totalmente díspares em relação aos homens. Também de estar sobre a mesma função produtiva masculina e ter reduzido seu salário com relação ao homem. Isso deve ser fundamentado por questionamentos históricos, que espraíem o senso comum, adentrem uma perspectiva de cientificidade e criticidade com relação à sociedade.

---

<sup>36</sup> A empresa DE MILLUS passou a adotar um sistema que restringia o tempo de descanso de suas operárias, a quantidade de vezes que as trabalhadoras iam ao banheiro, e entre outras formas de controle e disciplinamento dos corpos.

É cada dia mais comum e naturalizado, o fato das profissões mais desvalorizadas economicamente, serem hegemonicamente compostas por mulheres. Além disso, a maioria dessas atividades laborais- as quais contém um número significativo de mulheres- são atividades que acabam corroborando, com a reprodução dos papéis sexuais aplicados a homens e mulheres.

A docência no Brasil, por exemplo, tem se constituído um campo desvalorizado com relação à remuneração dos outros profissionais. Esse fato tem nexos com o fato da maioria dos profissionais, serem do sexo feminino. Destarte, o fato de essa profissão conter mais mulheres, estar relacionado ao pressuposto e funcionalidade de sua prática, e sua densa reprodução dos papéis socialmente adquiridos, como o cuidado e arte de educar.

A profissão de Serviço Social, não é isenta desses valores e normas sociais, estabelecidos pela divisão sexual do trabalho. A naturalização feminina do cuidado e amor ao próximo, da capacidade inerente de praticar o bem e ajudar o próximo, tem rebatimento no fato do Serviço Social, ter em sua composição a maioria de profissionais do sexo feminino. Desse modo, como as protoformas do Serviço Social<sup>37</sup> advinham da igreja e das damas de caridade, não fica difícil entender a relação constitutiva entre esses fatores.

Além disso, na contemporaneidade, essa divisão sexual do trabalho, tem rebatido diretamente nas condições de vida das mulheres, tanto quanto a conciliação de jornadas produtivas de trabalho e jornadas de trabalho doméstico. Quanto pela inserção desigual dos sexos nos circuitos produtivos. As mulheres são cada vez mais obrigadas a conciliar o público e o privado, sendo sobrecarregadas de duplas jornadas de trabalho e, além disso, segundo as últimas pesquisas do IBGE e da PNAS, continuam recebendo bem menos que os homens, como era foi exposto nesse trabalho.

---

<sup>37</sup> É sabido que a profissão de Serviço Social no Brasil não surgiu do nada, ela é como as outras profissões, são frutos das circunstâncias sociais que adentraram o cenário brasileiro. A regulamentação do Serviço Social surge no momento muito incipiente da constituição das políticas sociais, por volta da terceira década do século XX. No entanto, com a inserção de um capitalismo nascente e com o aguçamento das expressões da questão social, antes da regulamentação dessa profissão, já havia movimentos que tentavam atenuar as expressões mais gritantes da pobreza. É nesse instante que nascem as protoformas do Serviço Social (IAMAMOTTO, 1996), representado pelo movimento católico, principalmente pelas damas de caridades, que cumpriam as funções sociais de ajuda ao próximo e caridade. É com base nessa herança que o Serviço Social passou por muito tempo sendo representado como uma profissão de mulheres, tendo em vista, que sua constituição sociocultural foi idealizada para mulheres.

Como exposto no tópico sobre a feminização da pobreza, além do fato de estar uma posição subalterna com relação ao homem, a mulher está em um processo de empobrecimento bem maior, com relação aos salários, aos postos de trabalhos, as posições políticas, se comparadas ao sexo masculino. E por essa relação, as mulheres são mais focalizadas e inseridas nos programas de “combate” a pobreza. No entanto, mesmo entendendo a relevância da centralização nas políticas sociais com relação ao feminino, os programas, acabam contribuindo na maioria das vezes, sobrecargas de atividades para o sexo feminino, lhe imputando responsabilidades, quase que inteiramente sobre o cuidado com a família.

Desse modo, para endossar as discussões sobre a responsabilização da mulher, é necessária a fundamentação de estudos que ultrapassem a aparência fenomenológica e busquem a explicação da realidade tal como ela é em suas contradições e consequências. Vimos anteriormente, o debate em torno do conceito de “gênero”. Veremos agora, uma nova forma de entender as relações entre homens e mulheres, um pouco diferente do pressuposto citado, porém, com uma mesma funcionalidade, estudar o porquê das assimetrias entre homens e mulheres existirem e continuarem a se solidificar na sociedade.

Outro debate em torno das desigualdades entre os homens e as mulheres, é feito pelas materialistas históricas, tendo fundamento nas relações sociais de sexo. Como outrora citado, o materialismo histórico, ganha profundidade com teoria social de Marx, e é pautado tanto na historicidade concreta dos fatos, quanto na dialética envolvida entre eles.

As feministas materialistas, a exemplo de Cisne (2014) e Devreux (2005), procuram utilizar a noção de totalidade social, ou seja, de unir as partes constitutivas do todo, e suas relações dinâmicas, em um movimento de consubstancialidade e coexistencialidade entre os complexos. Têm como pressuposto, correlacionar os eventos históricos a estruturas determinantes, e interligar os eventos sociais.

Foi a partir dessa possibilidade de interconexão entre os fenômenos, que as feministas materialistas, colocaram em cheque, os estudos que tem como base a categoria gênero, e denotaram outra forma de observação a cerca das assimetrias existentes entre homens e mulheres.

Para Mirla Cisne (2014), as primeiras inquietações feitas pelas estudiosas, surgem quando é possível perceber as limitações do conceito de gênero,

principalmente quanto à análise isolada das relações estruturais da sociedade capitalista. Uma análise sem o debate da classe social.

Essa autora também destaca que entender as relações sociais de sexo sobre a ótica de classe, não é meramente reduzi-la a essa. Todavia, fazer uma relação do quanto o sistema classista, rebate atualmente na vida das mulheres, por exemplo.

Cisne (2014) explicita também, que embora reconheça que existam teóricas críticas e pautadas no marxismo que adotam a categoria de gênero, prefere utilizar o conceito de relações sociais de sexo, pois ao seu ponto de vista, esse termo, deixa dúvida quanto o seu significado.

A palavra “relação” no seu sentido amplo tem no Francês “rapports”, significado estruturante, referente relações sociais abrangentes. Desse modo, para essa autora, essa forma de significar as relações entre homens e mulheres, não deixa dúvida quanto seu sentido (já que abarca as relações da sociedade) ao contrario de gênero, que é uma palavra que possui polissemia.

Embora se reconheça que as disparidades entre os sexos estejam presente na história da humanidade por centenas de anos, o capitalismo se apropria de forma das categorias ditas como inferiores (mulheres, negros, População LGBTI, Pessoas com deficiência etc.), de modo a intensificar sua lucratividade<sup>38</sup>. Essa tem sido umas das principais defesas das feministas materialistas.

A intenção é entender os complexos de raça, sexo e classe, sobre a mesma perspectiva, e incumbidos em um único sistema. Sendo assim, não se pode separá-los, pois todos estão inseridos na mesma lógica. O modo de produção capitalista é apropriador das desigualdades criadas na sociedade, e intensifica-as utilizando a sua disposição. Como ressalva Cisne (2014):

A categoria relações sociais (rapports) de sexo nos ajuda a compreender que as relações de sexo não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas com os conflitos de classe e “raça”/etnia. Como relações estruturantes, as respostas para alterá-las somente podem ser coletivas, posto que as mudanças nas relações individuais/pessoais, a despeito de sua importância, não alteram em nível estrutural as relações sociais (CISNE, 2014 p. 147).

<sup>38</sup> É importante abrir também outro contraponto. Ao passo que o capitalismo se apropria das categorias ditas como subalternas, potencializando a exploração com relação a esse público, ele produz no seu cerne, uma falsa impressão de inclusão, quando ele adequa nichos de mercados específicos, que também abarcam essas categorias. Nesse sentido, ao passo que adensa a exclusão, o sistema tenta ao mesmo tempo incluir os/as consumidores/as desses grupos.

Como podemos perceber a transformação na vida dos sujeitos, exige não apenas a tomada de consciência dos/das mesmos/as, mas um processo de modificação nas bases estruturantes, que sustentam essa sociedade, o modo de produção Capitalista. Mesmo que o passo principal seja a mudança societária, esses paradigmas precisam ser eliminados, para que uma nova ordem impere.

Ainda sobre as relações sociais de sexo, Anne-Marie Devreux (2005) elabora um dinâmico percurso teórico-metodológico designado por ela como “teoria das relações sociais de sexo”- capaz de entender as coexistencialidades entre os diferentes tipos de opressões traçadas na sociedade. Inicialmente, ela define três categorias analíticas, que resumem a teoria, elas são: a categoria da divisão sexual do trabalho; a divisão sexual do poder e a categorização dos sexos.

A divisão sexual do trabalho, como outrora desenvolvido nesse trabalho, é a disparidade entre a inserção da mulher nos espaços produtivos com relação ao homem. A segunda diz respeito à “superioridade” masculina quanto às decisões individuais e políticas, ou seja, um maior poder lhe dado para determinar ações coletivas com relação ao sexo oposto.

Já a categorização dos sexos, é a polarização de papéis sociais, entre o que é masculino e o que é feminino. Essa autora, também se refere aos conceitos de transversalidades, dinâmica e antagonismo para explicar sua teoria.

Sobre a dinâmica da transversalidade de Devreux (2005), a mesma ressalva, que cada complexo (raça, gênero e classe) tem leis próprias, ainda que interajam entre si. As interligações, que fazem parte da transversalidade, podem abarcar mais de um complexo, mutuamente, numa relação contraditória. A autora ressalva o antagonismo entre os sexos, e diz que a mulher possui interesses distintos dos homens, assim como o/a negro/a do branco/a, e trabalhador/a do/da empregador/a. Enquanto um polo busca a perpetuação do seu lugar enquanto dominante, o outro procura sua emancipação enquanto sujeito.

Desse modo, os estudos sobre as relações sociais de sexo, sobre a égide do materialismo histórico, possibilitaram uma ampliação da significação das assimetrias vivenciadas pelos sexos.

A relação que une a disparidade entre homens e mulheres e a lógica da sociedade capitalista, dá suporte para responder perguntas como: Apesar do neoliberalismo precarizar a vida do trabalhador de forma geral, quem majoritariamente, está vivenciando um processo de pauperização? Quem é

colocado para participar do sistema produtivo em condição de trabalhador, mas precisa comitantemente atender e reproduzir a esfera privada?

Todos os aspectos teóricos e categoriais analisados nesse capítulo até então, nos proporcionam um questionamento acerca do objeto de pesquisa a ser explanado, que é “A responsabilização das mulheres e o discurso da autonomia financeira no tocante a titularidade do Programa Bolsa Família: uma análise no município de José da Penha-RN”. Portanto, até onde existe autonomia? Qual impacto o programa possibilita na vida das beneficiárias? Há uma tendência que ratifique a responsabilização das mulheres na Cidade de José da Penha?

### 3.3 ANÁLISES EM TORNO DO CONCEITO DE AUTONOMIA E SUA SIGNIFICAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Desde a constituição do Programa Bolsa Família- lei n 10.869/2004- que esse benefício tem proporcionado, para vidas das famílias brasileiras, inúmeras mudanças de caráter qualitativo, inclusive, a diminuição da fome e atenuação das desigualdades sociais, assim como o acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis. Segundo o Governo Federal (2015)<sup>39</sup>, o PBF em doze anos retirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza.

Processo que elevou o Brasil, como um dos países que se inclinou a uns dos escopos da Organização das Nações Unidas (ONU), que é a tentativa de erosão da pobreza extrema e das desigualdades socioeconômicas. Nisso, o programa tem sido funcional, pois de certo modo, conseguiu atingir grande público no país.

Para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), o número de famílias beneficiadas, ultrapassa a marca de 13 milhões, já no ano de 2017. Também segundo esse ministério, temos um número quase hegemônico de mulheres como titulares do Programa, chegando a 92%.

Todo esse discurso ideológico fundamenta a ideia que o programa tem propiciado não apenas a redução das desigualdades sociais, todavia, a possibilidade de se gestar uma autonomia para mulheres que são titulares do benefício, tanto do

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/em-12-anos-bolsa-familia-retirou-36-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-extrema>.



ponto de vista político, social, quanto econômico. Já que a titularidade condicionou as mulheres a melhorias como: acesso a consumo; possibilidade de diminuir a heteronomia quanto ao parceiro/a e a inserção em políticas públicas, que aumentaram exponencialmente seu status de cidadã.

O pressuposto defendido tanto pelo governo nacional, quanto por alguns teóricos, é que o Programa Bolsa Família, tem como objetivo central não apenas a diminuição da pobreza, assim como a autonomia dos usuários, em especial a independência da mulher. Para defesa de tal argumento, o Governo Federal procura mostrar um rol de políticas sociais complementares ao Programa, que para eles são salutares para desenvolvimento da cidadania e conseqüentemente autonomia do/das usuários/as.

Entre algumas dessas políticas e programas sociais estão cursos profissionalizantes (A exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego); Alfabetização para jovens adultos; incentivo a agricultura familiar; a formação de cooperativas e outros programas complementares, como escola em tempo integral e creches. Todos adequados a primar pela autonomia feminina e incentivar a independência dos indivíduos.

Esse discurso tem gerado divergências do ponto de vista, da compreensão conceitual sobre autonomia, com forte divergência ideológica entre os/as estudiosos/as da temática. Como é o caso de Carloto e Mariano (2009) e Passos e Fontoura (2017), estudiosas do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA).

Para essas últimas, a crítica advinda ao Programa Bolsa Família sobre sua assepsia quanto à politização e autonomia da mulher é na verdade uma tentativa de responsabilizar o benefício, por um conjunto de políticas sociais falidas e decadentes. No entanto, para Passos e Fontoura (2017), apesar do Programa não ter função de possibilitar, sozinho, a autonomia das mulheres, ele contribui significativamente para o estabelecimento de parâmetros políticos e humanos.

Ainda segundo as autoras, o PBF também condicionou/condiciona a autonomia feminina, à medida que atuou/atua como um catalizador e incentivador do engajamento produtivo feminino. Ao falar da responsabilização do Programa, elas acusam as críticas/os que falam da não eficácia do benefício quanto à autonomia, de responsabilizar a parte pelo todo.

A pesquisa feita pelo IPEA e analisada por Passos e Fontoura (2017), explicitou números referentes ao poder de decisão feminino e sua autonomia

financeira. Nessa pesquisa, 38,2% das mulheres titulares afirmaram que seu poder familiar aumentou 47,7% declaram que se sentiam mais independentes financeiramente e 27,7% se achavam mais independentes com relação ao companheiro.

Embora seja inadequado exigir do PBF a responsabilidade sobre a melhoria de serviços que ampliem as escolhas disponíveis às mulheres mais pobres, vale lembrar, conforme exposto na seção 3, que, ao contar com uma extensa plataforma de informações e com serviços de educação, saúde e assistência social a ele associados, o programa pode favorecer a chegada destes e de outros serviços às titulares – pode servir como catalisador de acesso aos serviços. Por exemplo: se a saúde pública estabelece um vínculo maior com as titulares do PBF por meio das condicionalidades, seria positivo que esta relação tomasse formas mais amplas, além da preocupação com o bem-estar infantil, fortalecendo os direitos reprodutivos dessas mulheres( IPEA, 2017, p. 25 a 26)

O Fundamento tecido por autoras como Carloto e Mariano e Potiara, contradizem o pensamento supracitado das autoras do IPEA, e inclusive, colocam em cheque o conceito de autonomia desenvolvido por essas, colocando essa conceituação para além da mera inserção em políticas sociais e programas, numa perspectiva mais crítica e transversal.

Esse tipo de pensamento entende a autonomia como a possibilidade do sujeito escolher com plena consciência dos atos, através de decisões livres, sobre seu modo de vida, e suas relações pessoais e coletivas, sem que seja tutelado, agindo segundo suas próprias vontades.

Antes de qualquer interpretação equivocada a respeito da perspectiva do Programa Bolsa Família e sua possibilidade em proporcionar autonomia feminina, devemos conceituar primeiramente à palavra autonomia para retirar considerações plausíveis sobre a temática. Mas afinal o que é autonomia?

A palavra autonomia é derivada do sufixo grego “auto”- de si mesmo- e tem significado no que cada sujeito é capaz de decidir por si mesmo, segundo sua razão, sem que haja influências internas e externas sobre sua decisão.

Para Trierweiler (2014), a autonomia entendida apenas como ações implementadas pelos sujeitos, sem ser influenciada pelos outros, leva a uma perspectiva de individualismo ou autossuficiência. Isso tange ao não envolvimento do indivíduo com o meio que está inserido. Para ela, a autonomia só é concretizada com a transformação em diversos níveis, como por exemplo, autoconsciência dos outros sujeitos em perceber a heteronomia vivenciada nas suas relações cotidianas.

Desse modo, a autonomia não pode ser vista, como aquilo que nos separa do meio social. No entanto, como algo que nos possibilite ser inseridos positivamente na sociedade, buscando sempre, como finalidade, o exercício da liberdade de escolha de forma crítica e propositiva pautada nas nossas decisões e não dos outros. Isso exige além de um processo de conhecimento sobre o assunto, condições favoráveis para concretização desse estágio da liberdade concreta.

Isso não é o caso do sistema em que vivemos em que o modo de produção capitalista representado pelos Estados Nacionais, atrofia todas as condições de efetivação de uma autonomia completa dos indivíduos, pois são os meios que os mesmos possuem para efetivar verdadeiramente suas escolhas.

Em o seu livro “o Capital”, Marx explicita que a única liberdade que o trabalhador/a possui é a liberdade de vender sua força de trabalho. Desse modo, uma sociabilidade em que o/a trabalhador/a (empregado/a ou não), só tem como escolha, vender sua força de trabalho, ou receber uma renda ínfima de benefício do Estado, o nível de autonomia dos sujeitos, fica bastante comprometida.

Mesmo que os programas modificam as condições de vidas dos sujeitos (ainda que não resolvam o cerne da Questão Social) com mudanças paliativas como a: atenuação da fome, acesso a educação para as famílias, a saúde, ao consumo mesmo que de forma bastante incipiente), a maioria acabam reforçando a tutela ou invés da autonomia dos sujeitos.

É isso que carece, na maioria dos programas sociais ofertados: a realização de atividades educativas, que condicionem a percepção crítica sobre os fenômenos, sem inclusive, moralizar a família, que não leva os filhos/as para o âmbito escolar.

Autonomia não pode ser vista apenas como a realização das necessidades mais básicas como: a alimentação, moradia, acesso à saúde etc. Contudo, deve ser vista como a possibilidade do indivíduo decidir e agir sobre suas vidas. O programa, apesar de estimular e impactar na vida de muitas mulheres do ponto de vista da autonomia econômica, do acesso ao crédito, falha quanto à instituição da autonomia no seu sentido amplo.

Sen (2010) entende a autonomia, como fortalecimento do papel de agente dos indivíduos, ou seja, fortalecimento dos sujeitos enquanto protagonistas de suas decisões e não como meros passivos. Assim, é salutar, possibilitar que os sujeitos decidam por si, e que hajam livremente. Esse viés punitivo, dos programas sociais no Brasil, reforçam a lógica de heteronomia e submissão, não de autonomia.

Apesar do cariz punitivo e incipiente quanto à emancipação da mulher, é inquestionável, o papel e o impacto que o programa tem na vida das mulheres. O PBF proporcionou a abertura de créditos relacionados aos itens domésticos, como a: compra mensal no supermercado e nos pequenos estabelecimentos na cidade que as mulheres residem. Isso traz resultados positivos na vida das beneficiárias. Elas passam a administrar o benefício e ter o poder de escolha sobre o que comprar. Mesmo com as condicionalidades impostas, são as mulheres beneficiárias que terão acesso direto ao benefício.

De fato, o PBF, foi de extrema importância para atenuação da extrema pobreza e para o acesso ao consumo. Como na própria pesquisa do IPEA indica, as decisões femininas aumentaram de 8% para 14% quando se diz respeito à compra de bens duráveis, mas a ampliação no crédito e a inserção em algumas políticas públicas como o PRONATEC<sup>40</sup>, nem garantem a inserção no mercado de trabalho e nem são suficientes para possibilitar que as mulheres sejam sujeitos autônomos e críticos.

A pesquisa de campo envolveu um rol de contradições que se por um lado, de acordo com as referências bibliográficas estudadas, vemos a manutenção das responsabilizações quanto às funcionalidades dos papéis femininos de cuidadora e responsável e pelo lar. Por outro, temos uma expansão do consumo, advinda da transferência monetária as famílias beneficiárias, sendo a maioria dos titulares mulheres.

Veremos a seguir, de que modo essa problemática estrutural, se apresenta no Município de José da Penha-RN, e qual a percepção das mulheres beneficiárias quanto aos impactos causados pelo Programa Bolsa Família, e sobre a temática que envolve a responsabilidade com o lar e a autonomia financeira. Debruçaremos-nos em uma perspectiva crítica e pautada na realidade concreta, sem deixar de entender os determinantes locais e particulares, que são parte constitutiva da totalidade da vida social.

---

<sup>40</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é voltado para oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. São realizados programas e ações de assistência financeira, social e técnicas, visando à ampliação das capacitações para trabalhadores, a fim de uma melhor inserção no mercado de trabalho.

#### **4. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE JOSÉ DA PENHA: IMPACTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FEMININA E DA POSSÍVEL AUTONOMIA FINANCEIRA.**

Nesse capítulo trataremos, a priori, da história e algumas características da cidade de José da Penha, entendendo ser necessário um resgate histórico, de modo a compreender as particularidades do local, as histórias dos sujeitos, o modo como vivem e suas relações sociais e interpessoais. Com intuito de entender a inserção da Política de Assistência Social, no Município a ser realizado a pesquisa, buscamos fazer primeiro uma análise geral de como se estruturou a política a nível nacional, para entender a funcionalidade e o rebatimento nos municípios de pequeno porte, como é o caso de José da Penha. Adentraremos em seguida, nas particularidades da Assistência Social nesse local, explicitando as principais ações, serviços e benefícios, ofertados pela proteção socioassistencial da cidade, com escopo de chegarmos a um dos elementos que compõe nosso objeto de estudo, que são as mulheres beneficiárias do PBF que fazem parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Discutiremos também sobre os grupos do SCVF, e explicaremos um a um, para por último, analisarmos o perfil das entrevistadas, suas vivências, e os achados da pesquisa.

##### **4.1. A HISTÓRIA E O MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA.**

Em 1934, nas proximidades de uma serra, mais especificamente em torno no Rio aroeira, teve início ao povoado que recebeu nome de “Mata”. No ano de 1942, o povoado já estava em constante processo de crescimento populacional e comercial, contando com pequenos estabelecimentos e uma feira semanal bastante conhecida na região. Também já havia uma escola e uma capela em pleno funcionamento. (Site da Prefeitura de José da Penha<sup>41</sup>, 2017).

---

<sup>41</sup> Localizada da Rua Prefeito Francisco Fontes, Bairro centro, número 22.

A região nessa época, já estava com bastante autonomia com relação a sua sede (a cidade de Luís Gomes<sup>42</sup>), e tinha pouco tempo de dependência política-administrativa com relação à cidade supracitada. Conta-se também que a história dessa cidade muito tem a ver, com a chegada do Jornalista e capitão do exército, o senhor José da Penha Alves de Sousa<sup>43</sup>, um grande idealista e autor de assuntos filosóficos e militares. Isso rebateu diretamente no desejo da população em emancipa-se politicamente com relação a Luís Gomes.

Passados alguns anos, vila mata, passou a ser chamada de José da Penha, por meio da criação da lei de n. 2352, de 31 de dezembro de 1959, que desmembrou a “Mata” de Luís Gomes.

A solenidade de emancipação- segundo informações proporcionadas por esse mesmo site - foi presidida no dia 8 de fevereiro de 1959, pelo então juiz de direito da comarca de Luís Gomes, o senhor Luiz Gonzaga Diogenes. Teve como primeiro prefeito, o senhor Jose Evaristo Fontes, nomeado pelo então governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz.

Ainda no ano de 1959, José da Penha, teve seu primeiro prefeito eleito pelo voto popular, o senhor Osório Estevam da Silva, eleito no dia 3 de outubro, do referido ano. Ele tomou posse no dia 31 de janeiro do ano subsequente.

Atualmente o prefeito da referida cidade é o senhor Raimundo Nonato Fernandes (01/01/17 a 31/12/20), e o vice-prefeito, o senhor João Jácome de Brito Júnior (01/01/17 a 31/12/20). As administrações das secretarias municipais são divididas em nove setores que são: Administração; Secretaria de Agricultura e Meio ambiente; Secretaria de Assistência Social; de Assuntos Jurídicos; Comunicação Social e Ouvidoria; Controladoria geral; Cultura e Esporte; Educação e Saúde.

---

<sup>42</sup> Cidade que José da Penha (na época vila mata) era dependente politicamente, sendo vila mata apenas um distrito de Luís Gomes. É uma cidade brasileira, localizada na região auto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, assim como na mesorregião do Oeste potiguar e na microrregião da serra de São Miguel, também norte rio-grandense. Teve sua independência política em 1890 com relação a Pau dos Ferros. O nome da cidade refere-se ao coronel Luís Gomes de Medeiros, homem potiguar natural de Caicó, com grande influencia na região. Tinha vários distritos fora do território local, como José da Penha ( cuja desmembramento ocorreu em 1958), Major Sales( desmembrou-se 1992) e Paraná ( tornou-se independente em 1963). De acordo com o último censo a população geral de Luís Gomes eram 9610 habitantes.

<sup>43</sup> Capitão do Exército. Nasceu a 13 de maio de 1875 em Angicos, no Rio Grande do Norte, filho de José (Francisco) e Maria Inácia Alves de Sousa, também norte, rio-grandense. Estudou na Escola Militar do Ceará, tendo sido promovido a tenente no ano de 1898, e capitão em 1911. O mesmo tinha grande influencia política no Estado do Rio Grande do Norte.



**Figura 1:** Imagens aéreas da cidade de José da Penha-RN. (retiradas do site da Prefeitura de José da Penha)

O município de José da Penha está situado na região do alto oeste, do Estado do Rio Grande do Norte, distando-se 421 km da capital do Estado. Esse município tem cerca de 118 km<sup>2</sup> de extensão territorial, sendo essa área dividida nas áreas urbanas e rurais.

Sua população, conforme o censo de 2010 era de 5868 habitantes, tendo uma população estimulada para 2017 de 6050 pessoas. Ocupa a sétima colocação com relação à região, no que diz respeito à população, e possui uma densidade de 49 habitantes por km<sup>2</sup>, ainda conforme o relatório do IBGE do ano de 2017.

Em 2015, o salário mensal médio por família era de 1,5 salários mínimos. A quantidade de pessoas ocupadas em relação à população geral foi de 4,9%. Quando se refere à renda geral por pessoa, quase 47,4% dos sujeitos, não ultrapassaram meio salário mínimo. Isso coloca o município em 123º de 167º, dentre as cidades do Estado, e na posição 1824º de 5570º a nível nacional, com relação a media mensal sobre a renda dos sujeitos.

Sobre a Educação conforme esse relatório, os/as alunos/as da rede pública, dos anos iniciais tiveram uma média de 3,8 no Índice de Desenvolvimento do Ensino Brasileiro (IDEB). A taxa de alfabetizados de pessoas de 6 a 14 anos, foi de 98,3% em 2010, colocando a cidade na posição 49 do Estado em relação à educação.

De acordo com O relatório do IBGE (2017), atualmente o Cadastro Único da Cidade de José da Penha, conta com o número de 1649 famílias, dentre as quais: 761 com renda per capita de até R\$ 85,00; 102 famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 377 famílias com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo, 409 famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Segundo o Programa Bolsa Família, esse é um benefício que visa atender famílias que se encontram na pobreza ou extrema pobreza, e que necessitam proteção social e amparo. Nesse município, ainda conforme esse relatório- o PBF atende atualmente 827 famílias, tendo uma cobertura sendo estimada na pesquisa de 104,% com relação à pobreza, nessa cidade interiorana do Estado do Rio Grande do Norte. Concernente aos recursos federais aplicados no programa com relação ao município, esses atingiram uma marca de R\$ 150.700 por mês.

Sobre a pobreza e extrema pobreza em José da Penha, esse relatório contabilizou o número de 1057 famílias pobres e 795 famílias abaixo da linha da pobreza (conforme o censo de 2010). Isso implica dizer que mais de 40% dos habitantes dessa cidade, se enquadram nas condicionalidades de acesso ao PBF.

Com relação às condicionalidades do PBF, no mês de setembro de 2017, a frequência escolar conforme dados, chegou a marca de 99,1% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos. Quando se refere aos jovens entre 16 e 17 anos, o percentual foi de 84,5%, resultando em 109 jovens acompanhados, de 129 no total (IBGE, 2017)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conforme dados do IBGE (2017) chega à marca de 0,608, sendo um número inferior à média nacional que é 0,699. Isso mostra que o município precisa realmente fortalecer suas ações em relação às políticas que visam atenuar as desigualdades sociais. Quando comparamos com o Estado do Rio Grande do Sul, a diferença é clara, já que a média desse Estado é de 0,746. Até em relação ao Estado do Rio Grande do Norte esse número é inferior, uma vez o Estado tem uma média do IDH de 0,684.

Sobre a saúde, o relatório do IBGE (2017) explicita que o município possui 5 estabelecimentos públicos destinados a atender a saúde da população, sendo que nenhum deles abarcam os serviços de alta complexidade como a Unidade de Terapia Intensiva(UTI). A cidade não conta com nenhum centro de atendimento a saúde da esfera privada.



## 4.2 A REGULAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PAÍS APÓS 1988.

A Política de Assistência Social no Brasil, como ora explicitado no primeiro capítulo, tem vasta herança do paternalismo e do ranço caritativo em detrimento do cariz jurídico. Isso dificulta a intervenção mais generalizada, e a coloca como uma política focalizada para os/as mais pobres.

Contudo, mesmo com os impasses estruturais, a política de Assistência Social, tem sido deslocada para o campo dos direitos sociais, sendo conforme a constituição federal, em seus artigos 203 e 204, definida como política pública e dever do Estado, executá-la como um direito de quem dela necessitar.

Esse ideal é ratificado e desenvolvido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), n. 8742/93, que sistematiza as ações e organizações da Assistência Social, buscando explicitar sua função e objetivo enquanto política social, voltada a atender os mínimos sociais e prover da proteção social dos seus usuários.

Além de possibilitar a legalização da política, a lei explica e desenvolve outra concepção de direito, acrescentando discussões novas como: vigilância socioassistencial, que é a prevenção de riscos sociais e vulnerabilidades sociais; a proteção social, que a garantia da vida, redução de danos, atenção à família, a maternidade e infância, o amparo aos idosos, crianças e adolescentes de baixa renda, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e garantia de um salário mínimo a idoso/idosa com 65 anos ou mais, e pessoa com deficiência que não tenha condições de prover suas necessidades.

Isso possibilitou, além da mudança ideológica sobre a política, a ampliação de ações e espaços socioocupacionais voltados para essa área. A exemplo disso, temos as definições de proteção social a dois níveis, a básica e a especial (de média e alta complexidade), presente no artigo 6 da lei 8742/93, do capítulo III que dispõe sobre a organização e a gestão.

Com esses avanços no campo jurídico, foi se delineando uma nova forma de pensar a gestão da política de Assistência Social, mais organizada e seguindo a lógica de coerência das ações, com atendimentos diferentes para situações díspares, não mais desorganizada sem um arcabouço jurídico, que direcionasse suas ações, com funções confusas, deslocadas da sua área, como era o caso

anterior a legislação. Nesse sentido, e de acordo com essa nova percepção de proteção social, que a política se dividiu em proteção social básica e proteção social especial. Segundo o texto da LOAS:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (LOAS, 2016).

Para proteção social básica e especial, são disponibilizados serviços na rede socioassistencial de forma integral, sendo esses feitos pelos equipamentos sociais vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com relação aos serviços e as ações dos dois níveis de proteção supracitados, serão ofertados pelo CRAS e pelo CREAS, respectivamente, assim como pelas entidades assistenciais<sup>44</sup>.

Outra novidade nessa área é a descentralização administrativa, a qual o SUAS desenhou. Os municípios, os Estados e a União, passam a ter responsabilidades compartilhadas (apesar de peculiares a suas funcionalidades) tendo em todas essas esferas serviços e ações relacionadas à Assistência Social.

Nesse sentido, a descentralização, e conseqüentemente a expansão da Política, são catalizadores para a implementação da Assistência Social em cidades interioranas, como é o caso de José da Penha, à medida que possibilitou que os municípios arcassem com parte da responsabilidade concernente aos serviços socioassistenciais, tivessem acesso aos serviços, etc.

O SUAS também passou a exigir dos municípios, uma sistematização da política de Assistência Social para que os mesmos recebam recursos da União. Temos como exemplo a exigência da: a criação do equipamento CRAS, da Secretaria Municipal relacionada a essa área e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Isso impulsionou de certo modo, a ampliação dos equipamentos sociais da Assistência Social em todo país, uma vez que estimulou e formalizou essa política,

<sup>44</sup> São as instituições com natureza privada que exercem os serviços socioassistenciais, como: as Organizações Não governamentais (ONGS), os abrigos, as casas de apoio, entre outras.

em cidades que não possuíam forte incidência dessa, como é o caso de José da Penha.

Veremos a seguir como a Política de Assistência Social se organiza e concretiza na cidade, as ações desenvolvidas pelo CRAS; os serviços ofertados pelo Programa de Atenção Integral a família (PAIF); seus objetivos e atividades desenvolvidas.

#### 4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA.

Atualmente a Assistência Social no município conta com dois gerenciadores da política social, que é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e o CRAS. A Secretaria está localizada na Rua José Evaristo Fontes de Queiroz, s/n Centro de José da Penha-RN. É responsável tanto pelo gerenciamento das demandas do equipamento CRAS, quanto pela administração e atualização do Cadastro Único, quanto pelo Programa Bolsa Família.

Já o CRAS, operacionaliza o principal serviço ofertado pela proteção básica, que é o Programa de atendimento integral a família (PAIF); oferece vigilância socioassistencial as famílias; realiza o acompanhamento sociofamiliar, e executa o fortalecimento dos vínculos familiares, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF).

Podemos destacar conforme o Site da Prefeitura de José da Penha, os objetivos e funções da Secretaria de Assistência Social, que entre elas estão: o enfrentamento à pobreza; o aprimoramento da gestão; atenção à família, em situação de risco pessoal e social, a proteção à criança e o adolescente com articulação das demais políticas públicas, seja pela inserção do/da jovem no mercado de trabalho, visando à profissionalização seja pela erradicação do trabalho infantil.

Vale destacar, que a inserção do/da jovem e adulto/a no mercado de trabalho direcionada pela Assistência Social nessa cidade ocorre por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC). Sobre o combate ao trabalho infantil, não se tem nenhum programa voltado especificamente para essa temática, no entanto a proteção no âmbito do trabalho infantil se dá pela efetivação de ações educativas no plano da intervenção com as famílias.

A secretaria expõe como objetivo também o compromisso com a execução dos programas de proteção especial e das medidas socioeducativas (em meio aberto) em articulação com a esfera estadual; atenção técnica e social aos conselhos (Assistência Social, Idoso, Criança e Adolescente); a atenção social a pessoa idosa e pessoa com deficiência e a coordenação FMAS.

Desse modo, podemos observar que, no plano teórico, são vastos os compromissos, quanto à política de Assistência Social, traçados pela Secretaria municipal da cidade supracitada, tendo em vista, que esse órgão expressa nos objetivos a lógica implantada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), quanto à funcionalidade e deveres dos órgãos que compõem essa política no município.

Isso não significa dizer que no campo da operacionalização das ações o município venha concretizar as ações idealizadas pela PNAS. São os muitos os impasses como outrora citado, no atual cenário de precarização dos direitos sociais, de sucateamento do trabalho e de enxugamento do Estado, no tocante aos gastos com a classe trabalhadora. Fica nítido que a idealização da PNAS (explicitado pela SMAS) e o modelo de proteção social atual traçam perspectivas discrepantes.

Com relação aos programas da Assistência Social, o município dispõe de dois: o Programa Criança Feliz e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*PRONATEC*). O CRAS possui 8 grupos de convivência ofertados pelo PAIF que são: Grupo de gestante, de Crianças de 4 a 6 anos; Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos ; Adolescentes de 15 a 17 anos; grupo de pais( apenas mulheres frequentam), por isso chamam até de grupo de mulheres e o grupo de idosos( um na sede do CRAS e outro na vila Major Filipe).

Em seguida, discorreremos sobre O Programa Criança Feliz e o PRONATEC, e os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento e Vínculos do referido CRAS, explicando suas ações, o público alvo, os objetivos, dentre outras características.

Segundo a cartilha do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, “Programa Criança Feliz: a intersetorialidade da visita domiciliar”<sup>45</sup>, a primeira infância é uma etapa importantíssima para o desenvolvimento humano, e é

---

<sup>45</sup> Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/A\\_intersetorialidade\\_na\\_visita\\_domiciliar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar.pdf).

marcada por importantes ganhos e perdas emocionais e sociais, que necessitam da atenção social do Estado.

Para isso, segundo essa lógica, é salutar a construção de um modelo, objetivos e dinâmicas, que visem à busca pelo desenvolvimento infantil, por meio de profissionais capacitados para atuarem na primeira infância. Desse modo, o governo criou o Programa Criança Feliz.

O Programa Criança Feliz foi criado pelo decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016, possui caráter intersetorial, e visa aprimorar o desenvolvimento de crianças na primeira infância, considerando suas peculiaridades, cultura, educação, direitos etc. O público alvo são: gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias; beneficiárias do Programa Bolsa Família com crianças de até 72 meses; beneficiários/as do Benefício de Prestação Continuada(BPC), com crianças de até 72 meses e as crianças em até 72 meses, afastadas do seio familiar.

A proposta de acompanhamento sociofamiliar elaborada por esse programa, é idealizada por meios das visitas da equipe multiprofissional como: assistente social e psicólogo/a, assim como pelos/as orientadores sociais do CRAS.

Esse programa em José da Penha é recente, tendo seu início ocorrido no dia 28 de novembro de 2017. Sobre seu lançamento, esse foi feito através de um evento com grande participação popular, inclusive pessoas que não fazem parte do público alvo, como por exemplo, o grupo de idosos.

Desse modo, compreendemos que esse programa tem sido alavancado em boa parte das cidades, como tentativa de aumentar a atenção à primeira infância e acompanhar mais de perto a realidade das famílias. Se utilizado como meio para mediar os sujeitos com relação às políticas públicas, é de grande valia, todavia, se for usado como meio de manipulação e policiamento das famílias, constitui-se um grande retrocesso.



**Figura 2:** Foto de oficina realizada pelo programa Criança Feliz em José da Penha-RN. Fonte: foto retirada da página do facebook do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de José da Penha.

O outro programa social da Assistência social do município é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O mesmo foi lançado pelo Governo Federal, em 2011, pela Lei 12.513/2011, com o escopo de oferecer cursos técnicos e profissionalizantes, aos usuários da política de Assistência Social.

Em José da Penha, são ofertados vários cursos profissionalizantes, dentre eles estão: o curso de confeitaria, pintura, artesanato e corte-cabelo. Hegemonicamente, esses cursos estão voltados para o público feminino e quase não há participação de homens.

Portanto, apesar da importância do programa, sabemos as grandes lacunas deixadas pelo mesmo, quanto à falta de oportunidades de emprego após a formação, ou até mesmo falta de incentivos ao micro empreendedor. Compreendemos que a inserção em um programa de qualificação profissional, não é suficiente para inserir os trabalhadores nos postos de trabalhos.

Já em relação aos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados pelo PAIF, podemos destacar: o grupo de gestantes. Nesse grupo são realizadas palestras educativas sobre: a saúde da mulher, primeiros socorros, os benefícios da amamentação, condicionalidades do Programa Bolsa Família etc.

Também são entregues os kits de bebê para os nascituros e são feitas atividades educativas com as gestantes ao longo das reuniões.

Outro grupo oferecido pelo CRAS é o grupo de crianças entre 4 a 6, esse se destaca pelas ofertas de: trabalhos lúdicos, filmes, ações na brinquedoteca, jogos educativos e pinturas. De acordo com o relatório quantitativo do Sistema de Registro Mensal de Atendimento do CRAS (SNAS), o grupo contou com a presença de 6 crianças ativas no Serviço.

O CRAS também possui um grupo específico para faixa etária de 7 a 14 anos sendo designado grupo de crianças e adolescentes. Sendo o mais participativo, de acordo com o mesmo relatório há presença de 52 crianças e adolescentes ativas no mês de dezembro de 2017. São realizados segundo a instituição: esportes como capoeira e karatê; brincadeiras; atividades como artesanato e pinturas; palestras educativas sobre: sexualidade, ética, moral etc.

Outro grupo que o serviço oferta é o de adolescentes entre 15 e 17 anos. As atividades desse grupo se resumem quase que exclusivamente a prática esportiva capoeira. Em dezembro de 2017 esse grupo teve a presença apenas 5 membros no PAIF.

Um grupo de convivência que tem participação profícua é o dos idosos/as do SSFV. Contando com uma média geral do mês de dezembro, segundo dados enviados para SAGI - de 42 idosos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF). Segundo os próprios trabalhadores/as do equipamento CRAS, São realizadas nas reuniões: palestras educativas; são trazidos os profissionais do NASF para esclarecer sobre: os cuidados com a terceira idade, saúde do idoso/a, sobre hipertensão, nutrição, entre outros temas.

No CRAS também acontece o grupo de pais e responsáveis, que na verdade passou a ser chamado de grupo de mulheres, tendo em vista que nenhum pai participou das reuniões em todo ano de 2017. Esse será o grupo que aplicaremos a pesquisa de campo. Nas visitas institucionais, os/as trabalhadores/as do CRAS nos relataram que são desenvolvidas atividades como: palestras (sobre emancipação da mulher, violência doméstica, inserção da mulher no mercado de trabalho); oficinas de artesanatos, de pinturas e artes. Além disso, são feitas dinâmicas com fins educativos. O Grupo tem 46 mulheres, todavia, a participação assídua é resumida a 12 mulheres.

O Grupo de pais (chamado grupo de mulheres) do SCVF nos dará suporte para entender as relações sociais de sexo sob a égide das desigualdades entre homens e mulheres, bem como compreenderemos os impactos positivos, que programa possibilita na vida das mulheres jotapenhense no tocante a autonomia financeira.



**Figura 3:** Grupo de gestante do Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculo. Fonte: : Foto retirada do facebook<sup>46</sup> do CRAS.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/CRASJP>.





**Figura 4:** Grupo de Criança de 4 a 6 anos. Fonte: Foto retirada do facebook do CRAS.



**Figura 5:** Grupo de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Fonte: Foto retirada do facebook do CRAS.



**Figura 6:** Grupo de adolescentes de 15 a 17 anos. Fonte: Foto retirada do facebook do CRAS.



**Figura 7:** Grupo de pais e responsáveis. Fonte: Foto retirada do facebook do CRAS.



**Figura 8:** Grupo de idosos. Fonte: Foto retirada do facebook do CRAS.

#### 4.4 ACHADOS DA PESQUISA.

Nesse ponto veremos as coletas de dados extraídas nas entrevistas realizadas com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado pelo CRAS; o perfil das beneficiárias entrevistadas; suas vivências diárias e concepção sobre as relações de sexos e sobre a responsabilização da mulher.

##### 4.4.1 PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS.

Mesmo consciente das inúmeras particularidades, que compõem a identidade de cada uma dessas mulheres, procuramos traçar um perfil de cada uma delas. Procurando garantir o anonimato das entrevistadas, seus nomes foram substituídos por nomes de grandes mulheres brasileiras militantes, históricas nas lutas, que assim como as mulheres entrevistadas, lutaram dia a após dia por um país melhor e com mais liberdade. De antemão, cabe ressaltar que todas as mulheres entrevistadas são titulares do PBF.

**Leila Diniz:** 39 anos, declarou-se branca, seu Estado Civil é casada, tendo sua escolaridade correspondente a ensino fundamental incompleto. Ela tem duas filhas, e sua profissão é doméstica. A renda complementar ao programa advém de faxinas que Leila faz durante o mês.

**Olga:** 30 anos, declarou-se parda e casada. Ela afirmou ter cursado até o primeiro ano do ensino médio. Tem uma filha e não exerce nenhuma atividade remunerada. Declarou não possuir nenhuma renda complementar ao Programa Bolsa Família.

**Nise da Silveira:** 33 anos, declarou-se branca e casada. Foi à escola até o primeiro ano do ensino médio. Ela tem duas filhas e se dedica exclusivamente as atividades domésticas. Também não possui nenhuma renda que complemente o programa.

**Dandara dos Palmares:** 35 anos. Declarou ser branca e casada. Não possui nenhuma escolarização e relatou nunca ter frequentado à escola. Ela tem 5 filhos e não exerce nenhum trabalho remunerado, mas se dedica aos serviços domésticos. A renda que complementa o programa advém das vendas do que ela designou de “dindin” ou conhecido em outros locais como “geladinho”.

**Anita Garibaldi:** 55 anos. Declarou-se parda e divorciada. Não possui escolarização e tem 6 filhos. Exerceu por um tempo a profissão de lavadeira. Segundo ela, assumiu essa profissão desde seus 10 anos. Essa sempre foi uma renda complementar ao programa Bolsa Família até os dias atuais.

**Nísia Floresta:** 50 anos. Declarou-se parda e casada. Seu grau de escolarização é mínimo, tendo ela cursado só até a terceira série do ensino fundamental. Tem duas filhas e a renda que completa o programa vem de atividades domésticas, feitas por Nísia.

**Maria da Penha:** 54 anos. Declarou-se parda e explicitou estar em uma união estável, mas que no seu Estado Civil, está separada. Ela explicou que só estudou até o segundo ano do ensino fundamental e que não sabe ler muito. Tem um filho e não possui renda complementar ao programa, nem exerce trabalho remunerado.

A faixa etária variou de 30 a 55 anos, sendo que 4 das 7, estão entre a dezena de 30 e 3 possuem mais de 50 anos. O que indica um perfil mais maduro entre as mulheres entrevistadas. Quanto à cor/raça, 4 se identificaram enquanto

pardas, 3 brancas, e nenhuma como negra. O que levantou uma reflexão bastante pertinente, de como está à relação de identidade étnico-racial no nosso país com relação à etnia negra.

Atualmente, mesmo que a cor da pele mostre nitidamente sua origem ético-racial, poucas são as pessoas que realmente se identificam com a raça negra. Isso nos mostra uma herança da população brasileira, que é a tentativa de branqueamento da população. Essa tentativa foi muito presente nas primeiras décadas do século XX, como nos mostra Fernandes (2008), ao relatar sobre as teorias de Lombroso, um cirurgião criminalista que levantava a hipótese de descobrir os crimes através do genótipo dos sujeitos. Em suas teorias, os/as negros/as eram vistos/as como: ladrões, e/ou pessoas de má índole, na maioria das vezes.

Criou-se uma cultura brasileira em que as pessoas não querem ser negras, no máximo “morenas”<sup>47</sup>. É fato que não temos uma “etnia pura”, tendo em vista que o país foi formado através da miscigenação<sup>48</sup>. No entanto, há uma forte resistência em se implementar costumes que visem reforçar as identidades afro-brasileiras em nosso Brasil.

A população brasileira possuía no ano de 2010, conforme o último censo do IBGE, um quantitativo de 47,7 % de pessoas autodeclaradas brancas, 43, 1% de pessoas pardas, 1,1% amarelas, 0,4% indígenas, e apenas 7,6% pretas. Isso mostra um número ínfimo e não representativo da população brasileira quanto sua descendência ético-racial.

Em relação ao Estado Civil, foram 5 mulheres que afirmaram ser casadas, uma em união estável e outra separada. O que mostra que a grande maioria das famílias dessas mulheres, é do tipo nuclear, ou seja, resumida a pais e filhos/as. Uma família composta, que a mulher e/ou homem se une com outra família após uma separação ou divórcio, e uma família monoparental (quando só há um ascendente vivendo na mesma casa), nesse caso, a mãe.

---

<sup>47</sup> A expressão mais utilizada no nosso país para designar uma pessoa miscigenada.

<sup>48</sup> Processo gerado a partir da mistura de diferentes etnias possuem diferentes heranças ético-racionais e características se misturam como mais ou menos intensidade. O Brasil a miscigenação foi gerada a partir da fusão das etnias indígena, branca e negra. Qualquer que seja a tentativa de identificar a mestiçagem no Brasil, encontrará dificuldades por alguns mestiços que se negam, acreditando terem identidade branca, por julgarem que ao se identificarem por esta cor, esta lhe dará superioridade. (MUNANGA, 2008, p.p.15,16). Gerado a partir da mistura de diferentes etnias, dos sujeitos advindos desse processo.



A média nacional de filhos/as por mulher é equivalente a 1,6 IBGE (2018)<sup>49</sup>. Na pesquisa realizada a média é 2,71 filhos por mulher. Uma tem 6 filhos, outra 5, três mulheres tiveram 2 duas filhas cada, e duas 1 filho cada.

Apesar das inúmeras transformações quanto às configurações das famílias, a pesquisa mostra a permanência forte da família nuclear, e com forte incidência do homem como referência de provedor da casa. Em todos os casos, a mulher declarou ser o homem o maior responsável pela renda da casa, com exceção de apenas um caso (situação que a mulher vive com os filhos sem a presença do genitor).

Quanto à profissão, duas atuam como domésticas, uma como lavadeira, e outra como vendedora/autônoma. Essas informações nos levanta uma discussão plausível de reflexão, de que as mulheres que não têm acesso ao ensino qualificado, a oportunidades e as políticas complementares ao PBF, acabaram se inserindo na maioria das vezes nos postos de trabalhos mais precarizados e subalternos possíveis.

Outra informação que desmitifica a ideia que a mulher titular/beneficiária não trabalha, que é ociosa, é a porcentagem das mulheres que possuem algum tipo de atividade laboral. Cerca de 57,14% das entrevistadas declararam ter uma profissão e renda complementar ao PBF.

Mesmo as que não possuem um trabalho remunerado e uma renda complementar, além de afirmarem ter total dedicação à atividade doméstica, sempre estão disponíveis a fazer atividades/serviços fora de casa quando aparecem, como é caso: de serviço de manicure, faxinas, encomendas de culinária, conforme o que nos foi mostrado.

A escolarização das mulheres na pesquisa é um sinal de vulnerabilidade social com relação a esse público. Duas declararam não ter nenhum grau de escolarização, sendo que três mulheres possuem apenas o ensino fundamental incompleto, (não ultrapassando até a sexta série) e duas não concluíram o ensino médio. Nenhuma conseguiu concluir o ensino médio.

É um número preocupante e alarmante de como estão às mulheres beneficiárias do PBF. Desse modo, podemos concluir que falta de ensino compromete significativamente a autonomia das mulheres, uma vez que na maioria

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/censo/274-teen/mao-na-roda/1770-a-familia-brasileira.html>

das falas delas, as mesmas veem o programa muito mais como uma ajuda, do que mesmo um direito.

Nossa avaliação, no que diz respeito ao programa, é que esse não possibilita à autonomia no seu sentido geral. No entanto, podemos perceber que em todas as falas, a autonomia financeira ainda que não concretizada, aumentou posteriormente o acesso ao consumo com relação às titulares do programa.

#### 4.4.2 RESULTADOS DA PESQUISA SEGUNDO AS VIVÊNCIAS DAS BENEFICIÁRIAS.

Tendo explicitado o tema do trabalho e seus escopos, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para fazer a entrevista e gravar, acerca das informações concernentes as vivências diárias e percepção de mundo das beneficiárias. Vale lembrar também, o compromisso em repassar as informações para aquelas que não possuíam grau de escolarização. Foi lido todo conteúdo da entrevista e entregue uma via do documento TCLE, com assinatura da estudante responsável pelo projeto e a respondente.

Quando perguntado se ainda existe desigualdade entre homens e mulheres, as respostas foram semelhantes, no sentido de conotar que elas estão mais conscientes, quanto às disparidades entre os sexos. Todavia, as mulheres permanecem na situação de aprisionamento ao lar, de heteronomia com relação aos homens, não tendo o entendimento sobre os fios invisíveis que alimenta essa desigualdade, que é o sistema capitalista, machista e patriarcal.

Sim. Não sei, porque o homem é mais diferente, o homem e a mulher são diferentes, não sei o porquê, mas são. Só sei que existe. O Homem é mais despreocupado, e a gente que tem mais responsabilidades, é a gente para tudo, pelo menos aqui em casa é assim. O homem não tá nem ai para nada, enquanto a mulher se preocupa com tudo. Aqui é tudo “pra cima de mim” por isso considero que exista essa diferença. Era para ser igual, mas infelizmente não é. (LEILA DINIZ)

Existe. Porque a mulher é muito inferior, são tratada com muita inferioridade em relação a tudo, a emprego, renda, o ganho é sempre menor. Por isso acho que existe desigualdade.(OLGA)

Sim. Há uma diferença para mim. Para mim que os homens tem mais direitos que as mulheres, sei lá (risos). Mas se perguntar o porque não sei te explicar( NISE DA SILVEIRA)

Não é igual, devia mudar. A mulher tem capacidade de ser valorizada ainda mais que o homem (ANITA GARIBALDI)

É importante frisar na pesquisa a insatisfação das mulheres quanto aos direitos e deveres entre os sexos. Apesar da falta de conhecimento teórico, quanto às questões que norteiam assimetrias entre homens e mulheres. Um avanço pode ser percebido, o despertar de sua condição, como primeiro passo para construção de uma autonomia voltada para liberdades dos sujeitos.

A falta de conhecimento sobre as questões de gênero rebate diretamente na ausência de entendimento sobre a subalterna história da mulher, que passou boa parte do lastro temporal “empoeirada” e esquecida pelas bibliotecas. Mulheres que mal tiveram acesso à escola, ao conhecimento, a ciência, terão mais dificuldade ao acesso a subsídios políticos e ideológico que reforcem seu papel enquanto sujeito ativo e empoderado sobre seus direitos.

Quando Olga nos remete a diferença entre a renda de homens e mulheres, percebida pela sua vivência diária, ela confirma o dado já mostrado nesse trabalho. Em que de acordo com o PNAD (2015), a mulher ainda ganha em média 500 reais a menos que o homem, mesmo exercendo as mesmas funções que esse. Sua ideia reforça uma discussão também mostrada no tópico sobre “feminização da pobreza”. É cada dia mais comum ver que os postos menos renumerados fiquem com as mulheres, como por exemplo: os serviços domésticos, no comércio, entre outros.

Apesar de não compreender sobre o patriarcado e seus determinantes, Maria da Penha tem uma posição mais assertiva quanto às relações de sexo, quando ela afirma que a mulher possui a mesma capacidade do homem, no entanto, não consegue expressar, porque as pessoas não permitem.

Existe a igualdade, agora só que essa igualdade tem a dificuldade do povo não querer aceitar. Não aceitam que a mulher tenha a mesma potencialidade que o homem, a mesma capacidade. Ela é ainda muito desvalorizada, a desigualdade não foi superada, a mulher sofre muito para mostrar sua capacidade, mas muita gente só ver a do homem. (Maria da Penha)

Sabemos que vivemos um sistema que a mulher não é vista da mesma forma que o homem, e conforme estudado no capítulo anterior, isso ocorre devido às relações estabelecidas socialmente, que determinam a forma como se educa uma mulher, como tratá-la e como ela deve se portar perante a sociedade.

O estudo sobre as “relações sociais de sexo”, feitas pelas feministas materialistas históricas, nos possibilitou compreender que o capitalismo se apropria



das díspares relações entre os sujeitos, para reproduzir sua lógica. Aproveita-se da assimetria feminina e masculina, para desvalorizar o lado visto como “o mais fraco”, é por essa razão que a pobreza tem ganhado face, com “rosto” de mulher.

Outra pergunta salutar para compreender a responsabilização da mulher é a relação desta quanto os serviços domésticos. Quando perguntado sobre a divisão dos afazeres domésticos, três responderam que ninguém dividia as tarefas domésticas com elas, três relataram que os serviços são divididos, e uma relatou que quase toda responsabilidade com a casa é dela, com exceção do que ela chamou “por ajuda dos filhos e do marido”.

Os serviços domésticos são feitos por mim “bendizer” já que faço quase tudo aqui dentro de casa. (Leila Diniz)

Aqui em casa não, só eu mesmo, assim..., na limpeza, na comida, no cuidar da filha, enfim... em tudo aqui sou eu. (Olga)

É dividido por igual... (Nise da Silveira)

É.. Porque a gente tem que botar para fazer. A menina (se refere a filha) faz a parte dela, e eu também, o marido é pouco, mas faz. Só tem um menino que não quer fazer nada, nada aqui em casa (Dandara dos Palmares)

Tudo, tudo sou eu, não tem nada com nenhum, ninguém chega com nada. (Anita Garibaldi)

É Assim... um ajuda um em uma coisa, e o outro em outra coisa, na limpeza da casa, no comer(Nísia Floresta)

É porque é assim... quando to em mamãe, meu marido faz lá. E quando eu trabalhava, ele também fazia, a gente caminha sempre junto, você entende? Um com o outro, é dividido, as tarefas são sim divididas. (Maria de Penha)

Como podemos ver as mulheres ainda arcam com boa parte dos serviços domésticos, mostrando que as vivências diárias, são semelhantes às pesquisas de grandes autoras como: Carloto, Mariano e Miotto. A mulher passa a ser a principal responsável pelo lar e pela criação dos filhos/as, sem contar com a inteira responsabilização quanto ao amparo dos pais na velhice.

São sim as mulheres as responsáveis por manter e reproduzir os sujeitos, nas suas necessidades mais básicas: como alimentação, a higiene e roupa limpa. Mesmos nos casos que os homens contribuem com a manutenção da casa, suas responsabilidades são inteiramente menores, quando comparada com as das mulheres.

O dever masculino quanto à reprodução da família, foi tratado por quase todas como: ajuda. Ajuda em seu sentido mais geral, é sinônimo de caridade e

bondade, e não de dever. É o ato de prestar socorro a quem necessita, ou seja, é auxiliar quem tem obrigação de realizar aquela atividade, e não ser coautor e divisor de obrigações.

A naturalização das mulheres nos espaços privados, sempre foi um dos dilemas da humanidade. Apesar da conquista quanto à inserção nos espaços públicos, os deveres quase que exclusivo com relação à família, tem colocado a mulher, muitas vezes em um esgotamento físico.

Mesmo que três das entrevistadas se refiram a uma divisão quanto às tarefas domésticas, com relação aos homens. Quando isso se refere às responsabilidades em acompanhar as condicionalidades do PBF, as respostas são surpreendentes. Das sete mulheres entrevistadas, seis são inteiramente responsáveis por cumprir com todas as condicionalidades, sendo que apenas em um caso, o homem arca também com as responsabilidades do Programa.

Eu. Sou eu que sempre levo para escola, levo pro postinho, para vacinar, para ao médico. (Olga)

As vacinas é eu, agora a escola é com o pai. Ele que leva todo dia as meninas para escola. (Nise da Silveira)

É eu. Às vezes o marido ia deixar na escola, mas era muito difícil. (Dandara dos Palmares)

Sou eu. Tudo sou eu. Quem bota na escola, quando adoecia um, tinha que largar o serviço para levar para o médico. Tudo sou eu. (Anita Garibaldi)

Sou eu. Tem de levar para vacinar, para escola, tem de fazer a matricula, acompanhar. Porque se for esperar pelo esposo... (risos) É devagar, não dá certo não. (Nísia Floresta)

Eu mesma. (Maria da Penha).

Desse modo, podemos observar que divisão igualitária quanto às responsabilidades domésticas, ora ditas por elas, é contraditória, uma vez que quanto ao PBF, a ausência do homem é fortemente presente. São elas que acompanham a: frequência das crianças e dos adolescentes na escola, elas são responsáveis em atualizar os cartões de vacinas dos filhos/as e em participar das reuniões do Programa.

Um fato que reafirma esse pressuposto é justamente um grupo de pais responsáveis ser composto apenas por mulheres. São essas relações desiguais que as mulheres estão inseridas, sem que haja tanto questionamentos quanto o seu “papel” e sobre a falta de cobrança com relação ao homem “provedor”. Além disso, a

mulher passa a ser responsável pelos benefícios e mazelas que possam existir em sua casa.

Quando as famílias são monoparentais, as responsabilidades se intensificam, já que a ausência do pai, implica na maioria dos casos, na sua omissão com relações a criação dos filhos e quanto as necessidades materiais desses.

Perguntamos sobre o tempo gasto com atividades domésticas, três afirmaram gastarem mais de 4 horas, umas 3 horas e 3 afirmaram gastar apenas 2 horas com os afazeres domésticos. Sobre essa pergunta Anita Garibaldi respondeu: Não sei nem dizer a você, porque luta de mulher nunca acaba. Começa de manhã e termina de noite, não para não, mulher? Pode colocar mais de 4 horas.

A fala supracitada representa boa parte das mulheres brasileiras. Que muitas vezes têm que assumir, além da jornada de trabalho doméstica, outra remunerada, que muitas vezes se estende o dia todo. Além das inúmeras responsabilidades que possuem, as mulheres precisam mostrar competência em tudo, e ainda assim não têm o mesmo espaço que o homem na sociedade. Isso é claro, principalmente quando se observa a representação feminina quanto ao poder executivo e legislativo.

Sobre o papel feminino na família, as respostas acabaram reproduzindo a lógica da naturalização da mulher com relação ao cuidado com o lar, com os/as filhos/as, com relação a “arte” de amar e de demonstrar afeto.

Meu papel é cuidar das filhas, exemplar quando for preciso, dá carinho, manter minha casa na paz, ser um suporte de todos que precisam de mim, como as filhas e o meu marido, ensinar para o bom caminho e para as boas amizades.(Leila Diniz)

Quando se referem aos seus papéis, quanto à família, elas naturalizam as obrigações tangentes ao apoio emocional dos membros familiares. É como se elas fossem às únicas responsáveis em demonstrar afeto, educar os/as filhos/as e exemplá-los. E mesmo nos casos que a mulher reconhece que o homem devia exercer seu papel, com mesma responsabilidade que ela, a mesma não consegue mudar o quadro de responsabilização. Olga ressalva: “O papel mais importante de cuidar da casa, de marido. Considero que seja a mais cabeça, se não for assim, a casa não anda né? As coisas não são feitas de acordo com o que é para ser feito”.

A mulher, nesses casos, se sente condicionada a realizar as atividades domésticas, mesmo que o companheiro não queira realizá-las. A responsabilidade

posta quanto à exigência das políticas sociais e a jornadas de trabalho exaustivas, tem levado as mulheres ao inteiro processo de esquecimento quanto a sua condição de indivíduo, com vontades individuais e singulares.

Nesse sentido, a vida das mulheres, tem sido resumida à mera reprodução das famílias, tendo muitos aspectos esquecidos como: seu status de cidadã, a inserção em movimentos políticos e as apropriações de algumas objetivações humanas como a: a arte e a ciência.

Mais uma vez, pode-se notar a ausência da construção de um potencial de autonomia, por parte das mulheres entrevistadas, pois a titularidade do cartão resume-se então à possibilidade de garantir aos/as filhos/as e à família de modo geral sua reprodução.

Também é posto como função, o atendimento de suas necessidades básicas dos membros familiares, visto que, segundo elas, os homens não são capazes de realizar, seja por acomodação ou por não priorizar os filhos e a família nas suas decisões.

Em nenhuma das entrevistas, foi frisado, algum tipo de benefício próprio para as mesmas. Em tudo elas incluem a família, principalmente os/as filhos/as. Esses se constituem, como “principais refúgios” para que elas aceitem a condição de subalternidade em relação aos companheiros.

Ainda no que diz respeito ao papel da mulher com relação à família, Dandaras dos Palmares, ressalva que cumpre com todos os “papeis” diários da casa, já que o marido arca com as despesas de casa. O fato de ele ser provedor das necessidades materiais faz com que ela entenda ser responsável por realizar todo trabalho doméstico. Ela frisa: “Já que ele trabalha fora, quem exerce todos os papeis sou eu, tudo mais sou eu”.

O Discurso de Dandara dos Palmares aborda uma contradição, uma vez que ela cita que o seu marido é responsável por quase todas as despesas. Na verdade além do valor monetário do Programa Bolsa Família, essa mulher ainda cria artifícios para complementar a renda da casa, como ela mesma frisou na entrevista. O fato de o trabalho doméstico ser realizado majoritariamente por essa, diz respeito não ao tempo livre que a mulher tem a mais que o homem, mas pelo processo de responsabilização da mulher, tão debatido nesse trabalho.

Além disso, de acordo com dados da entrevista, pode-se compreender que o trabalho doméstico, apesar de ser invisibilizado e não valorizado pela sociedade, é

uma função árdua e bastante esgotante. Cinco das sete mulheres responderam estarem de algum modo esgotadas. Isso nos faz compreender que o trabalho não pago, desonera o capital, e, além disso, se constitui como um trabalho tão desgastante, quanto às longas jornadas de trabalhos do capital.

Um dos aspectos plausíveis de reflexão propiciados por essa pesquisa de campo é a sensibilização das mulheres quanto à desigualdade existentes entre os sexos. De fato, a coleta de dados confirma a pesquisa bibliográfica realizada ao longo desses meses, que ainda nos dias atuais, a mulher é tratada como inferior com relação ao homem. Todavia, a mulher contemporânea é ciente da exploração a qual é submetida, das disparidades quanto o mundo do trabalho e a família. Sobre essa temática Olga declara:

Acho que deveria ser igual né? Direitos e deveres, principalmente em relação aos filhos, porque tem homem que tem filho e não tá nem ai joga no mundo para mulher cuidar sozinha. A mulher que leve para escola, que de comida, não tá nem aí, tem muitos assim...

Mesmo ciente das inúmeras sobrecargas postas, essas mulheres reforçam indiretamente a lógica do programa, de colocá-las como beneficiárias/mães responsáveis pela criação dos/das filhos/as e do lar. Quando perguntadas sobre quem deveria ser o/a titular do cartão as entrevistadas respondem:

Eu acho que é a mulher, porque a mulher sabe do que precisa dentro de uma casa, convive dentro de casa e sabe o que falta e o que sobra, o que precisa comprar. Eu acho que é com mulher que o dinheiro deve ficar. (Leila Diniz)

Acho. Porque a mulher sabe administrar melhor, sabe principalmente o que é melhor para os filhos, sabe comprar o que precisa, comida, roupa, material escolar, os remédios, né? Porque o programa serve para isso mesmo, não é? (Olga)

Era para ser o homem como titular, o dono do cartão. (Nise da Silveira)

Aqui só quem recebe mais sou eu, só quando to doente que é ele quem vai. Para mim, eu e ele é a mesma coisa, tanto faz. Mas depende da casa. Tem casa que não daria certo o homem, porque muitos não sabem gastar o dinheiro de forma certa. (Dandara dos Palmares)

A mulher é melhor. Porque a mulher compra as coisas para dá os filhos, compra o alimento, o que tá faltando, paga as contas- quando dar- e o pai só serve para beber cachaça. (Anita Garibaldi)

Assim... a mulher trabalha menos, tem de ter pelo menos um ganho a mais, para poder ajudar mais a casa, o esposo, as despesas, isso já ajuda muito a mulher que não tem renda certa( Nísia Floresta)  
Deve ser da mulher sim, com certeza. (Maria da Penha)

Esses ideais partem de uma perspectiva biologizante<sup>50</sup>, quanto à capacidade da mulher em administrar a casa, os recursos, comprar e preparar o alimento. É como se a mulher nascesse com o conhecimento inerente aos aspectos referentes ao lar. Nesse sentido, as próprias mulheres reproduzem o ideal de que são naturalmente administradoras e responsáveis pela esfera privada.

Destarte, de acordo com estudos realizados para elaboração dos dois primeiros capítulos e com a coleta de dados da pesquisa, podemos compreender que o Programa não tem potencializado a politização das mulheres. Tão pouco tem se inclinado para uma perspectiva que ratifique a autonomia das beneficiárias, no seu sentido mais amplo.

No entanto, de acordo com os relatórios do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), com dados do IBGE, e os relatos pessoais das entrevistas, podemos perceber que o Programa Bolsa Família tem impactado significativamente, quanto o aumento do consumo e atenuação da pobreza de milhões de famílias.

Sabemos das controvérsias do Programa, que dentre elas estão: a focalização e a tutela em detrimento da emancipação. Mas não podemos perder de vista os inúmeros benefícios propiciados por esse, principalmente para as famílias mais pauperizadas.

Nas entrevistas, quando as beneficiárias foram questionadas se o programa proporcionava uma autonomia maior, todas, de algum modo, explicitaram a capacidade do Programa, em proporcionar melhorias para suas famílias, principalmente, e quase que exclusivamente, em relação ao poder de compra. A melhoria na alimentação foi frisada por quase todas elas, também foi citado à possibilidade de abertura de crédito (propiciado pela renda fixa) e a quitação de dívidas como: conta de luz, supermercado, entre outras.

Aumentou um pouco, ajuda muito. Porque a gente não tinha esse dinheiro. Cento e trinta reais dá para comprar muita coisa, ajuda muito. Já dá para comprar o material escolar das meninas no mês de janeiro e outras coisas. Ajuda demais. (Leila Diniz)

Mudou muita coisa, tinha tanta coisa que eu não tinha antes de possuir o cartão, principalmente depois que a menina nasceu que eu pude comprar

---

<sup>50</sup> Perceptiva que naturaliza a mulher no campo privado, as atividades por ela realizada, naturaliza um “dever” da mulher com relação aos filhos e o lar (como a maior responsável ou até a única), e todos os aspectos que tente perpetuar a mulher como subalterna em relação ao homem, como algo explicado pela ciência e inquestionável pela sociedade.

as coisas para ela, não teve mais esse problema depois do programa. (Olga)

Ah... Com certeza. O Bolsa Família ajudou, e ajuda a pagar uma conta de luz, fazer conta na farmácia, de ter como comprar fiado, antes eu não tinha crédito para comprar. (Nise da Silveira)

Quase a mesma coisa, eu sei que dá uma ajudinha pouca, mas é muito pouco o dinheiro. Graças a Deus, quando preciso das coisas, meu marido não deixa faltar, ele me ajuda demais. A mudança mesmo foi pouca. (Dandara dos Palmares)

Sobre o Bolsa Família ele não foi bom demais, mas não foi ruim. Me deu muita queda, por conta dos meus filhos, mas eu ia, me levantava, conversava com o gestor, me humilhava e dava certo, sabe por que? Quem precisa vai atrás mesmo, queria poder me humilhar só a Deus, mas como precisava, você sabe como é. (Anita Garibaldi)

Ave maria, ajuda bastante na economia de casa, para fazer as compras. Aqui é assim, a metade é minha a outra é de zé, já facilita nossa vida, de não ficar dependendo de homem para tudo( Nísia Floresta)

Depende de cada pessoa. Como ela vai se sentir. As vezes o programa não deixa a mulher tão dona de si não. Mas tem outras que não pensam assim, era para ser normal, é um ganho, mas nem tudo é igual. As vezes o programa atrapalha a mulher, porque as vezes o poder está na frente e não o benefício da mulher, não devia ser assim, mas muitas vezes é (Maria da Penha)

Indubitavelmente é percebida ao longo dos discursos, que apesar do aumento do consumo, praticamente todo dinheiro, é empregado nos/nas filhos/as, principalmente nas falas de Leila Diniz e Olga. Isso ratifica a perspectiva do programa que é voltada não a mulher cidadã ou homem cidadão, no entanto, no foco as famílias com filhos.

Podemos perceber que, de fato, a renda complementar do Programa Bolsa Família, tem possibilitado que muitas mulheres que antes não tinham renda, possam não mais depender tanto dos esposos ou das famílias. Como foi muito bem exposto por Nísia Floresta. Isso, de um modo ou de outro, condiciona a diminuição da subalternidade da mulher, uma vez que o valor monetário lhe dá a opção de gastar com o que achar necessário, ainda que a quantia seja ínfima, para garantir a independência da mulher ou a autonomia financeira.

Outro ponto para refletirmos, é como anda a gestão do Programa Bolsa Família. O discurso de Anita Garibaldi nos leva a percepção do cariz tutelador do PBF, de que muitas vezes não é visto como direito, no entanto, como um favor, a qual o cidadão deve recorrer à benemerência do gestor e não pelo fato de ser um cidadão/cidadã portador/portadora de direitos.

Como outrora exposto ao longo desse trabalho, o Brasil carrega de sua formação sociohistórica a forte presença do ranço assistencialista, sendo o direito deslocado para ter em seu lugar, o favor. É como se o Estado deixasse de ser público, para ser uma propriedade de grupos políticos. Nós, em uma posição subalterna, precisaríamos pedir licença para utilizar dos seus serviços. A palavra “humilhar”, exposta pela entrevistada, nos leva a compreensão desse fenômeno.

Outro discurso que possibilita o entendimento sobre a importância do Programa na vida das famílias é transcrito no discurso de Nise da Silveira, quando ela fala que, após o programa, a alimentação da sua família, mudou significativamente. Ela frisa: “Melhorou na alimentação, antigamente eu não comprava tanto alimentos fiado, hoje já compro, a mistura melhorou também, a partir do programa a mesa ficou mais cheia”.

Apesar do Programa não alcançar discussões densas, que adentrem a perspectiva da autonomia, no sentido de possibilitar as escolhas de ações conscientes, livres de tutelamento, sendo o sujeito visto pelas suas singularidades e particularidades, o PBF impacta sim, na atenuação da pobreza e suas expressões mais gritantes.

Também possibilita que a mulher, mesmo que minimamente, possa ter acesso ao consumo, e melhore as condições de vida de suas famílias, como é o caso de melhorias: na alimentação, vestimentas, materiais para casa, entre outros itens, necessários para manutenção e reprodução da família.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao chegar à conclusão dessa pesquisa, percebemos que a realização de um processo investigativo, não é uma tarefa fácil, mas uma construção plausível a erros, equívocos e acertos. Longe de querer abarcar todo conhecimento específico acerca do objeto pesquisado, o presente trabalho teve como escopo, apresentar questionamentos sobre o papel socialmente construído em torno do sexo feminino, e a forma como o PBF, tem se apropriado dos mecanismos que reproduzem a manutenção da mulher como principal gerenciadora do lar.

Tratemos também nas nossas análises, que o discurso da autonomia financeira é uma tentativa de legitimação do PBF. No entanto, de acordo com as referências bibliográficas expostas, e a coleta de dados da pesquisa, podemos afirmar que esse programa não propicia autonomia financeira para as famílias, e sim o aumento do consumo e uma melhora significativa no atendimento às necessidades básicas das famílias beneficiárias.

Dentro do contexto de exponenciação das expressões da questão social, advinda da lógica neoliberal, a família é colocada como principal responsável pela efetivação do bem-estar dos seus membros, e com isso reduz o ônus do capital com relação à efetivação das políticas sociais. Para a mulher historicamente dita como inferior, fica a inteira responsabilidade concernente à reprodução da família.

As políticas e os programas sociais são elaborados seguindo uma lógica de funcionalidade à ordem vigente, as relações produtivas e sociais, e a todo movimento do real. Desse modo, o PBF reproduz no seu campo ideológico o sistema patriarcal, que subjuga a mulher em uma lógica de subalternidade com relação ao homem. Com isso, os espaços mais valorizados socialmente tendem a serem hegemonicamente de homens, e os espaços mais inferiores, mal ou não remunerados, são visto como de mulheres.

Assim, as mulheres tendem a estarem inseridas no campo privado, longe do reconhecimento social e da visibilidade da sociedade. Ainda que estejam presente nos espaços públicos, o espaço privado passa a ser, na maior parte dos casos, responsabilidade apenas da mulher.

Sob essa ótica, podemos apreender que o processo de responsabilização da mulher beneficiária do PBF na cidade de José da Penha, apesar de ser confirmada

na pesquisa, já que hegemonicamente as mulheres nos relataram a inteira responsabilidade com relação às condicionalidades e manutenção do programa, não é exclusividade desse município. Contudo, um reflexo particular de uma realidade totalitária das mulheres titulares do PBF, que envolvem questões macro societárias (no campo das relações sociais entre os sexos) que na maioria das vezes são isentas de discussões públicas.

Todas as mulheres mostraram desconhecimento dos “porquês” das sobrecargas com relação ao trabalho domésticos, e também todas essas relataram sobre a falta do homem com relação à manutenção do lar. As perspectivas das mulheres, não esbarravam no entendimento socioeconômico e cultural sobre a desigualdade entre os sexos. Muito pelo contrário, para elas, as disparidades e assimetrias, eram advindas das atitudes dos esposos e não condicionadas por essa sociedade capitalista e machista.

Um ponto de relevância e extremamente positivo, é que todas elas estão cientes das desigualdades que existem entre os sexos e também visualizam as vantagens sociais que eximem os homens de certas responsabilidades, como por exemplo, o cuidado com os/as filhos/as. No entanto, o acesso ao conhecimento acerca das relações sobre os sexos, sobre o patriarcado, sobre o movimento feminista e a luta das mulheres pela igualdade, é um canal muito distante das mulheres pobres e com pouca escolarização. Isso rebate diretamente na dificuldade de propor, no campo das relações pessoais, uma desmitificação dos ideais machistas que reproduzem as assimetrias.

A educação é um dos elementos chaves para construção de processos que viabilizam a autonomia dos sujeitos, já que ela permite que esses entendam o mundo a sua volta e que transformem/ questionem a sua realidade. Todavia, ao analisarmos a escolaridade das mulheres entrevistadas, podemos concluir que o programa deixa lacunas, no tocante a potencialização da autonomia das mulheres e no reforço na cidadania dessas. Percebemos também, que a falta de escolaridade contribui diretamente com o desconhecimento de questões salutares para o processo de efetivação da autonomia, no seu sentido mais amplo.

Parte da obscuridade das mulheres com relação ao objeto de pesquisa se dá justamente pelas escassas discussões políticas nas escolas públicas, e principalmente sobre as questões de gênero. Ao contrário, os políticos e a própria sociedade civil, tentar deslegitimar esses debates. As barreiras do conservadorismo

religioso e social insistem em naturalizar as desigualdades entre os sexos, e desviar os debates que fujam do tradicionalismo homem/mulher e provedor e cuidadora.

Também observemos, com a coleta de dados, o processo de não identificação ético-racial com relação à raça negra. Percebemos que apesar da forte herança afro-brasileira, concernente a cor da pele, não houve, por partes das beneficiárias nenhuma identificação, uma vez que nenhuma se declarou negra. Isso mostra o quanto o Brasil precisa investir em ações afirmativas, que visem valorizar a raça negra, numa tentativa de desmitificação do preconceito existente na população brasileira.

Quanto ao conceito de autonomia, procuramos traçar ao longo desse trabalho, uma perspectiva transcendente. Diferentemente, o Estado aborda uma ideologia perfunctória, da possível autonomia possibilitada pelos programas sociais, principalmente pelo PBF.

Vimos que um indivíduo autônomo é aquele/a que possui todos os meios e mecanismos, que potencializem seu poder de decisão sobre um determinado assunto, e que com criticidade avalia os melhores percursos para uma dada resolutividade. Isso não ocorre de forma concreta na execução do PBF, uma vez que além de agir apenas em um aspecto, que é o econômico, não investe em políticas complementares, principalmente para as mulheres, que ampliem a cidadania dos sujeitos.

Ainda que existam as condicionalidades para as crianças e adolescente sobre saúde e educação, o PBF não garante o acesso a todos as vacinas ou a vaga na escola, por exemplo. E, além disso, a atenção do Estado, quase não se volta para os pais, já que como vimos, são poucas políticas no campo da Assistência Social, que estão centradas para qualificação profissional, o acesso ao mercado de trabalho dos pais das crianças e adolescentes, e entre outras ações complementares, que busquem também ampliar e estimular a autonomia de todos membros das famílias beneficiárias desse programa.

Mesmo em relação ao campo econômico, essa autonomia fica comprometida. Ainda que os/as titulares possam escolher e determinar com o que irão gastar-roupas, comida, artigos do lar, eletrodomésticos, por exemplo- o valor é ínfimo para possibilitar escolhas ampla e abrangente no tocante a potencialização de melhorias no campo social e pessoal. A maior parte do valor monetário, como foi conotada na

pesquisa, é destinado para atender necessidades básicas como: alimentação, saúde e educação.

Desse modo, ainda que a transferência monetária possibilite, um ganho significativo com relação às necessidades básicas das famílias, não condiciona a ampliação da autonomia financeiras dos/das titulares.

Mesmo assim, não podemos perder de vista, que apesar da focalização da pobreza e centralização da mulher, o PBF, é um programa salutar para o combate a extrema pobreza no Brasil; tem contribuído para atenuação da fome; tem possibilitado o acesso ao consumo, principalmente uma alimentação mais adequada para os/as beneficiárias/os; e tem sido um paliativo para milhões de desempregados/as que não estão inseridos/as no mercado de trabalho.

Em locais, como é caso do Brasil, com forte centralização do Estado, herança colonial, escassez de políticas sociais, pouca intervenção do Estado com relação ao trabalho, e a maioria da população vivendo com o mínimo de recurso para sobreviver, nos colocamos contra esse sistema e a favor da ampliação das políticas públicas. Por isso, apesar das críticas ora expostas ao PBF, conhecemos sua importância para classe trabalhadora, principalmente para a camada mais subalterna, a qual se tem acesso ao mercado de trabalho, isso se dá de forma muito precária e insuficiente para reproduzir o/a trabalhador/a e sua família.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Pierry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BRASIL, n. 8724. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília (DF), 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm). Acesso em 12 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: 1988. 43 p. Brasília-DF | Março, 2015.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em: 10 de Nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. Relatório do Município de José da Penha. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jose-da-penha/panorama>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores sociais 2015 – PNAD**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 14 de Dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm). Acesso em: 15 de Dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.014, de 21 de julho de 2014. Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/Lei/L13014.htm). Acesso: 21 de Dez. de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa Família**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>. Acesso em : 25 de Nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 25 de Nov. de 2017.

BANCO MUNDIAL. **Protegendo os "novos pobres" da crise econômica do Brasil.** Por [Emmanuel Skoufias](#), 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/latinamerica/pt/protegendo-os-novos-pobres-da-crise-econ-mica-do-brasil>. Acesso em: 28 de Out. de 2017.

BARROCO, M. L. S. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2005. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF02/Lucia%20Barroco.pdf>>. Acesso em: 26 de Nov. 2017.

BERING. Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo, Cortez, 2003.

BOCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história.** . 9ed. V.3 São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Instituto de Pesquisa econômica aplicada. **Bolsa Família, autonomia financeira e equidade de gênero, o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro, 2017.

CARLOTO, Cássia Maria. MARIANO, Silvana. **A família e o foco nas mulheres na política de Assistência Social.** p. 153. 168. Sociedade em Debate, 2008.

CASTRO, Mary Garcia. **Conceito de gênero e as análises sobre a mulher e trabalho, notas sobre impasses teóricos.** Cad CRH, P. 80- 105, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista:** mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, n. 11, 2000.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.** São Paulo, Outras expressões, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe:** uma análise feminista-materialista. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito e a Assistência Social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 4 ed, São Paulo, Cortez, 2010.

CRUZ, Luciana Ramires. **O programa Bolsa família e perspectivas de gênero:** análises transversais. Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, São Pedro/SP, 24 a 28 de novembro, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2150/2105> Acesso em: 04 de Jan. de 2018.

DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo:** um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Cadernos de Crítica Feminista*, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

DURIGUETO, Maria Lúcia. MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social.** 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3ed. São Paulo: expressão popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes:** Ensaio de interpretação Sociológica. 5ed. São Paulo, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Banco Mundial defende a ampliação do Bolsa Família.** Fernanda Perrin, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/03/1865774-banco-mundial-defende-a-ampliacao-do-bolsa-familia.shtml>. Acesso em: 02 de Dez. de 2017.

G1. **Desemprego fica em 12,6% em agosto e atinge 13,1 milhões, diz IBGE.** Daniel Silveira e Taís Laporta. Atualizado em 29/09/2017 15h02. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 26 de Jan. de 2018.

GOLDAMI, Ana Maria. **Família, gênero e política:** famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Revista Brasileira de Estudos de População. V19, N1. Janeiro/junho,2002.

GONÇALVES. Aline Moreira. GOULAR. Maria Stella Brandão. **História das Santas Casas na Assistência à Saúde Mental mineira no século XIX.** Revista de Ciências Sociais e História – UFSJ. Número #2 - 2015 - ISSN: 1516-8727.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e o Serviço Social:** Esboço de uma interpretação histórica-metodológica, 5ed. São Paulo, Cortez, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA DE ECONOMIA APLICADA. **Bolsa Família 2003-2010, avanços e desafios.** Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6604](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6604) Acesso em: 14 de Nov. de 2017.

KERGOAUT, Daniele. **Divisão Sexual do trabalho e as relações sociais e sexo.** In: Trabalho e cidadania- Desafios para as políticas públicas, Prefeitura Municipal de São Paulo; coordenadoria especial da mulher, caderno n3, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, identidade nacional versus identidade negra.** 3ed. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

MESTRINER, Maria Luzia. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social.** 4ed. São Paulo,Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **A centralidade da família na Política de Assistência Social:** contribuições para o debate. In: Políticas Públicas, Maranhão: UFMA, v. 8, n. 1, p. 133-142, jan/jun, 2004.

MOTA, Ana Elisabete. **O mito da Assistência Social:** ensaio sobre Estado, Política e sociedade, 4ed, São Paulo, Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cultura da Crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileira anos 80 e 90, 6ed, São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução a crítica. 8ed, São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. -São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NOVELLINO, Maria S. Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, v. 1, 26 a 30 de Outubro, 2004.

PEREIRA. Potiara A.P. **Políticas Públicas e Necessidades Humanas com Enfoque no Gênero**. *Sociedade em Debate, Pelotas*. 12(1): 67-86, jun./2006.

PINTO. Célia Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTAL GOVERNO DO BRASIL – **Em 12 anos, Bolsa Família retirou 36 milhões de pessoas da pobreza extrema**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/em-12-anos-bolsa-familia-retirou-36-milhoes-de-pessoas-da-pobreza-extrema>. Acesso em 10 de Fev. de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA-RN. **História da cidade**. José da Penha-RN, 2017.

RODRIGUES. Karoline Parreão. **Caritas e ação social católica**: caridade libertadora como solidariedade, III jornada internacional de políticas públicas, Maranhão. 2007.

SAFFIOTI. Heleitec. IB. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação & Realidade. Porto Alegre (RS). V. 20, nº 2, Jul/dez, 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 15 de Dez. de 2017.

SEM, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das letras, 2010.

SILVA, Graziela Eliane Costa. FREITAS; Márcia Cristina. **De menor em situação regular a sujeitos de direitos**: histórico da assistência a criança no Brasil, Revista de Humanidades, tecnologia e cultura, volume 2, 2011.

SILVA, Fernanda Xavier. **As Constituições da Era Vargas**: uma abordagem à luz do pensamento autoritário dos anos 30, Política & Sociedade (periódicos UFSC), vol. 9, no 17, outubro de 2010, pp. 259-288.



SOARES, Josiane. **Questão Social**: particularidades no Brasil, São Paulo, Cortez, 2012.

TRIERWEILER, Roberta Rodrigues. **Gênero e cidadania feminina no Programa Bolsa Família**: um estudo no loteamento Dunas em Pelotas / RS UCPEL, 2013.

YAZBECK, Maria Carmelita. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento**. Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 9, n1. p. 217-228, jan/jun, 2005.



**ANEXOS****ENTREVISTAS.****ROTEIRO DE ENTREVISTA- BENEFICIÁRIAS/TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE JOSÉ DA PENHA-RN**

Dados de Identificação.

1. Nome:

2. Idade:

3. Etnia / Raça (autodeclaração) ( ) Branca ( ) Parda ( ) Negra ( ) Amarela ( )  
Indígena ( ) Outra.

4. Estado Civil ( ) Solteira ( ) Casada ( ) União estável ( ) Companheiro ( )  
Separada ( ) Divorciada ( ) Viúva

5. Escolaridade:

( ) Não escolarizada

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

6. Tem filhos? ( ) Não ( ) Sim, quantos ? ( )

7. Exerce algum tipo de trabalho remunerado?

( ) Sim. Qual?

( ) Não.

8. Tem alguma renda complementar ao Programa Bolsa Família?

( ) Sim. Qual?

( ) Não.

### **GÊNERO.**

9. Considera que exista alguma desigualdade entre homens e mulheres?

10. As tarefas domésticas são divididas entre os membros familiares? Se sim, por quem é realizado o trabalho doméstico?

11. Quem é o/a principal responsável pela fiscalização do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, como por exemplo, a frequência escolar dos filhos?

12. Quanto tempo diário você gasta com atividades domésticas:

( ) 30 minutos. ( ) 1 hora. ( ) 2 horas ( ) 3 horas. ( ) 4 horas ( ) mais.

13. Qual seu papel dentro de sua família?

14. Se sente muito sobrecarregada quanto ao trabalho doméstico?

15. Acha correto que a mulher passe a ter mais responsabilidade com relação aos filhos ou com o lar?

### **BOLSA FAMÍLIA**

16. Você acha correto que a mulher seja a titular preferencial, do Programa Bolsa Família, se sim, por quê?

17. O programa possibilitou uma autonomia financeira maior para você ? Se Sim, por quê?

18. O que acha das condicionalidades do programa? Sente dificuldade em cumprilas?

19. O programa permitiu que você tivesse mais acesso ao consumo? Se sim, acha que isso foi importante para você?

#### **TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO.**

Pelo presente termo de consentimento livre e esclarecido, declaro a minha intenção de participar do projeto de pesquisa **“A responsabilização das mulheres e o discurso da autonomia financeira no tocante a titularidade do Programa Bolsa Família: uma análise no município de José da Penha-RN”**. Fui orientada e informada sobre o conteúdo da pesquisa; quanto o meu direito de ser respeitada, e sobre o dever da pesquisadora, de me manter longe de constrangimentos, assédio moral, julgamentos, para que eu tenha minha integridade moral preservada. Autorizo, por meio desse documento, repassar informações com finalidade de corroborar com a pesquisa de campo, utilizada para obtenção de Trabalho de Conclusão de Curso, da Aluna Hiasmin de Tarso Pereira, sobre Orientação da Professora Mestre Tatiana Raulino de Sousa, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa.

Fui informada:

\* Sobre o conteúdo da pesquisa.

\* Sobre minha liberdade de retirar meu consentimento e deixar de participar a qualquer momento da pesquisa.

\*Quanto o sigilo da pesquisa, com relação às informações repassadas, sendo essas resguardadas sem me causar nenhum dano.

\*Quanto os meus direitos de retorno sobre os resultados da pesquisa.

A estudante responsável por esse projeto é Hiasmin de Tarso Pereira. Cel: (84)99942317.

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

Respondente

---

Pesquisadora

---